

Odair Giralдин

"CAYAPO E PANARA"

Luta e Sobrevivência de um povo.

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Antropologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, como requisito para a
obtenção do título de mestre em
Antropologia Social.

*Este exemplar corresponde a
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
12/01/94.*

A. Lea

Prof^a. Dr^a. Vanessa R. Lea

ORIENTADORA

Campinas, Janeiro de 1994

G441c

UNICAMP
BIBLIOTECA

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
T. MBO BC/	20546
PROC.	236/94
C	☐
D	☒
PREÇO	CR\$ 800,00
DATA	03/02/94
N.º CPD	

CM-00052639-6

Para Deusamy, minha companheira
e para Raoni, meu filho.

Í N D I C E

Agradecimentos.....	1
Introdução.....	4
CAPÍTULO I - DE CAYAPÔ A PANARA	
A fatalidade da extinção.....	18
O ressurgimento da etnia.....	24
Cayapó-Panara.....	26
Eventos históricos.....	41
CAPÍTULO II - DOS PRIMEIROS CONTATOS AO PRIMEIRO ALDEAMENTO	
Introdução.....	52
O território tradicional.....	55
O "caminho de Cuiabá".....	59
O "caminho de Goiás".....	68
"Caminho de Goiás" - São Paulo.....	88
CAPÍTULO III - ALDEAMENTOS E CONTATOS	
Aldeamentos de Goiás.....	95
Aldeamentos de Mato Grosso.....	109
Aldeias Cayapó de Minas Gerais.....	117
Contatos.....	120
Permanência do conflito (I - Goiás).....	139
Permanência do conflito (II - Mato Grosso).....	147
DO ARAGUAIA AO PEIXOTO DE AZEVEDO:	
UMA PROPOSTA DE ROTA MIGRATÓRIA.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS E COMENTÁRIOS SOBRE AS FONTES.....	154

I N D I C E (Cont.)

APENDICE 1 - Vocabulário Cayapó do Triângulo Mineiro, por Alexandre de Souza Barbosa.....	164
APENDICE 2 - Vocabulário Cayapó de Santana do Paranahiba, por Joaquim Lemos da Silva.....	180
APENDICE 3 - Vocabulário Cayapó de São José de Mossâmedes, por Saint-Hilaire.....	182
APENDICE 4 - Vocabulário Cayapó de São José de Mossâmedes, por Johann E. Pohl.....	184
APENDICE 5 - Vocabulário Cayapó de Santana do Paranahiba, por Dr. Kupfer.....	186
APENDICE 6 - Vocabulário Cayapó de Santana do Paranahiba, por Nehring.....	188
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	189

ÍNDICE DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1 - Região norte de São Paulo, Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e parte do Mato Grosso, apresentando os locais de aldeias e aldeamentos Cayapó. Veja mapa na bolsa da segunda capa.

Mapa 2 - Mapa confeccionado por Francisco Tossi Colombina, em 1751, mostrando a região Central do Brasil. Veja-o na bolsa da segunda capa.

Mapa 3 - Com data aproximada de 1770, mostra a localização provável de algumas aldeias Cayapó, além das rotas da campanha de Antonio Pires de Campos. Veja-o na bolsa da segunda capa.

Figura 1* -	18
Figura 2 -	21
Figura 3 -	60
Figura 4 -	67
Figura 5 -	70
Figura 6 -	78
Figura 7 -	83
Figura 8 -	89
Figura 9 -	97
Figura 10 -	102
Figura 11 -	109
Figura 12 -	119

* As figuras são recortes do MAPA I e surgem em diversos momentos no transcorrer do trabalho como uma tentativa de facilitar a localização dos acidentes geográficos.

INDICE DE MAPAS E FIGURAS (Cont.)

Figura 13 -	122
Figura 14 -	138
Figura 15 -	145
Figura 16 -	146
Figura 17 -	150

ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TEXTO

AHE-GO. *Arquivo Histórico Estadual de Goiás.*

AM-BN. *Arquivo de Matheus da Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos.* (Os números que aparecem no texto remetem a referência para localização do documento naquele arquivo.)

AN. *Arquivo Nacional*

APESP-PC. *Arquivo Público do Estado de São Paulo, Período Colonial.* (Os números indicam, respectivamente a ordem, o documento, a pasta e o maço.)

APM-SG. *Arquivo Público Mineiro, Secretaria Geral.* (Os números seguintes referem-se ao maço e à página.)

APM-FDF-CC. *Arquivo Público Mineiro, Fundo Delegacia Fiscal, Casa dos Contos.*

APMT-LRDGI (I e II) . *Arquivo Público de Mato Grosso. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios, volumes um e dois.*

CDHSP-AHU. *Catálogo de Documentos sobre a História de São Paulo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.* (São 15 volumes publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração ao IV Centenário de São Paulo, entre 1956 e 1959.)

DI. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.* Publicação do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

IHGB-CU. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Conselho Ultramarino.* (Os números são a referência dos documentos no arquivo do IHGB.)

MI. *Museu do Índio.* Funai, Rio de Janeiro

RAHE-GO. *Revista do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.*

RAPM. *Revista do Arquivo Público Mineiro.*

RAPMT. *Revista do Arquivo Público de Mato Grosso.*

RIHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

RSECI. *Revista da Sociedade de Ethnographia e Civilização dos Indios.*

BSGRJ. *Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.*

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas e instituições estiveram presentes nos vários momentos da realização da pesquisa e durante a composição deste trabalho.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa de mestrado concedida durante a realização dos créditos. Também agradeço a FAPESP e a FAEP/FUNCAMP pelos auxílios concedidos durante a fase de realização das pesquisas e redação da dissertação: a primeira com bolsas de mestrado (I e II) e a segunda com auxílio para viagens de pesquisa em vários arquivos por este Brasil afora.

Agradeço aos funcionários dos diversos arquivos que visitei. Fui muitíssimo bem recebido e tive grande auxílio dos funcionários do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da UFMT, em Cuiabá. Na calorosa Cidade de Goiás, tanto no sentido ambiental quanto humanístico, recebi muita atenção e carinho no Museu das Bandeiras. Na sempre simpática Goiânia, tive muito prazer em consultar o acervo do Arquivo Histórico Estadual, cuja diretora proporcionou-me excelentes condições para trabalhar. No Rio de Janeiro, contei com a atenção dos funcionários do setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, do carinho atencioso das bibliotecárias da Mapoteca do Itamarati, cujo desejo de ajudar, mesmo com o prédio em reformas, valeu-me encontrar um importante mapa sobre os Cayapó. Na "Cidade Maravilhosa", meu refúgio seguro e acolhedor sempre foi o "Albergue do Bello", cujas funcionárias sempre foram muito atenciosas e simpáticas.

Agradeço imensamente aos vários amigos que forneceram indicações de fontes e/ou bibliografia sobre o tema. Wilmar D'Angelis (Campinas), Beatriz Perrone-Moisés (São Paulo), Leonardo Moraes (Belo Horizonte), Jésus Marco de Ataídes (Goiânia).

A Luciana Dourado e ao Professor Aryon D. Rodrigues, sou especialmente grato pela colaboração nas questões lingüísticas. Luciana teve paciência de ensinar-me algumas coisas da língua Panara, auxiliando-me a trabalhar com dados das listas de palavras Cayapó que reuni. Ao professor Aryon agradeço, entre outros favores, por haver traduzido um texto do Dr. Kupfer, do alemão.

Agradeço ao estímulo e atenção que Robin Wright sempre dispensou-me nos vários momentos, tanto na elaboração de projetos, quanto auxiliando-me nos caminhos da etno-história. Sempre que pudemos conversar, John M. Monteiro procurou estimular o trabalho, enfatizando a necessidade da realização desta pesquisa sobre os Cayapó.

Agradeço aos vários amigos que, com desvelo, estimularam e serviram de apoio nos momentos mais difíceis. As conversas com meus colegas do curso de mestrado sempre foram estimulantes.

O amigo Renato Lopes Leite serviu como "cobaia", ao ler partes dos manuscritos e cujas sugestões sempre foram importantes. Além disso, vale lembrar, suportou algumas de minhas tentativas (acredito que cansativas) de explicar-lhe algo sobre o sistema de parentesco Panara.

A professora Vanessa Lea agradeço imensamente, por haver tido a paciência necessária para orientar um graduado em História em um trabalho de história indígena. Para não cometer injustiça no uso das

palavras, digo apenas: obrigado.

Quem mais sofreu comigo as agruras deste caminho, foi Deusamy, minha companheira. Ela suportou os meus maus-humores que, infelizmente, também lhe atingiram. A ela, portanto, devo os maiores agradecimentos pela conclusão deste trabalho.

Agradeço também ao suporte fornecido pela minha família. Espero agradecer a todos através de um agradecimento especial a Durvalino, meu pai e Ana, minha mãe.

Todos os que compartilharam comigo desta experiência não são, obviamente, responsáveis pelos erros que porventura cometi.

Certa vez, a prof^a Sílvia Hunold Lara disse-me algo parecido com isso: "escrever um texto é como tomar alguém pelas mãos e levá-lo a compreender aquilo que queremos demonstrar". Aproveitando para agradecê-la pela minha iniciação nas atividades científicas em História, convido-a para dar-me sua mão e acompanhar-me pelos meandros deste trabalho.

Espero poder mostrá-la algumas informações sobre a história dos Cayapó e Panará.

INTRODUÇÃO

I

O tema deste trabalho é a história da luta, resistência e sobrevivência do povo indígena conhecido como Cayapó¹, nos séculos XVIII, XIX e princípios do século XX. Através dele procurarei apresentar como se deu o processo de conflitos, contatos e convivências entre os Cayapó e "brancos"² no interior do Brasil Central, mais especificamente na região que compreende o atual sudoeste de Goiás, leste do Triângulo Mineiro, norte de São Paulo, leste de Mato Grosso e leste e sudeste de Mato Grosso do Sul.

Este trabalho é o resultado de pesquisas realizadas em arquivos brasileiros ao longo dos últimos cinco anos. Iniciou-se durante minha graduação em História, quando eu procurava descobrir quais os grupos indígenas que habitaram o interior do atual Estado de São Paulo no período colonial. Enquanto, por um lado, os Cayapó foram se revelando, em alguns documentos pesquisados, como um povo indígena extremamente grande, que vivera e experimentara o processo de invasão do interior da região de Goiás e do Triângulo Mineiro, evidenciava-se também, por outro, a escassez historiográfica sobre eles.

Numa consulta à bibliografia antropológica sobre os Cayapó, a carência também revelou-se uma constante. Eles são mencionados de passagem por von Ihering (1911), ao tratar dos grupos indígenas do interior de São Paulo; por Nimuendajú, quando escreveu sobre os

1 Utilizo o termo Cayapó como "c", e não com "k", como é convencional, no sentido de distinguir entre os grupos "do norte" e "do sul". Além deste caráter técnico, adoto-o por ser o termo da época.

2 Faço uso do termo "branco", entre aspas, devido a dificuldade em conceituar a população não indígena que vivia naquele momento na região de São Paulo e Goiás. Desta maneira, quando uso este termo assim, estarei fazendo referência àquela parcela da população que vive nas vilas e garimpos.

Gorotire (1952); por Egon Schaden (1954) em seu texto sobre os habitantes de São Paulo anterior ao descobrimento; no HANDBOOK OF SOUTH AMERICAN INDIANS, (Lowie, 1946), ocupam apenas uma página e como referência para consulta, indica-se unicamente os relatos de viagem de Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975).

Todos estes trabalhos apresentam, entre si, a característica de considerar os Cayapó como um grupo que se extinguiu em princípios do século XX. Veja-se, neste sentido, o trabalho de John Hemming - RED GOLD THE CONQUEST OF THE BRAZILIAN INDIANS -, ou mesmo o trabalho historiográfico mais recente, a dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Goiás (Ataídes, 1991), que reúne um considerável conjunto de fontes documentais sobre a história daquele povo. Em ambos os casos, os Cayapó são também considerados extintos.

No entanto, através das pesquisas realizadas entre os Panara, em princípios da década de 1970, o antropólogo inglês Richard Heelas lançou a hipótese de que eles poderiam ser um grupo descendente dos Cayapó. Para Heelas, os Panara talvez tivessem fugido dos conflitos com os "brancos" em Goiás e sobrevivido ao migrar para a região amazônica. Baseou-se, para lançar sua hipótese, na comparação da língua Panara com duas listas de vocabulários da língua Cayapó então publicadas: as listas de palavras coletadas no interior de Goiás no início do século XIX, por Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975). Posteriormente, Stephen Schwartzman, em suas pesquisas antropológicas sobre os mesmos Panara, também comparou sua língua com as mesmas listas utilizadas por Heelas, chegando a conclusões semelhantes.

Algumas questões, então, colocaram-se para a realização da pesquisa: os Cayapó estavam realmente extintos em princípios do

século XX, como se afirmava, ou ainda sobreviviam no Xingu, representados pelos Panara? Se estavam extintos, como ocorrera este processo em toda a extensa região ocupada por eles? Se ainda sobreviviam, seria possível encontrar fontes documentais que pudessem comprovar esta relação entre Cayapó e Panara?

Durante a realização das pesquisas em arquivos, tive a oportunidade de encontrar alguns documentos raros e extremamente importantes para indicar a estreita relação entre os dois grupos. O principal deles localizei-o no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trata-se de um extenso vocabulário Cayapó, coligido no Triângulo Mineiro em princípios do século XX, mais precisamente em 1911. Foi elaborado por Alexandre de Souza Barbosa, um agrimensor de Uberaba, que teve a paciência de ouvir alguns rapazes e uma velha senhora Cayapó ditar-lhe as palavras de sua língua. O autor reuniu, desta forma, um conjunto de mais de setecentos termos da língua Cayapó. Além disso, compôs um breve histórico sobre eles e enviou seu trabalho para o IHGB, onde estava, até então, guardado.

Um primeiro passo importante para indicar a relação dos Cayapó com os Panara foi o próprio título do trabalho de Alexandre de Souza Barbosa: "OS CAYAPÓ-PANARA". Segundo o autor, o grupo autodenominava-se Panara, termo semelhante ao que Saint-Hilaire (1975) encontrara em princípios do século XIX entre os Cayapó de Goiás: Panariá. Conforme veremos no primeiro capítulo, estudos recentes revelaram (Rodrigues & Dourado, 1993) que entre as palavras Cayapó das listas coligidas, no início do século XIX, por Pohl e Saint-Hilaire em Goiás, as do vocabulário reunidas por Alexandre de Souza Barbosa no início do século XX no Triângulo Mineiro e a língua Panara atualmente falada,

não há diferenças. Trata-se, do ponto de vista lingüístico, de um mesmo povo.

Dessa maneira, então, pôde-se concluir, pelos documentos encontrados, que os Cayapó e os Panara são, ao que tudo indica, também, histórica e culturalmente, o mesmo povo. Através da documentação consultada, que tratam dos Cayapó ao longo dos três séculos na região acima mencionada, pôde-se trazer à luz uma nova interpretação da sua história, aprofundando a hipótese lançada inicialmente por Heelas e retomada por Schwartzman.

Pude verificar, também, que os vários autores, historiadores ou não, que mencionaram os Cayapó em seus escritos, quase sempre o fizeram de forma muito rápida, inserindo-os, muitas vezes de passagem, no contexto da expansão da colonização européia para o interior do Brasil. Pode-se citar, como exemplo, Robert Southey (1862); Machado de Oliveira (1862); Taunay (1950); Sérgio Buarque de Holanda (1985, 1986, 1990), Caio Prado Jr (1992). Acontece também, embora isto não seja muito frequente, os casos em que nem mesmo são mencionados, como ocorre, por exemplo, com a HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, de Francisco A. Varnhagen (1981).

Em sua maioria, os trabalhos abordaram a história dos Cayapó a partir de dois pontos de vista, que são, no entanto, elementos do mesmo processo: do ponto de vista do conquistador (ressaltando o heroísmo da conquista do centro-oeste), ou tentando formular um discurso que se contrapusesse a ele (mostrando que houve uma atitude violenta por parte dos invasores e a reação Cayapó em defesa do seu território).

Na primeira vertente, podemos incluir o trabalho de Taunay. Ao

escrever sobre Antônio Pires de Campos, que fora contratado para "guerrear" contra os Cayapó em meados do século XVIII, Taunay não deixa de lhe tecer elogios, afirmando que Antônio Pires de Campos (o filho) tivera "*carreira tão ilustre*" quanto seu pai, que foi um dos descobridores das minas de Cuiabá (Taunay, 1950:18). Ou ainda quando assimila a opinião de Pedro Taques (1953), de que Antônio Pires de Campos foi "*Adonis na Praça e Marte no Sertão*". Com isto queria dizer que ele se destacava pelas "*maneiras corteses*" (sic) na cidade e pela "*bravura e fereza nas campanhas sertanejas*" (Taunay, 1950:518). Tentando defender as ações praticadas por Antônio Pires de Campos contra os Cayapó, Taunay discorda das críticas de Aires de Casal, afirmando que "*os crimes de Antônio Pires haviam tido a mais ampla aprovação e incitamento de Sua Majestade para as ações do real serviço que praticara*" (Taunay, 1950:538). Finalizando, conclui Taunay que muitas "atrocidades" foram cometidas durante as expedições de Antônio Pires de Campos. Mas, segundo ele, eram excessos cometidos por homens "*obedientes a sentimentos atávicos de superioridade racial e na vigência de instituições decorrentes de tal mentalidade*" (Taunay, 1950:542) (os grifos são meus).

Dentro da vertente historiográfica que tentou construir um contra-discurso, pelo qual pudesse se contrapor àquele que legitimava a ação dos "brancos" contra os Cayapó, reúnem-se alguns autores que, talvez involuntariamente, acabaram se tornando "*cúmplices daquilo a que eles se opunham*" (Taussig, 1993:139). Incluem-se aqui os autores que se opuseram ao discurso que construiu, desde o século XVIII, a imagem dos Cayapó como um grupo bárbaro, hostil e selvagem. Para atingir este objetivo, procurou-se argumentar que as ações guerreiras

dos Cayapó representavam uma posição de auto-defesa contra a invasão do seu território pelos "brancos". Mas, ao se fazer isto, não se escapou de um determinismo econômico, pois eles foram colocados em uma posição passiva em relação ao processo histórico no qual estavam inseridos. Desta forma, obscureceu-se sua participação também como agentes do próprio processo histórico que estavam vivendo.

Mário Neme (1969), por exemplo, afirma que após as invasões de seus territórios, "*por levas de mineradores, aventureiros e traficantes, soldados e colonos,*" os Cayapó tornaram-se mais agressivos. Esta agressividade passou a ser, segundo ele, ainda maior após o início das guerras de extermínio movida contra os Cayapó.

Para Neme, os Cayapó, "*passaram, então, a sofrer os efeitos do estado de guerra, a ele se conformando como condição de sobrevivência*" (Neme, 1969:129. Grifos meus). Com este argumento, pode-se perceber que o autor permanece preso a uma lógica que não considera outra ação possível para o ato guerreiro Cayapó, exceto defender seu território e conformar-se ao estado de guerra para sobreviver.

Este discurso que atribui às ações guerreiras o principal objetivo de defender o território, aparece também no trabalho mais recente sobre os "Kayapó do Sul". Trata-se da dissertação, acima mencionada, apresentada na Universidade Federal de Goiás (Ataídes, 1991), na qual o autor afirma que "*Em defesa de seu território, o Kayapó do Sul lutou por quase dois séculos*" (Ataídes, 1991:230). Ao mencionar a questão da guerra entre os Cayapó e os "brancos", refere-se ao prejuízo causado pelas mortes de escravos durante os ataques. Segundo ele, "*é importante observar que o ódio, tanto do colonizador*

como do índio advindo desses ataques, aumentava na medida que o tempo ia passando..." (Ataídes, 1991:233).

Não se pretende argumentar que não havia uma questão de defesa de território por parte das lutas dos Cayapó. Mas não se deve, no entanto, sobrevalorizar os ataques realizados por eles contra os "brancos" através apenas desta questão da defesa do território.

Com este posicionamento não se leva em consideração a importância que outros aspectos da cultura Cayapó tinham na definição da própria história daquele povo. Conforme veremos ao longo deste trabalho, as ações guerreiras, além de serem fonte de obtenção de riquezas através do botim conseguido nos ataques, também exerciam papel importante na própria definição da identidade Cayapó.

Nas suas ações guerreiras, os Cayapó raramente deixavam sobreviventes. Via de regra todas as pessoas que estivessem no local do ataque seriam mortas. Ao contrário dos demais grupos indígenas, eles não tinham interesse em capturar mulheres e crianças para levarem para suas aldeias. Este foi um dos motivos pelos quais foram considerados um dos grupos mais temidos, tornando-se símbolo de "ferocidade" durante o século XVIII. No entanto, pode-se melhor compreender suas ações guerreiras ao se abordar os Cayapó da perspectiva dos conceitos da sua própria cultura. Veremos isto adiante, quando voltarei a tratar destas questões no primeiro capítulo.

II

Recentemente, uma vertente da historiografia brasileira,

influenciada sobretudo pelas escolas inglesa e francesa, vem procurando abordar os "objetos" de estudos históricos a partir de uma metodologia construída através da interdisciplinaridade entre História e Antropologia.

Pelo viés inglês, a influência maior se dá, dentre outras, pelas obras de Edward P. Thompson³ e C. Hill⁴. Da escola francesa, pode-se citar a influência exercida pela obra de Jacques Le Goff⁵. Há que se mencionar, também, a influência das discussões sobre "cultura" a partir do trabalho de Clifford Geertz, em A INTERPRETAÇÃO DA CULTURA (1978). A obra de Geertz foi recebida por esta nova historiografia principalmente através dos textos de Robert Darnton como, por exemplo, o livro O GRANDE MASSACRE DOS GATOS (1986). Na introdução a este livro, ele explicita que sua abordagem da história, em busca dos significados das ações dos agentes históricos, foi

3 Thompson realizou algumas discussões sobre a relação entre História e Antropologia. Em um artigo-resenha escrito em 1972 (ANTHROPOLOGY AND THE DISCIPLINE OF HISTORICAL CONTEXT), ponderava que se "a análise do passado deve ser rigorosa", então a construção de uma tipologia histórica deveria considerar a aproximação com outras disciplinas: a sociologia, a demografia, a antropologia. No caso específico desta última considerava-a muito importante para poder apreender o "contexto histórico". Mas alertava para o cuidado em utilizar de forma crítica os conceitos formados pela antropologia, de forma a poder aplicá-los ao passado histórico da Inglaterra, tal como fizera, segundo ele, Keith Thomas (RELIGION AND THE DECLINE OF MAGIC). Em 1977 (FOLKLORE, ANTHROPOLOGY, AND SOCIAL HISTORY), Thompson retorna a essa discussão sobre a forma de apropriação de conceitos formulados pela antropologia. No caso, refere-se ao conceito de "bruxaria". O qual, criado no contexto da pesquisa de campo na África, não dava conta de explicar a bruxaria na história da Inglaterra. Para ele, portanto, a antropologia era um impulso para se localizar novos problemas ou para ver velhos problemas de uma nova maneira, a partir de temas ou objetos pesquisados pela antropologia. Cita como exemplo, os rituais. Após haverem sido estudados pela antropologia, serviu como base para os historiadores repensarem as relações sociais e o "contexto histórico" sob novo ângulo de abordagem.

4 Entre o livro A Revolução Inglesa, e O Mundo de Ponta-Cabeça, pode-se verificar a mudança metodológica de C. Hill. O primeiro é de caráter economicista, enquanto que o segundo aborda de maneira mais ampla o "contexto histórico" de que fala Thompson.

5 O autor discutiu a aproximação entre História e Antropologia em seu livro PARA UM NOVO CONCEITO DE IDADE MÉDIA (Le Goff, 1980). Para ele a importância da etnologia na história, reside na possibilidade de supressão radical do acontecimento factual. É preciso salientar, no entanto, que esta aproximação se dá com a etnologia estruturalista que, na Historiografia francesa já fora realizada por Fernand Braudel através do conceito de "longa duração" (Braudel, 1992).

influenciada por C. Geertz, com o qual trabalhou vários anos.

Com a mesma metodologia trabalhou Carlo Ginsburg, que também exerce grande influência na historiografia do Brasil. Em seu trabalho mais conhecido entre nós - OS QUEIJOS E OS VERMES - (1987), Ginsburg analisa um período da história moderna italiana a partir do estudo cuidadoso, com a atenção antropológica da observação da alteridade, dos processos movidos pela Inquisição contra um humilde moleiro do Friuli.

Com esta influência, parte da historiografia brasileira procurou dar relevância às parcelas da sociedade que foram silenciadas pela abordagem historiográfica de cunho economicista. Passou-se, então, a "resgatar minorias" oprimidas, tais como: movimento operário; trabalhadores escravos; mulheres; homossexuais. Não se trata, entretanto, apenas de um "resgate" objetivando-se apenas descrevê-los. Ao contrário, segundo esta nova abordagem, deve-se buscar nas informações mais sutis os significados simbólicos que cada manifestação social, política, corporal, enfim, implicava. Além disso, a partir da influência da obra foucaultiana, passa-se a analisar as formas de poder exercida através da formação discursiva: saberes médicos sobre loucura; dos sanitaristas sobre higienização das cidades.

Muito embora tenha, reconhecidamente, uma importância muito grande por trazer à luz diversos segmentos sociais até então desconhecidos, essa parcela da historiografia mantém-se, ainda, refém da arquitetura imposta pela própria sociedade ocidental. Ao rebelar-se contra o viés economicista de explicação da história, acabou-se por estudar outras parcelas da sociedade construída no processo

histórico instituído sob a predominância política e cultural dada pela sociedade ocidental e pela própria sociedade capitalista.

Desta maneira, não estaríamos diante de uma miopia da historiografia brasileira que aproxima-se das contribuições teórico-metodológicas da Antropologia, mas, ao mesmo tempo, mantém e relega a um segundo plano a compreensão das culturas e da história dos povos indígenas brasileiros? Deve-se, no entanto, fazer justiça a parcela da historiografia do período colonial que, conforme afirmou J. Monteiro "...luta para sair da camisa-de-força conceitual e teórica orientada pelos ditames do capitalismo comercial" (Monteiro. 1992:13).

III

Desenvolvi minha pesquisa, dessa maneira, na Antropologia Social, uma vez que, como vimos, a historiografia brasileira não tem tradição em trabalhar considerando os povos indígenas também como agentes do processo histórico.

A antropologia brasileira, ao contrário, desde as décadas de 1950 e 1960, preocupou-se com a questão dos contatos interétnicos. Exemplares neste sentido são os trabalhos de Darcy Ribeiro (OS INDIOS E A CIVILIZAÇÃO), Roberto Cardoso de Oliveira (O INDIO E O MUNDO DOS BRANCOS), Roque Laraia e Roberto da Mata (INDIOS E CASTANHEIROS), Júlio Cesar Melatti (INDIOS E CRIADORES), dentre outros. Mas a maioria destes trabalhos tinham, como principal objetivo, resolver a questão da "mudança cultural", derivando daí as teorias de "transfiguração étnica" e de "fricção interétnica",

elaboradas, respectivamente, por Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira.

A pesquisa histórica, levada a cabo por aqueles antropólogos, não era, desta forma, exaustiva. Talvez devido a própria formação acadêmica, eles quase não realizavam pesquisas documentais em arquivos. Limitavam-se, quase sempre, às informações fornecidas por relatos de viajantes. Em OS INDIOS E A CIVILIZAÇÃO, por exemplo, considerado um clássico da antropologia brasileira, a maioria das fontes utilizadas por Darcy Ribeiro é secundária. Além disso, ele não retrocede suas pesquisas para além do final do século XIX.

A partir dos anos 1970 e, principalmente, 1980, cresceu, no entanto, a produção de trabalhos sobre a história de povos indígenas do Brasil. Estes trabalhos "invadiram" o campo da pesquisa histórica, apropriando-se da metodologia de consultar documentações existentes em arquivos. Dois trabalhos são particularmente importantes neste contexto: RED GOLD e AMAZON FRONTIER, de John Hemming. Neles o autor procurou mostrar um panorama da história brasileira a partir dos conflitos entre "brancos" e povos indígenas. O primeiro cobre os séculos XVI, XVII e XVIII, enquanto que o segundo dá conta do século XIX e princípios do século XX.

Mais recentemente, os esforços realizados por algumas instituições têm ampliado o conhecimento histórico sobre os povos indígenas do Brasil. Citem-se, exemplificadamente, os casos do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII), da USP, e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). O primeiro abrigou várias pesquisas que procuraram resgatar a história indígena, como, por exemplo, a dissertação de Marta Rosa Amoroso sobre os Mura

(1991). Além disso, fez publicar o HISTÓRIA DOS INDIOS DO BRASIL (1992), um livro organizado por Manuela Carneiro da Cunha, reunindo artigos sobre a história de vários povos indígenas da maioria das regiões brasileiras. O CEDI, por sua vez, publicou 3 volumes da coleção POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, também no sentido de adicionar conhecimentos sobre a história e a cultura dos povos indígenas do Brasil.

Nos últimos anos também têm surgido, em diversas universidades, núcleos de estudos sobre os povos indígenas, fazendo, assim, "resgatar" a História do Brasil de uma nova perspectiva.

Meu trabalho deve ser compreendido dentro desta nova perspectiva. Seguindo a sugestão de Sahlins, de que "*culturas diferentes, historicidades diferentes*" (Sahlins, 1990:11), tentei realizar uma pesquisa na qual pudesse reunir as metodologias de pesquisa e de abordagem do historiador e do antropólogo. Para atingir tal objetivo, havia que "olhar" os documentos de forma a "enxergar" neles informações que certamente escapariam se eu não fosse "preparado" na etnologia.

As leituras de vários textos de etnólogos foram, dessa maneira, importantes para essa minha formação. Dentre outros, destaco o livro acima citado de M. Sahlins, no qual ele analisa o processo dinâmico ocorrido nas ilhas do Pacífico Sul, no contato entre duas culturas, a dos europeus (através dos ingleses) e dos nativos (Maori). Os textos de Maybury-Lewis, sobre os Xavante (1984), de Richard Heelas (1979) e de Stephen Schwartzman (1987) sobre os Panara, também forneceram elementos para compreender um pouco a cultura dos povos de língua Jê.

Para realizar uma pesquisa sobre um grupo considerado extinto,

desde a década de 1940, e cujas informações conhecidas até então restringiam-se a alguns documentos oficiais das autoridades coloniais, segui a sugestão de Trigger e Carmack. Para eles, um estudo etnohistórico distingue-se por seguir uma metodologia própria, *"um conjunto especial de técnicas e métodos para o estudo da cultura através do uso de tradições orais e escritas"* (Carmack, 1972:232), mas, principalmente, incorporando nessa metodologia as informações fornecidas por outras disciplinas, como a arqueologia, a lingüística e a etnologia comparativa (Trigger, 1986:263).

Foi com a perspectiva de criar uma compreensão da cultura Cayapó que construí o primeiro capítulo. Nele, apresento as informações fornecidas pelo conjunto de vocabulários da língua Cayapó, coletadas nos séculos XIX e XX, além de algumas informações etnográficas existentes nos relatos de viagem de Saint-Hilaire, Pohl, Kupfer e de Joaquim Lemos da Silva, um morador da vila de Santana do Paranaíba. Parti das sugestões de Heelas e de Schwartzman, segundo as quais os Panara (atuais habitantes do Parque Indígena do Xingu) são descendentes dos Cayapó. Confirmada aquela sugestão, através de estudos lingüísticos mais recentes, utilizei-me, então, das informações etnográficas sobre os Panara, fornecidas pelos trabalhos de Heelas (1979) e Schwartzman (1987), para tentar compreender a atuação dos Cayapó frente a "invasão" de seu território nos séculos XVIII e XIX.

Nos capítulos dois e três, conto a história dos Cayapó nos séculos XVIII, XIX e XX, tentando apresentar os vários processos vividos por eles. Primeiramente um conflito constante com os "brancos", passando pelo período de aldeamentos em Goiás (1780-1832)

e, posteriormente, o processo de "convivência" nas várias regiões, onde grupos viveram autonomamente ou em contato constante.

Finalmente, apresento uma proposta de rota migratória, com o objetivo de tentar compreender como se deslocaram desde o sudoeste de Goiás, ou leste de Mato Grosso do Sul, procurando escapar dos conflitos e dos problemas advindos com a presença dos "brancos" em sua antiga área.

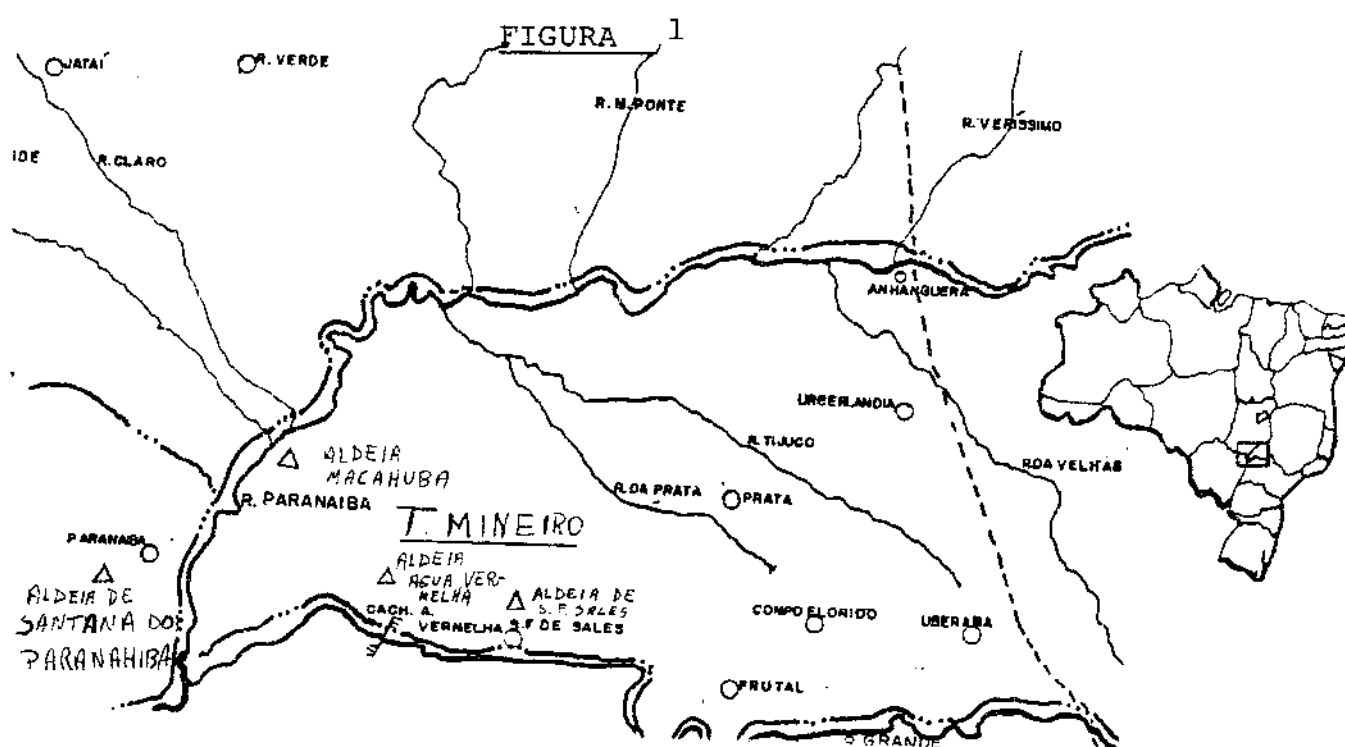
Em apêndice, apresento as várias listas de vocabulário Cayapó atualmente conhecidas.

CAPÍTULO I

DE CAYAPÓ A PANARA

A FATALIDADE DA EXTINÇÃO

Em 1910, a Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo, formada pelo governo daquele Estado para explorar o rio Grande e seus afluentes, ao chegar à altura da divisa entre São Paulo e o Triângulo Mineiro encontrou, próximo à cachoeira Agua Vermelha (veja fig. 1), à margem direita daquele rio, um pequeno grupo de índios conhecidos como Cayapó.



Tratava-se de um grupo bastante pequeno, com cerca de 30 pessoas, não causando maiores interesses àqueles pesquisadores. Apenas a foto de um garoto ficou como testemunho do encontro¹.

Esta informação foi considerada por muito tempo como a última que se teve sobre este grupo indígena, conhecido também como Kayapó do sul ou Kayapó Meridionais. Há duas correntes que interpretam de maneira diferente a relação entre eles e os seus homônimos, designados como Kayapó Setentrionais, ou do norte.

A primeira reúne, entre outros, Francis Castelnau que, viajando pelo interior do Brasil em meados do século XIX, considerou os Gradaú, grupo habitante ao norte da ilha do Bananal, como sendo um subgrupo Cayapó, (1949:33); Machado de Oliveira (1862:506), que escreveu em meados do século XIX, admitia a mesma hipótese de Castelnau. Compartilha também desta corrente Mário Neme (1969), que primeiro procurou apresentar uma história dos Cayapó baseada em informações documentais.

A segunda corrente tem nas figuras de Nimuendajú (1952) e Robert Lowie (1946), os primeiros a afirmar que os Cayapó (grupo meridional) se extinguíram. Além deles, também Darcy Ribeiro afirmou, na década de 1960, que os "*Kaiapó Meridionais desapareceram sem deixar vestígios*", exceto, segundo ele, o nome dado ao rio Caiapó e a serra que corta seu antigo território, no sul de Goiás (Ribeiro, 1989:71).

A distinção entre os grupo do sul e do norte foi inicialmente

¹ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1910). *Explorações do rio Grande e de seus afluentes*. São Paulo, 1913.

proposta por Paul Ehrenreich (1892:28-38), no final do século XIX. Ele propôs uma divisão e distribuição das etnias brasileiras, tendo classificado os Jê da seguinte maneira: Jê Orientais, Jê Centrais e Jê Ocidentais. Entre os primeiros incluiu os Botocudo; entre os segundos os Cayapó e Xavante e entre os terceiros os Suyá. Dividiu também os Cayapó em três grupos: do norte, do sul e ocidentais. Entre os do norte incluiu os Xikrin, Gradaú, Gavião, Apinajé, Krahô e demais Timbira; entre os ocidentais englobou os Suyá e os Akwe; no grupo do sul, incluiu os Cayapó e os Kaingang.

Posteriormente, na década de 1940, Nimuendajú seguiu esta distinção, entre Kayapó do Norte e do Sul, ao afirmar que, de um exame da cultura, da língua e da história dos dois grupos, podia-se perceber que, embora aparentadas, seriam claramente diferentes e não podiam ser consideradas como derivadas uma da outra (Nimuendajú, 1952:427).

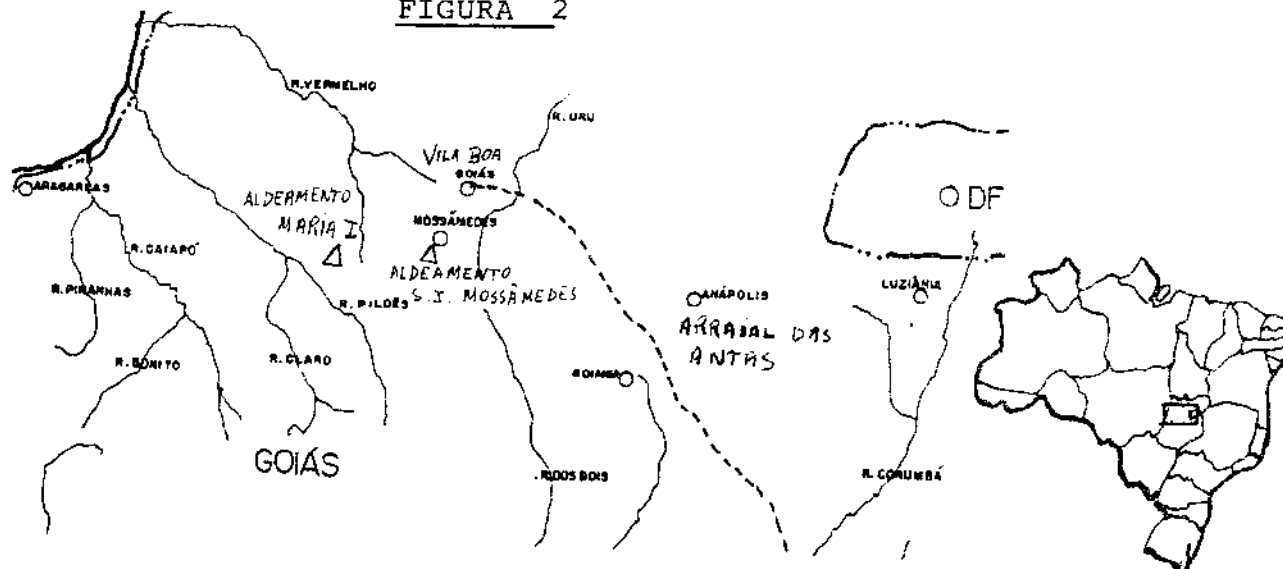
Não foi sem razão que se acreditou que eles estavam extintos. Afinal, os Cayapó viveram e experimentaram um processo de invasão da região sul de Goiás, Triângulo Mineiro, leste de Mato Grosso e norte de São Paulo, a partir do início do século XVIII. Agiram com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central.

Com a descoberta das minas de ouro, ocorridas em Goiás por volta de 1722, ocorreu uma migração colonial acelerada para a região, fato já anteriormente verificado em Minas Gerais (1693) e Cuiabá (1718). Os primeiros garimpos localizavam-se nas margens do rio Vermelho, originando a fundação de Vila Boa, atual Cidade de Goiás.

Neste processo de invasão do território, desapareceu rapidamente o grupo Goiás, da família Jê, antigos habitantes da região.

No processo incessante de tentar encontrar novos garimpos, tanto para suprir a necessidade da demanda crescente de novos mineradores, quanto pelo esgotamento natural das jazidas existentes, os aventureiros espalhavam-se por várias partes da região. O próprio descobridor das minas de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como "Anhanguera", explorando a região dos rios Claro e Pilões (veja fig. 2), neles descobriu diamantes. Mas não pôde levar adiante a exploração das pedras preciosas porque aquele tipo de atividade era um monopólio da Coroa portuguesa, (Prado Jr, 1992:181-185) e também devido a presença intimidadora dos Cayapó na área.

FIGURA 2



A intensificação da exploração mineira, crescente nos primeiros anos, fez aumentar também o fluxo comercial entre Vila Boa e São Paulo. Este comércio era feito por via terrestre, por uma estrada que ficou conhecida como "caminho de Goiás". Ela atravessava todo o sul

de Goiás, o atual Triângulo Mineiro, também parte da área de ocupação tradicional dos Cayapó, até chegar em São Paulo (Veja mapa 1).

A presença destes elementos estranhos dentro do território deu início ao processo de conflito armado entre Cayapó e "brancos". Para tentar manter o "caminho de Goiás" em segurança para os viajantes, o governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, contratou Antonio Pires de Campos, um sertanista de Cuiabá muito experiente, o qual foi encarregado de deslocar grupos Bororo da região de Cuiabá e aldeá-los no atual Triângulo Mineiro. Comandando estes grupos Bororo, Antonio Pires de Campos deveria realizar todas as ações necessárias para manter em segurança o "caminho de Goiás", protegendo os viajantes e moradores da região dos ataques Cayapó.

O "problema" Cayapó não foi resolvido por Antonio Pires de Campos, flechado mortalmente pelos próprios Cayapó em 1751, nem mesmo pelos continuadores de sua tarefa. Os conflitos permaneceram até que se iniciou um processo de convivência pacífica, através de aldeamentos, fato que somente ocorreu após 1780 quando o primeiro grupo foi aldeado.

Naquele momento, segunda metade do século XVIII, as jazidas auríferas já apresentavam sinais de esgotamento, entrando a mineração em decadência. A população que se ocupava naquela atividade passou a dispersar-se para outras regiões da colônia, ou para o interior da própria capitania goiana, tanto em busca de novos garimpos quanto de terras para agricultura e pecuária.

Mas os aldeamentos tiveram vida efêmera. O aldeamento construído especialmente para os Cayapó, chamado de Aldeia Maria I, foi extinto em 1813. O aldeamento de São José de Mossâmedes,

construído em 1774, foi extinto em 1832 (Chaim, 1983 e Ravagnani, 1987) (Veja figura 2). Desta forma, a maioria dos Cayapó não permaneceram nos aldeamentos. Como veremos a seguir, vários descimentos² foram realizados a partir de princípio do século XIX para tentar recuperar os grupos que fugiam de volta para as florestas. Durante a sobrevivência dos aldeamentos, eles foram visitados por Saint Hilaire e Pohl, que coletaram listas de palavras Cayapó.

Durante o século XIX, intensificou-se o processo de ocupação das terras à sudoeste de Goiás, fazendo recrudescer os conflitos entre "brancos" e Cayapó. Estes eram "resolvidos" pelo embate armado entre as duas partes envolvidas, sem a interferência do Estado. O objetivo dos "brancos" era expulsar os índios, ou simplesmente extinguí-los.

Ocorreu, desta forma, um declínio na sua população, de tal maneira que poucos deles viviam na região do Triângulo Mineiro, quando foram encontrados pelos exploradores da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo.

Todo este processo, tratado aqui de forma sucinta porque retornaremos a ele mais adiante, aliado a um positivismo reinante no início do século XX, levou a maioria dos autores que fizeram referência aos Cayapó a acreditar que eles caminhavam para a extinção, ou que já estavam extintos.

Em 1940, Nimuendajú apresentou um relatório ao SPI sobre os Gorotire. Afirmou que, dos Cayapó, apenas um grupo reduzido de cerca

² A palavra descimento foi utilizada para definir a retirada de grupos indígenas de seus territórios na região amazônica, descendo-os rio abaixo para serem aldeados nas cidades litorâneas de São Luís e Belém.

de umas trinta pessoas ainda viviam, em 1910, nas margens do rio Grande, mas que "*Hoje os Kaiapó Meridionais desapareceram como tribo*" (Nimuendajú, 1952:427). Robert Lowie, (1946:519) no HANDBOOK OF SOUTH AMERICAN INDIANS, na parte referente aos Cayapó, usando como únicas fontes de referência os relatos de Saint Hilaire e Pohl, repete a opinião de Nimuendajú de que aquela "tribo" deixou de existir. Posteriormente, Egon Schaden, em 1954, também compartilhou a hipótese de que os Cayapó estavam extintos, citando os dados fornecidos por Lowie (Schaden, 1954:397).

O RESSURGIMENTO DA ETNIA

No entanto, estudos mais recentes mostraram que estavam enganados os que acreditaram que os Cayapó estavam extintos. Eles também contrariam a hipótese de que os Kayapó pudessem ser um grupo dos Cayapó que teria se refugiado próximo do Xingu.

Foi o antropólogo inglês, Richard H. Heelas, quem inicialmente lançou a hipótese de que os Panara e os Cayapó poderiam ser um único grupo. Os Panara, grupo Jê, era conhecido, anteriormente ao seu contacto, como Kreen Akrore, nome dado a eles pelos Kayapó. Eles foram re-contactados em princípios da década de 1970 na região norte do Mato Grosso nas margens do rio Peixoto de Azevedo (veja figura 17). Com uma população estimada em cerca de 700 pessoas, após dois anos de contato seu número reduziu-se para menos de 100. Quando foram transferidos para o Parque Nacional do Xingu, existiam apenas 79 deles (Schwartzman, 1987:264-265).

Heelas foi o primeiro antropólogo a estudá-los, realizando uma

descrição etnográfica bastante detalhada, levando-se em consideração a grande depopulação ocorrida naquele momento. Ao comparar as listas de palavras Cayapó, coletadas por Saint Hilaire e Pohl (veja apêndice 3 e 4), em princípio do século XIX no aldeamento goiano de São José de Mossâmedes, Heelas verificou a existência de termos cognatos com a língua Panara (Heelas, 1979:2). Assim, da lista de Pohl, que contém 65 termos, considera 26 como cognatos, 5 como incompreensíveis, 14 como não conhecidos e 20 não cognatos. Da lista de Saint Hilaire, com 33 termos, 19 são cognatos, 4 incompreensíveis, 3 não conhecidos e 7 não cognatos.

O segundo trabalho antropológico entre os Panara foi realizado por S. Schwartzman na década de 80 (Schwartzman, 1987). Ele reexaminou as mesmas listas analisadas por Heelas e concluiu que dos 66 termos fornecidos por Pohl, 35 são palavras similares (52%), enquanto que o mesmo ocorre em 27 (81%) dos 33 termos da lista de Saint Hilaire. Assim, da comparação das duas listas, temos que 62% das palavras são similares.

Além das listas de Saint Hilaire e Pohl, duas outras foram coletadas em Santana do Paranaíba, então uma pequena vila, às margens do rio Paranaíba, na confluência com o rio Grande, no atual Mato Grosso do Sul. Uma delas foi coletada por um de seus moradores, chamado Joaquim Lemos da Silva e a outras por Dr. Kupfer, um cientista alemão que visitou, em 1857, uma aldeia dos Cayapó próxima da vila de Santana do Paranaíba (veja fig. 1).

Uma terceira lista dos Cayapó de Santana do Paranaíba foi coletada por Nehring, farmacêutico alemão que morava em Piracicaba (SP), onde, ao que tudo indica, coletou sua lista de palavras. Os

Cayapó trabalhavam como remeiros nas embarcações que navegavam entre as duas cidades. Estas últimas listas não foram cotejadas por Heelas, nem por Schwartzman em suas comparações lingüísticas entre Cayapó e Panara (veja apêndice 2).

Schwartzman, no entanto, apontou outras evidências possíveis da relação entre Panara e Cayapó. A forma de construir flechas, unindo-se pequenos segmentos de bambu até se obter o tamanho desejado; a técnica para construção de cestos; a prática de escarificação da testa com um pequeno arco e flecha para curar dores de cabeça, todas elas idênticas entre os dois grupos.

Schwartzman concluiu que era provável que os Panara do Peixoto de Azevedo representassem um grupo de Cayapó não assimilados que fugiram de Goiás ou do sul de Mato Grosso no final do século XVIII, ou início do XIX. Mencionou como evidência desta hipótese a própria tradição Panara de que seus ancestrais vieram do leste, de uma área de campo aberto, para a área de floresta fechada do rio Peixoto de Azevedo e que os inimigos estão no leste e não no oeste (Schwartzman, 1987:256). Veremos a seguir que esta hipótese se confirma.

CAYAPÓ-PANARA

Aquele grupo de cerca de 30 pessoas encontrado pelo Comissão Geológica, às margens do rio Grande, embora não causasse maior interesse aos membros daquela expedição, felizmente atraiu a atenção de um curioso morador de Uberaba, chamado Alexandre de Souza Barbosa.

Barbosa³ (IHGB, lata 188, doc.39) trabalhava, em 1911, como

³ Este texto de Alexandre de Souza Barbosa foi escrito em 1918, enviado ao Instituto

agrimensor, medindo as terras das fazendas da região do extremo oeste do Triângulo Mineiro, na confluência dos rios Paranaíba e Grande, quando encontrou um grupo de Cayapó que vivia na aldeia de Água Vermelha, próximo da atual cidade de São Francisco Salles (veja fig.1). Eles se autodenominavam **Panara**. Eram um grupo de apenas 4 pessoas, ainda jovens. Barbosa decidiu, então, montar um vocabulário da sua língua, passando a anotar as palavras que lhe ditavam. Mas a cada vez que perguntava sobre o significado de cada uma delas, os jovens índios diziam: "*minha mãe é que sabe tudo*". Mas a mãe não queria ir até o acampamento de Barbosa. Foi necessário, segundo ele, muito esforço para convencê-la. Chamava-se Cândida, descrita por Barbosa como uma mulher simpática e "*notavelmente inteligente*". Presenteada e tratada com carinho, ela resolveu, afirma Barbosa, "*ensinar-me a língua*". Após ler-lhe as palavras ditadas por seus filhos, a velha corrigiu algumas e acrescentou outras.

Devido a esta feliz atitude de Alexandre de Souza Barbosa, chegou-nos até o presente o vocabulário mais completo sobre a língua Cayapó (veja a lista completa no apêndice 1). Trata-se de um conjunto de mais de setecentas palavras, além de algumas frases descrevendo situações de pesca e caça. A partir dela, podemos avançar a hipótese proposta por Heelas e confirmada por Schwartzman de que Cayapó e Panará são o mesmo grupo⁴.

Histórico e Geográfico Brasileiro, onde estava guardado. Trata-se de interessante manuscrito sobre alguns aspectos históricos, e linguísticos sobre os Cayapó. Barbosa estava no extremo oeste do sertão da Farinha Podre, em 1911, trabalhando como agrimensor, quando encontrou alguns destes Cayapó. Recolheu um extenso vocabulário de sua língua e deixou algumas pistas sobre trabalhos referentes a eles. Entre estes situa-se um texto que teria sido escrito pelo padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro sobre os Cayapó que ele aldeou em Campo Bello. Suas impressões sobre eles, estariam num texto, intitulado UNIVERSAL, possivelmente publicado em Ouro Preto, em 1827.

A lista das páginas seguintes serve como um exemplo da relação entre a língua falada pelos Cayapó, comparando-se os vocabulários de Saint Hilaire, Pohl, Kupfer, Nehring, Lemos e de Barbosa, com a língua panara atual. As listas completas encontram-se em apêndice.

Segundo estudos lingüísticos preliminares, a partir do conjunto de vocabulários reunidos sobre a língua Cayapó, pode-se afirmar que aquela falada em São José de Mossâmedes, da qual alguns termos foram coletados por Saint-Hilaire e Pohl, é a mesma falada pelos Cayapó do Triângulo Mineiro e Santana do Paranahíba, cujos vocabulários foram coletados por Barbosa em 1911, bem como trata-se da mesma falada atualmente pelos Panara (Rodrigues e Dourado, 1993:505).

Não é objetivo deste trabalho realizar um estudo lingüístico a partir das listas de palavras existentes, trabalho este que vem sendo realizado por Aryon D. Rodrigues e Luciana Dourado (professores da UnB). Desejo apenas apontar algumas palavras semelhantes entre as várias listas, ressaltando alguns termos que se referem à relação de parentesco e ao corpo. Conforme veremos, nestes dois casos as palavras utilizadas pelos Cayapó e pelos Panara são semelhantes, e em alguns casos, são idênticas. Isto sugere, então, que se trata do mesmo grupo, uma vez que os aspectos relacionados a parentesco e ao corpo⁵ têm uma importância muito grande para a identidade da sociedade Panara.

⁴ Davis (1966), apontou para a situação problemática da afiliação lingüística dos "Southern Kayapó", devido principalmente a falta de dados lingüísticos. Com a descoberta desta lista de Alexandre de Souza Barbosa, e as demais reunidas neste trabalho, ficará mais fácil resolver aquela questão.

⁵ Observe-se que para os Jê do Norte, o prefixo *ĩ* é marcador de primeira pessoa. Assim, cabeça será *icrian*, significando "minha cabeça".

PARTES DO CORPO HUMANO.

Port.	S.Hilaire	Pohl	Kupfer	Nehring	Lemos	Barbosa	Panara
cabeça	icrian	icrian	ikiá		paquiã	kián	hi'kyà
cabelo	iquim	inki	iking	paquim		kin	hi'ki
cãs						kiánpô	kiãpo
orelha	chicré	chucaré	zicré	zukré	pacré	çukré	sikre
braço	ipa					ipá	hi'pá
cotovelo						pakuçú	pakusú
pescoço						impút	imputi
nuca						impút	imputi
perna	ite	ité	zãtakrita			ité	hi'te
canela						ité	itá
dente	chua		ischoa	pachuá		suá	sua
coxa	icria					inkré	hi'krè
mão	chicria			zukiã	pantôte	cykiá	sikya
olhos	intó			intó	pantó	intó	into
caolho						intónó	intono
nariz	chacare		pacré	zãkrã		çãkré	sakre
boca	chape		sacoa	zapé		çakuá	sakwa
lábio					pacôcy	çakuá	sakoá
língua			zutô		pããtó	çuntót	sutóti
queixo						çakiát	sakiát
rosto						intó	intó
peito	chucoto		zucoté			çukôt	sonkôti
coração						inkôkré	ikokré
estômago						impá	impá
umbigo					pantôte	çuntót	sukowti
pés	ipaa					ipá	hi'pa
calcanhar						pakiát	pakiát
pênis			impú		impú	impú	inpu
escroto					incré	inkré	inkré
vulva			inzé		iche	icê	isé

TERMOS DE PARENTESCO

Port.	S.Hilaire	Pohl	Kupfer	Nehring	Lemos	Barbosa	Panara
avô			uté			tapúpiã	topiépié
avó			topopié			tatúpiã	twapié
mãe		unisi	kuinzí		tia	tíkã	wungsi
pai		usum	hokió		uxum	uçúm	nàpié
filho			ipó				wésum
neto						ipán	sumpié
marido						tánpia	pã
esposa						pínpiã	tâmpie
cunhado						intlé	impimpié
sogra						kiántú	insipié
genro						kokrípiã	kyentâmpie
sobrinho						pôkiã	kripié
						pakré	punkya
							pakre

tia		bitó		citón	tõ
tio		bitó		cutón	tõ

OUTROS

Port.	S.Hilaire	Pohl	Kupfer	Nehring	Lemos	Barbosa	Panara
homen	impuaria		puará	impú	ipé	impúará	impúara
mulher	intiera		intiará	inká	insipiá	intierá	inkyara
água	inco		pinkó	inkó		inkô	ingkô
bruto						çampánón	san-pa-no
carne	jóbo	potina	hi			in, cin	si, yi:n
comer		schain				tikukrén	kukrè
		tempania					cikukrén,
							tikrén
faca		kaascha			coacha	káaçaôa	kàyasà
casa	uncua	kikré				kukré	kokre, inkuá
rio	pupti	pupti				pakré	pakre
frio		kiuli	kihui			ikih, kir	kiu
morrer		itu				iútú	intù
dor						titunçá	sonsá
peixe	tépo	tepo		tápe		tép	tepi
chuva		inta	intá			intá	inta
gostoso						nacici	na-si-si
arma		atona		atóma		atóme	ató
pau	poré	imromu				pêr	pèri
terra	cúpa	cupa				kypa	kupa
cachorro		ropu	hióp			ióp	yôpu
veado	impó	inpoti	impó	impõ	impó	impó	inpó
cutia						ikiánnacê	kyenasã
milho		muschu				môcê	môsu
amendoin						çâtí	sã'ti
anta	icrite		kiúte	idschutá	hiute	kiút	kyùti

Algumas das diferenças nas grafias das palavras Cayapó apresentadas acima, devem-se, em parte a origem das pessoas que as coletaram. Saint Hilaire era francês, Kupfer e Nehring alemães e Lemos e Barbosa brasileiros. Mas são variações sistemáticas que demonstram se tratar de uma mesma língua.

Por exemplo, as palavras escritas por Kupfer e Nehring aparecem grafadas com "z", onde Saint-Hilaire e Pohl escrevem "s" ou "c", sendo que Barbosa grafou "ç" e na língua Panara⁶ grafa-se com "s". Variam, também, as palavras onde Saint-Hilaire e Pohl escrevem com "cr", Barbosa escreveu "ki" e no panara atual grafa-se "ky".

O vocabulário coligido por Alexandre de Souza Barbosa torna-se importante não apenas devido ao valor das informações lingüísticas preservadas, que possibilitará estudos lingüísticos mais apurados, mas devido ao cuidado que teve em anotar termos de referência e vocativos, referentes a aspectos das relações de parentesco. Desta forma, podemos apontar alguns termos de importância na organização social dos Cayapó. Comparando os termos relacionados a parentesco existentes no vocabulário, com os correspondentes em panara, pode-se perceber certas semelhanças:

Mãe (tikâ - nâpiè); Avó (tapupiâ - twapiè); Avô (tapupiâ - topièpiè); Neto (tanpiâ - tampiè); Sogra (kokrípia - kripiè); Marido (pinpiâ - impimpiè); Esposa (intié - insipiè); Genro (pôkiá - punkya); Cunhado (kiantú - kyentâmpiè).

6 As palavras utilizadas nesta comparação foram extraídas das teses de Richard Heelas (1979), da tese de S. Schwartzman (1987), além de outra que foram fornecidas pela linguísta Luciana Dourado, que fala a língua panara.

Além das semelhanças observáveis em relação aos termos referentes a parentesco, outras também podem ser verificadas em alguns outros termos. Estes servem para indicar a estreita relação entre Cayapó e Panara. Observem-se os termos Cayapó e Panara, respectivamente para:

amendoim (çatí - sã'ti); milho (môcê - môsu); bravo (acê - asur); bruto (çampanón - san-pa-no); dor (titunçã - son-sá); casa (kukré - kokre); cutia (ikiánnacê - kyenasâ); paca (inkia - inkia); rio (pakre - pakre); terra (kypa - kupa).

Estes exemplos são importantes porque incluem tanto palavras encontradas nos mitos, quanto na construção social do corpo, que se dá através de ritos de passagem. Estes ritos podem ter sido praticados também entre os Cayapó, devido à presença destes termos, idênticos, no seu vocabulário. Senão, vejamos:

Os Panara são hábeis cultivadores de amendoim (sã'ti), o qual, segundo um mito, lhes foi dado pela cutia (kyenasâ). Eles são plantados no centro da roça e, quando estão maduros, indicam o momento de se realizar a escarificação nas pernas, tanto de rapazes quanto de meninas. Trata-se de cortes profundos realizados longitudinalmente nas coxas com dentes de paca (inkia). Segundo o mito, foi a própria cutia (kyenasâ) que mandou fazer esta escarificação (Schwartzman, 1987:158 e 399-400). Este processo é descrito pelos Panara como sendo revoltante e que causa muita dor (son-sá) (Schwartzman, 1987:156). Além disso, as mulheres Panara descreviam os homens como muito bravos (asur) e até mesmo brutos (san-pa-no). Diziam ainda que esta braveza e brutalidade dos homens levam-nas à gravidez através da mediação da dor (son-sá)

(Schwartzman, 1987:100).

Além das informações lingüísticas, aponto ainda algumas comparações possíveis de aspectos culturais entre os Cayapó e os Panará. Os dois trabalhos que apontaram esta relação entre Cayapó e Panará (o de Heelas e o de Schwartzman), fizeram-no baseando-se mais em dados lingüísticos, dando pouca atenção às demais identificações culturais. Heelas, além da comparação lingüística, menciona apenas a descrição, feita por Pohl, da construção de flechas pelos Cayapó. Elas eram feitas unindo-se, com fibras de madeira, pequenos pedaços de taquara com 30 cm de comprimento cada um. Heelas argumenta (1979:3) que esta é uma característica distintiva dos Panara. Schwartzman (1987:253) concorda com ele, acrescentando que esta arte de construir flechas não se encontra entre outros povos Jê nem tampouco entre outros sociedades indígenas sul-americanas.

Schwartzman, além de avançar na porcentagem de cognatos apresentadas por Heelas, aponta a prática Cayapó, descrita por Pohl, de escarificar a testa para curar dor de cabeça, além da característica de usar fornos de terra e corrida de toras. Schwartzman menciona ainda a construção de cestos (citado por Saint-Hilaire como *jucunu* e por Pohl como *piapá*) fabricados pela Cayapó e afirma serem idênticos aos construídos pelos Panara, inclusive com a mesma técnica.

Mas o seu trabalho sobre a história Cayapó restringe-se a cinco páginas. Ele acreditou que as descrições de rituais e de danças eram, aparentemente, de segunda mão e de precisão dúbia (nos casos da "dança do urubu" descrita por Saint-Hilaire) e vagos a ponto de poderem se ajustar a uma variedade de grupos indígenas

contemporâneos.

Nas páginas seguintes, seguirei a própria sugestão de Schwartzman de que "*Pesquisas adicionais podem favorecer a clarear a relação entre Panara e Cayapó do Sul*" (1987:255). Assim, ainda que algumas das anotações de Pohl e Saint-Hilaire possam ser vagas, proponho outras interpretações a partir delas, além de outras fontes documentais, sobre alguns aspectos da cultura Cayapó, que podem servir como auxílio para compreender melhor a relação entre eles e os Panara.

FUNERAL

As informações sobre o funeral Cayapó apresenta pontos de convergência com as informações sobre os Panara, cujas características podem ser fortes indícios de se tratar do mesmo grupo.

Joaquim Lemos da Silva, um morador de Santana do Paranahíba, deixou sua impressão sobre algumas características dos Cayapó que ele conheceu desde 1837, quando chegou àquela cidade. Sobre o sepultamento, assim o descreveu:

"quando enterrão hu adulto, depositão na cova junto ao cadáver hu bom cacete, enterrogando-se para que aquillo, respondem:- 'esse brigá muito no caminho'; enterrando-se huma criança, se ainda mama, depositão na cova hu vaso com leite, e si não mama, o vaso hé com água, e perguntando para que aquillo, respondem=

'esse longe muito bebê no caminho'." (IHGB, lata 501 pasta 18).

Pohl também deixou informações sobre o funeral. Informa que são feitas referências a quantos veados e porcos caçou aquele que morreu. Além disso, comenta que, no ritual, os homens costumavam receber uma pancada na cabeça e espargir o sangue sobre o morto. Após estes rituais,

"finalmente o corpo é enterrado, sentado, numa cova. Deitam no túmulo alimentos, além do arco e das flechas de que se servia o falecido. Todo o gado deixado é abatido imediatamente e comido, entre danças e cantos, como banquete fúnebre. (Pohl, 1976:153)

Em grande medida as informações de Heelas corroboram as de Pohl e de Lemos da Silva, como a colocação de leite nas covas de lactentes, armas e pertences masculinos nas covas dos homens, muito embora não confirmem a informação sobre a colocação de alimentos nas covas de adultos.

"The grave was a round pit some one metre in depth and one metre in diameter. The body was placed on mats and leaves in a foetal position with the head-feet axis aligned to the east-west and with the face towards the north. Adults were not buried with food

supplies, but for children below the age of weaning a quantity of breast milk was squeezed into small containers and placed in the grave. Corpses were not painted but were wrapped in sleeping mats and carried to the grave by "brothers". Small personal possessions were placed around the body: in the case of a man, his bows, arrows, arrow heads, bone flutes, feathers etc., and in the case of a woman her digging sticks, baskets, spinning sticks etc" (Heelas, 1979:127).

ESCARIFICAÇÃO

Saint-Hilaire mencionou um tipo de escarificação, como parte do ritual funerário.

"No estado semi-civilizado em que se encontram atualmente, esses indígenas conservaram vários de seus antigos costumes. Assim, quando morre alguém digno de respeito na tribo eles ferem o próprio peito com flechas ou dão fortes golpes na cabeça até fazer correr o sangue" (Saint-Hilaire, 1975:71).

Pohl, por seu lado, mencionou a escarificação para curar dor de cabeça.

"Quando tem dor de cabeça, escarificam a testa por meio de um pequeno arco, com o qual lançam

repetidamente contra a parte dolorida uma flecha de 20 centímetros de comprimento. A flecha tem na ponta uma farpa de quartzo com uma saliência em forma de botão, a fim de que a farpa não penetre mais do que o necessário. Com o mesmo instrumento, que se chama kutushná, sabem habilmente sangrar as veias" (Pohl, 1976:155).

Quanto a escarificação do peito e das costas entre os Panara, vejamos como a explica, primeiramente, Schwartzman (1987:180-183). Haviam tradicionalmente dois tipos de ocasião nas quais se escarificavam o peito e as costas: após realizar um ataque ao inimigo, ou após encontrar vestígios dele na floresta. Ao retornarem à aldeia, os homens pintavam-se de preto e cantavam até o anoitecer. No dia seguinte cortavam o peito e as costas de jovens adultos, com um dente de paca, na casa dos homens, formando de duas a quatro linhas de cicatrizes no peito e nas costas. Para Schwartzman, esta escarificação não era feita nos guerreiros que mataram o inimigo, ou que encontraram seus vestígios na floresta, mas sim em outras pessoas, diferenciando, portanto, da escarificação praticada pelos Kayapó e pelos Suyá.

Os Panara adotam o ritual de atacar uma casa de marimbondos que serve como treino para o ataque ao inimigo⁷. Consiste em os homens da aldeia, organizados como se fossem para uma expedição de caça ou de guerra, atacar uma casa de marimbondos e destruí-la usando apenas as mãos como instrumentos. Obviamente são picados pelas vespas,

⁷ Cabe ressaltar, no entanto, que este ritual é uma característica dos Jê (Vanessa Lea, comunicação pessoal).

afirmando-se que são picadas muito dolorosas.

Após destruírem a casa de marimbondos, retornam à aldeia onde homens e mulheres "choram" ritualmente como se estivessem de luto. Os homens e mulheres cantam, então, por toda a tarde, parando somente ao anoitecer. No dia seguinte, escarifica-se os peitos e costas dos jovens (masculinos e femininos).

É importante notar aqui a observação de Schwartzman de que o choro ritual pelas picadas dos marimbondos levadas pelos homens, é "*análoga ao choro pelos homens mortos ou feridos pelos inimigos*" (Schwartzman, 1987:182). Os marimbondos, desta maneira, assemelhariam-se aos inimigos, porque ambos furam os Panara. Os primeiros com seus ferrões; os segundos com as flechas.

A informação de Saint-Hilaire, então, de que os Cayapó escarificavam o peito quando morria alguém, deve ser uma referência a este ritual de escarificação que ocorria após um ataque ou, também, após a morte de alguém por um inimigo.

Com relação à escarificação, mencionada por Pohl, praticada pelos Cayapó quando sentiam dor, ela apresenta uma semelhança impressionante com a prática dos Panara. Mas antes é necessário entender porque escarificavam a testa quando sentiam dor de cabeça. A dor física, segundo Heelas (1979:131), está associada a um excesso de sangue, ou à presença de um sangue ruim. Quando o diagnóstico era excesso de sangue ou sangue contaminado, procurava-se alguma forma de eliminá-lo. Poderia ser através do corte provocado por picada de uma grande formiga preta, mas a prática mais comum era

"com a área afetada sendo repetidamente furada com uma miniatura de arco e flecha. A flecha era feita de uma pequena seção de taquara rachada e apontada com um osso (no PNX, com um pedaço do vidro) e era batido na pele por um pequeno arco de taquara. Este tratamento era comum e era realizado em muitas áreas do corpo, mesmo para dores relativamente pequenas" (Heelas, 1979: 131) [Tradução minha].

Schwartzman aponta esta semelhança, que não foi citada por Heelas quando relacionou Cayapó a Panara, afirmando que observou esta prática de escarificação várias vezes no Xingu. Além disso, afirma que não conhece descrição semelhante para outros grupos das terras baixas da América do Sul (Schwartzman, 1987:253).

AMENDOIM

Quando Saint-Hilaire visitou o aldeamento de São José de Mossâmedes, conheceu as roças dos Cayapó. Infelizmente não a descreveu, mencionando, apenas, que viu algumas mulheres carregando pesados fardos. *"Vi muitas dessas pobres criaturas levando às costas feixes de lenha, ou transportando jucunus cheios de mandubis (Arachis hypogea)"* (Saint-Hilaire, 1975: 71).

"Mandubis é o mesmo que amendoins", cita, em nota de rodapé, o apresentador do livro de Saint-Hilaire, Mário Guimarães Ferri. E "jucunu" são cestos feitos de buriti.

Vale a pena notar que nem Heelas, nem Schwartzman, ao examinarem os trabalhos de Saint-Hilaire e Pohl, fizeram qualquer

menção a esta questão do amendoim entre os Cayapó, muito embora, como veremos, ele tenha um papel muito importante na cultura Panara.

Segundo Heelas (1979: 254), o amendoim não faz parte da agricultura tradicional Jê. Em outras palavras, os demais grupos Jê não usavam, tradicionalmente, cultivar o amendoim da mesma maneira que os Panara. Por outro lado, ainda segundo Heelas, o amendoim é muito encontrado entre outros grupos a oeste do Peixoto de Azevedo, como os Kayabi. Entre estes, no entanto, não possuem qualquer valor ritual, muito embora tenham muita importância como base alimentar.

Heelas associa o cultivo dos amendoins, entre os Panara, com o próprio ciclo de vida dos homens da aldeia. O amendoim era cultivado no centro da roça de cada grupo familiar, em uma área especialmente limpa para isso, sendo todas as raízes de árvores e arbustos retiradas.

Quando colhidos, os amendoins eram levados, pelas mulheres, daquele grupo familiar, para secarem no centro da aldeia, em frente das casas. Depois de secos, eles eram armazenados dentro da casa, onde uma parte servia como alimento enquanto outra era conservada como semente para a próxima plantação.

Na próxima estação, eram plantados novamente no centro da roça. Quando os amendoins da roça estavam maduros, realizava-se a cerimônia de cortar as coxas dos jovens (homens e mulheres), os quais já haviam passado pela cerimônia de perfuração das orelhas e, no caso masculino, também do lábio inferior.

Este movimento do amendoim entre centro e periferia, segundo Heelas, é análogo ao movimento humano no plano da aldeia. A casa, onde se guarda as sementes, guarda também os meninos que, num

determinado período de sua vida, vão para o centro da aldeia. Após amadurecerem na casa dos homens, e cumprirem o ciclo de vida atingindo o estágio de homens maduros no pátio da aldeia, retornam para a casa. Da mesma maneira, os amendoins sempre retornam para a casa depois plantados no centro da roça e secados no terreiro da aldeia.

Schwartzman pesquisou alguns mitos Panara, descobrindo que o amendoim foi mitologicamente dado aos Panara pela cutia (Schwartzman, 1987: 158). Por ser de origem mitológica, associa-se a uma série de restrições alimentares, corte de cabelos, evitações de certas práticas como a caça. Estas restrições se davam logo após o início do plantio (Schwartzman, 1987:165) e assemelhavam-se às restrições impostas pelo *couvade* após o nascimento de um filho. Assim, interpreta Schwartzman que o plantio do amendoim estava mesmo relacionado simbolicamente ao movimento das pessoas no plano da aldeia. Para quem plantou o amendoim, era como se houvesse plantado filhos no centro da roça, assim como se coloca o filho na casa dos homens.

EVENTOS HISTÓRICOS

A partir das indicações da sobrevivência dos Cayapó, na figura dos Panara, trabalharei com a hipótese de que é possível utilizar alguns dados da etnografia dos segundos para interpretar eventos históricos dos primeiros. Com isto estarei buscando uma nova perspectiva, analisando eventos históricos conciliando informações históricas, fornecidas por fontes documentais escritas, com aspectos

culturais do grupo estudado.

A partir do início do século XVIII, os Cayapó foram considerados, pelas autoridades coloniais, como um dos grupos indígenas mais hostis aos "brancos", sendo seu caso utilizado como parâmetro para se tomar decisões, ou para argumentações sobre outros grupos indígenas do Brasil Colonial.

Como exemplo, podemos citar o caso dos Mura. Em 1751, o sertanista João de Souza Azevedo valeu-se do exemplo de combate aos Cayapó para sugerir ao governador do Pará, Mendonça Furtado, que os Mura fossem combatidos da mesma maneira (Amoroso, 1991:94).

Outro exemplo nos é dado nos debates ocorridos, em 1783, quando se discutia como deveriam ser tratadas as revoltas dos índios do Rio Branco, em Roraima. Elas deveriam ser punidas "*a ferro e fogo*", ou de forma branda? A decisão tomada em Lisboa mandava que se resolvesse o problema por outro meio que não a guerra e a dispersão dos insurretos. Estes efeitos drásticos, argumentava-se, deveriam ser guardados para "*casos extremos, como o dos Kayapó*", paradigma de ferocidade da época (Farage, 1991:135).

De fato, os ataques dos Cayapó eram tidos como extremamente violentos. Segundo os relatos da época, eles não deixavam de matar quem fosse possível alcançar. Além disso, não há nenhuma evidência de que tenham raptado qualquer pessoa em todos os ataques que realizaram. A única exceção, citada na documentação, é o caso do grupo indígena conhecido como Araxá. Este, segundo carta do governador de Goiás, teria sido atacado pelos Cayapó em 1751, sendo a maioria dos seus membros mortos. Afirma o documento que os demais foram raptados para servirem aos rituais de antropofagia dos

vencedores, o que não está correto, uma vez que se sabe que os povos de língua Jê não a praticavam. Deve-se considerar que havia dois padres que estavam na capital de Goiás na época aguardando a chegada de Antônio Pires de Campos para irem formar um aldeamento junto aos Araxá. Desapontados, podem ter influenciado na informação.

Mas em todas as outras informações de ataques Cayapó a regra se mantém: matavam a todos, pilhavam bens que podiam carregar e queimavam as casas. Como exemplo, temos o caso de um ataque realizado em 1755 em um garimpo, no local chamado de Arraial das Antas, atual cidade de Anápolis, em Goiás (veja mapa 1). Os Cayapó mataram 40 escravos negros que trabalhavam nas minas, o dono do garimpo e mais duas crianças "brancas", fugindo em seguida.

Mas estes eventos somente podem ser compreendidos a partir da própria cultura Cayapó-Panara, que nos permitem entender de forma não preconceituosa a realização daqueles ataques. Assim como a antropofagia tinha um significado entre os povos Tupi, compreensível, por exemplo, a partir da cultura Tupinambá, os ataques praticados pelos Cayapó devem ser vistos, também, a partir de sua própria cultura.

Dois aspectos da cultura Panara podem nos ajudar a compreender melhor os ataques praticados pelos Cayapó: a relação Panara/hí'pe (podendo ser, grosso modo, compreendido como "nós"/"outros") e a questão da vingança das mortes e/ou perdas sofridas. Segundo Heelas (1979:64), os Panara concebem o mundo, como os demais grupos Jê, de uma forma circular. Para eles este "disco" compõem-se de uma "terra", rodeada por "escuridão". Verticalmente, divide-se em duas zonas cosmológicas: acima um "céu" e abaixo um "submundo". Horizontalmente,

a "terra" é habitada por humanos que se dividem em duas categorias: Panara/Kahen, segundo Heelas (1979:64), ou Panara/hi'pe, conforme Schwartzman (1987:93). Ambos, no entanto, concordam que o termo kahen ou hi'pe, deve ser cognato dos termos kuben (Kayapó), enquanto Schwartzman acrescenta ainda kupen (Suya) e kupe (Kraho). Segundo Heelas, o termo kahen não tem as mesmas funções que seus cognatos dos outros grupos Jê, como kuben (Kayapó) contrapondo "humano" x "não-humano", ou "Jê" x "não-Jê". Panara não é utilizado para referir-se a outro grupo que não seja Panara, enquanto que kahen não é utilizado para referir-se a qualquer grupo que seja da categoria Panara (Heelas, 1979:64).

Schwartzman argumenta, por sua vez, que o termo hi'pe, refere-se a "outros", "inimigos", incluindo-se nesta categoria todos os outros povos indígenas, os brasileiros, e várias categorias de seres sobrenaturais, mais especificamente seres semi-humanos, além de monstros da floresta (Schwartzman, 1987:93), os quais são hostis aos Panara.

Assim, Heelas sugere que Panara e kahen referem-se a categorias sociais fixas, implicando-se, dessa forma, que em expedições guerreiras os Panara, ao contrário de outros grupos Jê, não faziam cativos. Ao contrário, os Panara matavam todos os kahen que encontravam (Heelas, 1987:65).

Esta característica de os Panara não capturar cativos⁸, deve-se, segundo Heelas, aos grupos de residência existentes no plano da aldeia, aos quais chamou de "*spatial descent groups*" ("grupo de

⁸ Vale a pena ressaltar que se trata de uma característica estranha, uma vez que a adoção é uma prática quase universal. Há, entre os Kayapó Setentrionais, uma longa prática de adoção (Vanessa Lea, comunicação pessoal).

descendência espacial"), semelhante aos "clãs" Bororo⁹ (Heelas, 1979:79). Para Heelas, a filiação a um SDG, se dá através da descendência matrilinear, sendo a regra de residência uxorilocal e a exogamia observadas, de tal maneira que não se permite que uma pessoa de outro SDG possa ser assimilada em um SDG que não seja o seu de origem. Isto explicaria porque não se tem cativos entre os Panara. Um criança capturada teria problemas em determinar o lugar residência, pois não teria um local social, por não ter nascido em um SDG, nem casamento, uma vez que o casamento entre os Panara é "prescritivo", e também teria problemas com sua morte, pois são os afins que cuidam de seu enterro (Heelas, 1987:80, nota 1 e Schwartzman, 1987:221-223).

Para Schwartzman, a identidade Panara é construída a partir da relação Panara/hi'pe. Os inimigos (hi'pe) são criaturas revoltantes e guerreiras, mas fontes de certos poderes e bens. O contato com "inimigos" (hi'pe) torna um homem "bravo", como os "inimigos", e esta é a condição em que os homens devem estar para realizar as cerimônias de furação de lábios, de orelhas e para escarificação do peito e das costas. Estes são rituais em que há manifestações de dor. E a dor é um ponto central para a formação da pessoa Panara. Assim, os "inimigos" tornam os homens "bravos" através da dor que lhes causam nas expedições guerreiras. Os homens causam dor nas mulheres, através das brigas conjugais e de seu comportamento "agressivo", deixando-as "tristes", condição que leva à gravidez (Schwartzman, 1987:99 ; 179); causam dor nas crianças através da furação de lábios e orelhas, ritos de passagem para a formação do Panara. Assim, fortalece-se a

9 Schwartzman chama este "grupo de descendência espacial", simplesmente de "clã". Correspondem, também, às Casas Mebengokre (Lea, 1986).

identidade Panara, com um ideal de homem guerreiro e bravo (Schwartzman, 1987:231). Além disso, os "inimigos" são considerados também, tradicionalmente, fonte de bens de valor para os Panara, tal como algumas plantas, como batatas e cará, as quais foram roubadas dos "inimigos", e eles são também fonte de armas de metal e de miçangas. O que se pode ressaltar, então, é que a relação com os "inimigos" cumpre papel importante na cultura Panara, sendo vital para sua identificação e para a realização dos rituais que marcam a formação da pessoa.

A segunda característica cultural dos Panara que nos ajuda entender melhor a história Cayapó, é a vingança. Em várias sociedades indígenas esta questão tem importância muito grande. Segundo Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, entre os Tupinambás, por exemplo, o nexos da sociedade é a guerra de vingança (Carneiro de Cunha & Viveiros de Castro, 1986:71). Enquanto para os Tupinambá a vingança seria um processo fundante da própria sociedade, portanto interminável, entre os Jê a relação com os inimigos clamaria por conclusão. O que nos importa reter desta discussão é que há, entre as sociedades Jê, este processo de vingança como uma forma de compensar mortes ou perdas. Entre os Mebengokre, por exemplo, cada pessoa morta, por assassinato ou feitiçaria, deve ser vingada matando o seu agressor ou por substitutos.¹⁰

10 Os mebengokre podiam apaziguar brigas entre parentes indo matar um branco, isto é, em vez de vingar a morte internamente. Os Panara informaram que houve uma época em que cada morte por doenças dos brancos era atribuída a feitiçaria interna, sendo o feiticeiro morto. Um Mebengokre "valente" costumava matar até cinco pessoas para vingar a morte de um parente. Até mesmo a morte de onze peões em 1980 era considerado pagamento pela morte de um Mebengokre nas mãos dos "brancos". (Vanessa Lea, comunicação pessoal). A mesma informação sobre as vinganças por feitiçaria, principalmente no período imediatamente após o contato, foi recolhida pela lingüista Luciana Dourado (comunicação pessoal).

Para o caso dos Panara, nem Heelas, ou Schwartzman deixam claro como se dá esta questão da vingança. Para o primeiro, tradicionalmente as tensões sociais ocorriam entre membros de matrilineagens, acontecendo mortes e vinganças correspondentes. Estas mortes se davam por grupos de homens que atacavam a vítima nos arredores da aldeia, ou quando dormia, neste último caso, principalmente se a vítima fosse mulher (Heelas, 1979:188).

Para Schwartzman, na sociedade Panara existe um sistema de compensar a morte de alguém através da morte de um animal (idealmente uma anta). Isso, segundo ele, é feito para evitar a vingança que potencialmente poderia acontecer (Schwartzman, 1987:223).

Muito embora se possa considerar que, entre os Jê, a relação com os inimigos clame por conclusão, conforme argumentam Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, parece, no entanto, que a vingança pode ter contribuído para aumentar os conflitos entre Cayapó e "brancos". Conforme veremos nas páginas seguintes, parece haver uma ligação cronológica entre os ataques das expedições dos "brancos" contra eles e as ações guerreiras Cayapó principalmente em Goiás.

Talvez houvesse, por parte dos Cayapó, uma tendência à conclusão da vingança. Mas ela era novamente exigida pelas respostas dadas pelos ataques dos "brancos". Assim, permanecia-se no conflito.

Desta forma, retornando àqueles eventos da história dos conflitos entre "brancos" e Cayapó, ao longo do século XVIII e XIX, poderemos entender melhor a lógica da não captura de mulheres ou crianças "brancas" pelos Cayapó, ao contrário, matando-as todas.

Em primeiro lugar, estavam em contato com um "inimigo" (hi'pe

ou kahen), o qual pertencia a uma categoria que era definida como hostil e, portanto, deveria ser morta. Segundo, porque ao combater os "inimigos", eles lhes forneciam bens simbólicos como a "bravura" necessária para que os homens pudessem realizar as cerimônias de escarificação de peito e costas, e perfuração de lábios e orelhas (estas duas últimas sendo ritos de passagem) e tornava o homem "bravo", uma condição ideal para ocorrer brigas conjugais, provocando tristeza nas mulheres, uma das situações que as colocavam em possibilidade de engravidar. Terceiro, os inimigos eram fontes de bens materiais, como plantas, armas, etc, bens estes que, mitologicamente foram deles apropriados (Schwartzman, 1987:231). Podemos acreditar então que os Panara continuavam praticando a aquisição de bens, recriando historicamente a ação mitológica. Quarto, estavam, também, vingando seus mortos, ou as pessoas capturadas pelos "brancos". Finalmente, não faziam cativos dos seus "inimigos" porque não havia possibilidade de serem incorporados em seus "SDG" ou "clãs".

E assim, foram considerados um dos grupos mais hostis do interior do Brasil no século XVIII.

Mas que papel a construção de uma imagem dos Cayapó como um grupo indígena extremamente hostil cumpria na dinâmica do processo de colonização?

Segundo Laura de Melo e Souza, houve, no início do período colonial, um processo de "edenização" do Novo Mundo, visando criar, assim, uma ponte que o aproximava do Velho Mundo europeu.

"Edenizar a América significava estabelecer com ela

uma camaradagem, uma cumplicidade que repousava no mundo imaginário. Encontrava-se aqui algo que, de certa forma, já estava concebido: via-se o que queria ver, o que se ouvira dizer" (Melo e Souza, 1986:43)

Mas se ocorreu esta "cumplicidade" pela edenização, o mesmo aconteceu com o processo de demonização da colônia. Através desta demonização dos povos indígenas, marcava-se uma separação que justificava as ações de guerra dos "brancos" contra as sociedades indígenas consideradas hostis.

Considerá-los hostis, acusá-los de antropofagia, de bárbaros, compará-los a pragas ou doenças que "infestavam" determinados locais, fornecia aos "brancos", uma *"alegoria da própria colonização"* (Taussig, 1993:113). Estas acusações contra os Cayapó serviam para criar uma imagem dos índios que era necessária para a justificação da própria presença dos "brancos" na colônia.

A história dos ataques praticados pelos Cayapó, principalmente os ocorridos nos períodos iniciais da ocupação da região das minas de ouro goianas, foram recontadas várias vezes nos documentos da época. Estas histórias, assim recontadas, tinham, segundo sugere Taussig (1993:116), uma função mnemônica e a capacidade de criar e sustentar o imaginário colonial sobre os Cayapó, constituindo uma força vigorosa, sem a qual talvez não se justificasse as ações dos "brancos" contra eles.

Essas imagens dos Cayapó podem, também, ter servido para vincular as ações e os ataques dos "brancos" a um ideal de ser guerreiro do homem português e, talvez, do próprio "branco" da

colônia. Veja-se o exemplo do governador de Goiás, João Manuel de Melo, em carta que escreveu ao Vice-Rei do Brasil, conde de Oeiras, em 29/12/1762. Refere-se à guerra em entre França e Inglaterra¹¹, em que se metera Portugal aliado aos ingleses. Pede que o conde interfira junto à corte para que mandassem substituto para ocupar seu lugar e que ele fosse enviado ao Reino para ir guerrear. Aproveita para reclamar que a guerra que faziam na colônia contra os índios não trazia nenhuma honra para ele, pois qualquer bandeira¹² poderia destruir uma nação indígena inteira.

"Peza-me achar-me n'esta remota Capitania onde até chega ião tarde (sic) a notícia de que temos guerra, tomara estar n'esse Reino para ter o gosto d'expor cada dia a vida nas mais arriscadas occasiões que se oferecessem na campanha; peço a V. Ex. por quanto se lhe pode pedir, e pela nossa antiga amizade, que me mande substituto para me restituir aos Reino, e lograr a fortuna de morrer em defeza da pátria, que esta guerra que cá temos com os Tapuíos, não hé couza que dê honra aos Governadores..." (grifo meu) (RIHGB,

11 Guerra entre a casa de Bourbon (França, Espanha e Nápoles) e a Inglaterra. Portugal aliou-se aos ingleses contra os demais. Assim, também o Brasil e as colônias espanholas fronteiriças estiveram neste clima de conflito (Varnhagen, tomo IV, 1981:180).

12 Bandeira significa os grupos de homens armados que eram formados tanto por iniciativa privada, quanto por ordem dos governadores. Empresa conhecida desde o início da colonização do Brasil, serviam tanto para procurar ouro quanto para aprisionar índios. A partir do final do século XVII, passou a vasculhar uma área maior do interior do Brasil. Neste processo, foram descobertas as minas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, em ordem cronológica. Sobre as bandeiras, veja-se Taunay (1924-1950) e Davidoff (1987). Com respeito a mineração, veja-se Prado Jr (1992).

84:83).

Após descrever as ações das bandeiras no interior da capitania goiana, o governador volta a insistir na questão da honra dada pela guerra: *"...que mais honra interesse em ser lá soldado razo do que general n'esta Capitania, que lá há guerra, e cá não e dezejo muito sacrificar a vida em defeza da pátria"* (RIHGB, 84:86).

O governador não teve seus desejos atendidos, permanecendo no governo de Goiás até 1770. Veremos, no próximo capítulo, como ocorreram estes conflitos envolvendo "brancos" e Cayapó no interior do Brasil Central.

CAPÍTULO II

DOS PRIMEIROS CONTATOS AO PRIMEIRO ALDEAMENTO

INTRODUÇÃO

Os Cayapó estiveram em contato com a sociedade colonial, seguramente, a partir de 1722, quando uma bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, descobriu as minas de ouro na região da Serra Dourada, às margens do rio Vermelho, onde se localiza hoje a Cidade de Goiás. Desta descoberta, e da mineração que se seguiu, originou-se a capitania¹ de Goiás, elevada a esta condição após ser desmembrada da capitania de São Paulo em 1748, tendo seu primeiro governador² tomado posse em 1749 (Alencastre, 1979:87).

Existem autores que afirmam serem os Cayapó os antigos Bilreiros,³ um grupo indígena de que se tem notícias na capitania de São Paulo desde o século XVI e XVII (Ataídes, 1991; Chaim, 1974; Monteiro, 1985; Schaden, 1954; Verswijver, 1992). Mas a maior parte

¹ No princípio do século XVIII, a colônia do Brasil era dividida em dois Estados. Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital em Belém; e Estado do Brasil, com capital em Salvador. Cada um destes Estados era dividido em capitanias, as quais eram governadas por um capitão-general ou governador. A capitania de São Paulo, até meados do século XVIII, compreendia os atuais Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As tres primeiros tornaram-se capitanias em meados do XVIII (incluindo-se neles o atual Mato Grosso do Sul) e as demais tornaram-se Províncias no século XIX.

² Cada capitania era governada por um capitão-general ou governador, fazendo parte de seus auxiliares o Ouvidor Geral, encarregado dos negócios da justiça (poder judiciário); ao Provedor-mor era atribuído as questões financeiras da Fazenda Real.

³ O nome Bilreiros deriva de bilro, uma borduna usada pelos índios, sendo mais grossa numa das pontas, semelhante aos bilros da rendeiras do nordeste.

destas afirmações não apresentam evidências desta possível relação entre ambos. A única ligação entre eles é o uso de pesadas bordunas de madeira, originando-se daí o designativo Bilreiro: semelhante a "bilro", ou Ibirajara ("senhores do tacape", segundo Schaden [1954:397]).

O argumento utilizado por Mário Neme (1969), baseado em fontes documentais, testamentos deixados pelos bandeirantes setecentistas, é que os Bilreiros habitavam, em princípios do século XVII, uma parte do noroeste do atual Estado de São Paulo. Para ele, a bandeira de Belchior Dias Carneiro esteve em contato com os Bilreiros em 1607, realizando, com eles, algumas trocas comerciais (Neme, 1969:114). Utiliza como evidência, uma relação deixada por Belchior Dias Carneiro a qual mostra que ele trocou um facão por "*uma peça dos bilreiros*", o qual chamava-se Guaguaroba (Neme, 1969:114).

Domingos Jorge Velho, cinco anos depois de Belchior Dias Carneiro, esteve, segundo Neme, no território dos Bilreiros. Este bandeirante não manteve contato amistoso com os índios. Ao contrário, aprisionou e escravizou vários deles, os quais a Câmara de São Paulo pediu que fossem devolvidos à sua aldeia (Neme, 1969: 117).

Embora seja muito interessante pensar-se a questão da história Cayapó anteriormente ao contato com a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, e da descoberta das minas de Goiás, o presente trabalho não retrocederá para antes de 1723. Adota-se esta data por ser daquele ano a primeira informação documental a utilizar o termo específico de Cayapó⁴. Além disso, foi a partir deste momento, com a invasão da

⁴ Alcântara Machado (1978:170), referindo-se aos índios que são mencionados nos testamentos seiscentistas, em São Paulo, afirma que raramente apareciam os "carajaúnas, galachos, araxás, acateguaras, tabajaras, apejús, guassipós, sarayês,

região por garimpeiros em busca de ouro, que aumentou substancialmente o volume de documentos que tratam dos conflitos gerados por este contato.

Conforme veremos no transcorrer deste trabalho, os Cayapó foram atingidos por duas frentes de expansão desde o início do século XVIII. Primeiramente foram os mineradores que se instalaram em pontos específicos do seu território em busca de ouro e pedras preciosas, resultando daí um tipo de conflito marcado por enfrentamentos que tinham como objetivo, por parte do "brancos", afugentar e expulsar os indígenas, empurrando-os mais para o interior dos territórios não cobiçados pelos mineradores. Com o declínio da mineração, após o esgotamento das minas, tanto em Goiás quanto em Minas Gerais, cresceram as atividades ligadas ao campo, principalmente a agricultura e a pecuária. Adveio, então, um processo de ruralização das atividades econômicas, com os antigos mineradores passando a dedicar-se às atividades de agropecuária. Esta onda migratória no Triângulo Mineiro e o sudoeste de Goiás teve lugar principalmente a partir do terceiro quartel do século XVIII, crescendo muito em princípio do século XIX.

Esta nova forma de ocupação da terra levou a um novo tipo de conflito. Não bastava mais expulsar os índios para algum lugar longe dos locais de mineração. Com a nova atividade econômica, fazia-se necessário retirá-los, definitivamente, da terra que passaria a ser ocupada por rebanhos de gado. Diante desta nova investida, os Cayapó atuaram de maneira que os conflitos perduraram até o final do século

cayapós, caiajás, topis, amboupuras, membirayaras." Muito embora cite o etnomio Cayapó, o autor não dá maiores informações sobre as fontes documentais.

XIX, conforme afirma Darcy Ribeiro (1987:69).⁵

O TERRITÓRIO TRADICIONAL CAYAPÓ

A região ocupada pelos Cayapó (veja mapa 1) pode ser descrita, com certa margem de segurança, como sendo formada pelo sul e sudoeste do atual Estado de Goiás, o atual Triângulo Mineiro (região entre os rios Grande e Paranaíba), parte do norte de São Paulo, o leste do atual Estado do Mato Grosso e leste e sudeste do atual Mato Grosso do Sul.

Ao sul, seu limite era o rio Pardo, afluente da margem direita do Paraná; a leste, desde o rio das Velhas, no Triângulo Mineiro, até Anápolis; a norte, a serra Dourada, próximo a Cidade de Goiás, antiga capital de Goiás e a oeste as cabeceiras do rio Piquiri e Taquari em Mato Grosso do Sul.

Trata-se, certamente, de um grande território. No entanto, todas as informações deixadas por relatos de viajantes, comerciantes e demais pessoas que passaram pela região, desde o século XVIII, dão conta que este território era habitado pelos Cayapó. Não se encontra referência, nominalmente, a outro grupo vivendo nesta região. Além disto, a própria documentação da época faz referência aos outros grupos que viviam nas vizinhanças do território Cayapó, como, por exemplo, os Xacriabá. Eles também realizavam ataques contra os "brancos", mas não eram confundidos com os Cayapó. Assim, acredito

⁵ Sobre o movimento migratório provocado pela decadência da mineração e a ocupação do Triângulo Mineiro e de Goiás no século XIX, cf: Monbeig (1984), Palacin (1976), Funes (1986), Ravagnani (1987 e 1989) e Tiballi (1991).

que ao fazerem referência a Cayapó, estavam fazendo alusão a um grupo com características determinadas que possibilitava uma distinção dos demais⁶.

Esta possibilidade encontra sustentação, também, nos dados lingüísticos existentes sobre os Cayapó. Estas informações, recolhidas por Saint-Hilaire e Pohl (em princípios do século XIX em São José de Mossâmedes), e as recolhidas por Kupfer, Nehring e Joaquim Lemos da Silva (na segunda metade do século XIX em Santana do Paranaíba), e as de Alexandre de Souza Barbosa (no início do século XX no Triângulo Mineiro), demonstram que há uma contiguidade lingüística do grupo, com a possibilidade, então, de haverem ocupado um grande território. Além destes dados lingüísticos, a cartografia daquele período também aponta que aquela região era o "*sertão do gentio Cayapó*" (Veja mapa nº 2 e 3). O primeiro é de 1751 e o segundo, provavelmente, de 1770.

Assim, provavelmente, os Cayapó tinham como seus "vizinhos" de território, ao sul, os Kadiwéu, os Payaguá⁷ e os Kaingang (Jê); a

⁶ Aos Mura também foi conferido um extenso território, no processo que Marta Amoroso (1991) chama de "Mura agigantado". Para eles também havia um espaço territorial superdimensionado (110 e 114). A esse superdimensionamento territorial, a autora interpretou como sendo uma ação visando "*formação de um corpo de conceitos homogêneos para informar a práxis das autoridades colonias*" (121). Para o caso Cayapó, o seu território era relativamente conhecido, desde princípios do século XVIII. Conforme veremos, inúmeras bandeiras percorreram a região em busca de ouro e diamantes, bem como para atacá-los.

No caso dos Mura, ao contrário, seu território permaneceu durante muito tempo desconhecido, uma vez que habitavam em barcos nos rios, o que facilitava a mobilidade e a imaginação do colonizador. Poderia dizer que enquanto os Muras viviam num regime de rios, os Cayapó viviam num sistema de terras firmes.

⁷ Os Payaguá era um povo do grupo da família lingüística Guaykuru, como os Kadiwéu, e vivia na região do Pantanal matogrossense e Chaco paraguaio. Hábeis canoeiros, opuseram uma resistência tenaz à navegação dos rios da região, entrando em conflitos com os "brancos" que se destinavam às minas de Cuiabá, cf. Carvalho, 1992 e Hemming, 1978, cap. 17.

leste, os Xacriabá (Jê), os Akroá⁸ e os Araxá; ao norte, os Goiá (Jê), os Crixá⁹, os Xavante¹⁰ e os Ava-Canoeiros¹¹. A oeste, o contato era com os Bororo, os quais, como veremos adiante, participaram na guerra movida contra os Cayapó, para permitir o livre trânsito pelo "Caminho de Goiás", possibilitando o comércio desta com a capitania de São Paulo.

Existe, no entanto, quem estenda este território Cayapó para até a confluência dos rios Araguaia e Tocantins e para além do rio São Francisco. Para Diogo de Vasconcelos (1983), em sua HISTÓRIA MÉDIA DE MINAS GERAIS, publicada pela primeira vez em 1912, os Cayapó viviam também no rio São Francisco, compondo-se de dois grupos diferentes. Mas eles não eram originários da região. Ao contrário, o grupo chamado *Tapiraçaba*, teria se deslocado do Maranhão, onde eram amigos dos Franceses, expulsos dali pelos portugueses no século XVII. O segundo grupo, os *Guaíbas*, seria oriundo do Alto Tocantins e estabeleceu-se numa ilha do rio São Francisco, na região entre os rios Paracatu e Urucuia (Vasconcelos, 1983:36) (Veja mapa 1).

A aldeia Guaíba foi atacada pelos moradores da região, sobrevivendo apenas poucos índios. A ilha habitada por eles passou a ser chamada de São Romão, florescendo um pequeno arraial, elevado a

⁸ Os Akroá eram um grupo Jê que habitava a região sudeste do atual Estado do Tocantins, na divisa com a Bahia. Ravagnani (1987:16) ao referir-se a recusa, por parte dos Bororo, em seguir para o norte e atacar os Akroá, confunde-se primariamente, ao chamá-los de Kayapó.

⁹ Os povos indígenas Araxá, Goiá e os Crixá são considerados atualmente extintos.

¹⁰ Possivelmente Xerente e Xavante formaram um único grupo, tendo se separado em princípio do século XIX. Veja-se a este respeito, Ravagnani (1989b), Lopes da Silva (1992) e Maybury-Lewis (1984 e 1990).

¹¹ Sobre os Avá-Canoeiros veja-se a tese de Dulce Madaleno Rios Pedroso (1992).

categoria de julgado em 1719 (Vasconcelos, 1983:39). A aldeia Tapiraçaba ficava em algum ponto da margem direita do rio São Francisco, sendo considerada maior que a aldeia Guaíba. Após ser destruída por ataques dos moradores da região, nasceu em seu lugar outro arraial, originando a atual cidade de Januária (Vasconcelos, 1983:44) (Veja mapa 1).

Estas afirmações de Diogo de Vasconcelos devem ser consideradas com ressalvas pois suas interpretações podem não estar corretas, uma vez que ele não apresenta evidências que sustentem sua argumentação. Tudo indica que pode ter se confundido com os grupos Akroá, que foram intensamente perseguidos no sertão do Piauí desde o final do século XVII, e no norte de Goiás em meados do século XVIII, podendo então ser uma parte deste grupo que estava se deslocando pela região (Mott, 1989).

A primeira fonte documentada de informação, atualmente conhecida, sobre os Cayapó, é a *"Breve notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do Gentio Bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seo Recôncavo"*, escrita em 1723 (Campos, 1862). Segundo Pires de Campos, subindo-se o rio Grande, nome pelo qual era conhecido o rio Paraná, chegava-se ao rio Paranaíba. Por ele acima habitavam os Cayapó, os quais eram *"gentio de aldeia"*, ocupando um grande território por terem grande população. Cada aldeia era chefiada por um *"cacique"*, eram também agricultores, plantando-se milho, batatas e outros legumes. Segundo a *"Notícia"*, andavam nus e eram *"corsários de gentios de várias nações"*¹² (Campos, 1862:437).

¹² "Gentio de corço", ou "gentio corsário", era uma imagem náutica utilizada no período colonial para definir os povos nômades ou seminômades que não viviam nos

Antônio Pires de Campos afirmou ainda que pelo rio Grande (Paraná) abaixo, toda a região à sua margem direita, que compreendia a área dos rios Sucuriú, Verde e Pardo, era também ocupada pelos Cayapó (veja fig. 3 e mapa 1). Era por este último rio que as Monções¹³ viajavam até alcançar sua cabeceira, onde situava-se uma fazenda conhecida como Camapuã. Camapuã era também o nome da região que separava o rio Pardo do rio Taquari. Neste trecho, os viajantes transportavam as suas mercadorias por terra, levando-as de um rio para outro.

O "CAMINHO DE CUIABÁ"

Esta via de comunicação da região mineradora de Cuiabá com a vila de São Paulo foi um dos palcos dos conflitos da sociedade colonial com os Cayapó. O outro foi o "*caminho de Goiás*", que ligava Vila Boa de Goiás¹⁴ com São Paulo.

No trajeto entre as minas cuiabanas e a vila de São Paulo, os conflitos com os Cayapó se davam com mais intensidade nas margens do rio Pardo, no local acima descrito como Camapuã. Sérgio Buarque de Holanda em seus livros, MONÇÕES (1990) e O EXTREMO OESTE (1986)

povoamentos, constituindo-se em ameaça aos empreendimentos coloniais, pilhando as vilas e aldeias dos índios "domésticos". Esta definição foi aplicada aos Cayapó, aos Guaikuru e aos Payaguá, Cf. Amoroso (1991:5). Aquela imagem náutica não se aplica aos Cayapó. Esta referência significa apenas que eles viviam atacando os demais grupos e aldeias indígenas, ou núcleos de povoamento "branco" da região.

¹³ Monções era o termo utilizada para definir os comboios de embarcações que partiam de Porto Feliz (SP) em direção a região de Cuiabá (MT), levando cargas de mercadorias para lá serem comercializadas. Elas foram brilhantemente estudadas por Sérgio Buarque de Holanda (1986 e 1990).

¹⁴ Antiga capital de Capitania, Província e Estado de Goiás. Atualmente conhecida como Cidade de Goiás.

quando algumas pessoas (principalmente escravos) foram mortas em um ataque indígena no sertão de Camapuã. Em 10 de Fevereiro de 1728, D. Rodrigo Cesar de Menezes¹⁵, então capitão general da capitania de São Paulo, enviou uma ordem para o Ouvidor Geral investigar o caso de indígenas responsáveis por algumas mortes no sertão de Camapuã. Nesta ordem, D. Rodrigo mandou que, em represália àqueles ataques, fosse feita guerra contra os índios seguindo-se a Lei de 1611 (DI.13:135-136). Ao basear-se nesta lei,¹⁶ D. Rodrigo justificava também a escravização dos índios que fossem capturados nestas expedições.

Mas o cativo legal dos Cayapó foi determinado, explicitamente, pela Ordem Régia de 08 de Agosto de 1730. Nela, informa-se que a região de Camapuã é o território dos Cayapó, os quais ali atacavam os viajantes, bem como no "*caminho de Goiás*". Esta Ordem Régia voltava a enfatizar que todos os Cayapó seriam considerados escravos de quem os capturasse (DI, 24:27-28).

Dois anos depois, 1732, as Monções estavam sendo constantemente ameaçadas pelos ataques que sofriam dos Cayapó, Payaguá e Guaikuru. Em cinco de março, uma Ordem Régia determinou que se fizesse guerra contra os Payaguá (AN/ Cod. 454: 36-37v) e, em setembro do mesmo ano, a guerra foi estendida também a todos os "*gentios que infestam o caminho de Cuiabá*" (DI, 22: 12-15).

Arma-se, então, um verdadeiro cenário de guerra, com a

¹⁵ D. Rodrigo Cesar de Meneses governou a capitania de São Paulo até 1728.

¹⁶ Embora a Lei de 1611 considerasse a liberdade dos índios, permitia a escravidão legítima dos aprisionados em guerra justa, quando os índios se mostrassem hostis, "movendo guerra, rebelião ou levantamentos". Cf. Perrone-Moisés, Beatriz (1992:125).

população da vila de Itú (veja mapa 1), então a mais interiorana das povoações da vizinhança de São Paulo, preparando-se para participar da guerra. Em 23 de dezembro de 1732, um padre da cidade escreveu ao Conde de Sarzedas¹⁷ informando-lhe que as pessoas que se interessavam em participar da guerra, faziam-no com o único objetivo de obter escravos (APESP-PC. 292-36-1-55). De nada adiantaria as opiniões do padre, uma vez que as intenções dos moradores estava respaldada na Lei de 1611 que garantia a escravidão em caso de índios aprisionados em guerra justa.

Após terem vencido a guerra contra os Payaguá, os moradores de Cuiabá reuniram-se em uma Junta¹⁸, presidida pelo Ouvidor José Gonçalves Pereira, para avaliar as suas possibilidades e condições para fazer guerra também contra os Cayapó. Estiveram presentes algumas pessoas que participaram da guerra contra os Payaguá, entre os quais estava Antonio Pires de Campos. Após considerar que o território Cayapó era muito distante, na região das minas de Goiás, a Junta decidiu que não seria aconselhável fazer esta guerra a partir de Cuiabá, mas sim de Vila Boa (NDIHR-AHU. mf14 doc.176).

Mas isto não significava que os conflitos não existiam na região de Cuiabá. Ao contrário, em 01 de setembro de 1737, o mesmo Ouvidor escreveu à Corte afirmando que se estava cativando¹⁹

¹⁷ D. Antonio Luis de Távora, depois Conde de Sarzedas, governou a capitania de São Paulo entre agosto de 1732 e agosto de 1737.

¹⁸ Para tentar frear o poder que os jesuítas tinham nas decisões sobre as questões indígenas, o Estado português criou, no final do século XVII, a Junta das Missões, que era um conselho composto por representantes de autoridades civis e de religiosos de outras ordens, cf., Farage(1991:32-33).

¹⁹ A palavra cativar, e suas derivadas cativo, cativo, cativando, etc., quando utilizada neste trabalho, deverá ser entendida como o ato de tornar cativo,

indiscriminadamente Bororo, Payaguá e Cayapó. Discordava desta escravização generalizada, afirmando que somente o cativo dos Payaguá e Cayapó era justo não devendo ser estendido aos Bororo, uma vez que eles não se incluíam entre os grupos que atacavam as Monções.

Os conflitos aumentaram substancialmente com o passar do tempo, a tal ponto de a Câmara de São Paulo, em 09 de setembro de 1737, enviar uma representação ao Rei, afirmando que os Cayapó estavam fazendo guerra aos "brancos", sem que se tomasse qualquer providência (CDHSP-AHU.RIHGB T.Esp. III 1956:131), levando o Intendente²⁰ e Provedor de Cuiabá a requeerer que determinadas tarefas necessárias para a administração da região, como o trabalho de passagens dos rios, não pudessem se realizar devido aos ataques Cayapó (NDIHR-AHU mf19 doc.214).

A partir de então, temos notícias, ainda que fragmentadas, da ocorrência de vários conflitos. Estes, na primeira metade do XVIII, ao que tudo indica, poderiam ser caracterizados como descimentos, tal como se dava com outros grupos da Amazônia, pois se argumentava que os quintos²¹ não estavam sendo pagos, conforme mostra uma carta do mesmo Intendente enviada, em 1740, ao governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas (NDIHR-AHU mf 25A doc.253). Quatro anos depois, temos notícia de uma bandeira que foi organizada para explorar o sertão de Camapuã, com o argumento de procurar novas minas de ouro, escravizar, tal como era seu significado nos séculos XVIII e XIX.

²⁰ Intendente, ou Superintendente, era o funcionário encarregado de administrar os negócios relacionados exclusivamente com a mineração, de ouro ou de diamantes. Esporadicamente poderia acumular também o cargo de Provedor, cf. Prado Jr (1992: 181).

²¹ Quinto: quinta parte (20%). Parcela dos índios conseguidos nos descimentos que era cobrada como imposto.

mas, na verdade, com o objetivo de atacar os grupos indígenas para obter prisioneiros, que se transformariam em escravos. Seus participantes ficaram frustrados por não terem conseguido atingir seu objetivo, informou João Bicudo de Brito, em 1744, a D. Luís de Mascarenhas (CDHSP-AHU T.Esp. IV:203).

Estas informações sobre os conflitos estenderam-se pelos anos seguintes. Após ser criada a capitania de Mato Grosso²², seu primeiro governador, D. Antonio Rolim de Moura, passou a corresponder-se com o governador do Pará, Mendonça Furtado e com o Marquês de Pombal. Em carta a este último, em 30 de janeiro de 1754, o governador Antonio Rolim de Moura informava-lhe que muitos índios escravos tinham sido levados para Cuiabá. Mas, argumentava ainda que apenas os Mura, os Cayapó e os Payaguá deveriam ser cativos²³, muito embora estes dois últimos já não fossem mais facilmente encontrados.

Mas na segunda metade do século XVIII, as bandeiras organizadas contra os Cayapó não tinham mais esta característica de descimentos, principalmente da forma como era praticada no Pará e Maranhão, como mostra Farage (1991), onde inúmeros grupos indígenas forneciam mão de obra para realizar os trabalhos para os moradores e para os jesuítas. No caso dos Cayapó, já não era mais com esta intenção que se formavam as bandeiras. Por serem considerados extremamente hostis, na maioria das vezes a ordem era para matar todos os homens que pudessem pegar

²² A capitania de Mato Grosso foi criada em 1748, no mesmo processo de desmembramento que resultou a capitania de Goiás. Sobre a história de Mato Grosso, veja-se Correa Filho (1969).

²³ Havia contradições entre as informações dadas por D. Antonio Rolim de Moura e as fornecidas por Mendonça Furtado. Enquanto para o primeiro os Mura os Payaguá e os Cayapó eram os únicos índios que se considerava como cativos, o segundo afirmava que todos aqueles índios eram considerados livres, à exceção dos Mura (Amoroso 1991:97).

em armas, como foi o caso das "instruções" dadas pelo mestre de campo, Francisco Lopes de Araújo, ao comandante de uma Bandeira, Antônio Soares de Godói, organizada em 1771 em Cuiabá. Os Cayapó haviam atacado num local próximo a Cuiabá, chamado Arraial do Médico, matando cerca de 50 pessoas. Em represália, as autoridades resolveram, então, formar uma bandeira, a qual deveria ser composta também por um grupo de Bororo. Instruía para que seguisse as trilhas dos Cayapó a partir do Arraial atacado. Caso perdesse a trilha, a bandeira deveria seguir para a região de Camapuã e cabeceiras do rio Taquari, onde se localizavam as aldeias (veja fig. 4). Enfatizava ao comandante que, ao encontrar alguma aldeia, deveria dispor os membros da bandeira na melhor posição para atacá-la *"e porá a ferro e a fogo tudo quanto encontrar, sem dar quartel a índio algum varão que possa pegar em armas e prevalecer-se delas em nossa ofensa"* (RAPMT 1(2):83). Encontrou-se uma aldeia a oito léguas de Cuiabá que foi totalmente destruída, segundo carta de Souza Coutinho a Martinho de Mello e Castro, de dezembro de 1771 (IHGB-CU 1.2.4 vol.33).

Em 18 de dezembro de 1772, o então governador de Mato Grosso, Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, escrevendo de Vila Bela, afirmava que expedira algumas bandeiras contra os Cayapó, pois nos últimos dois anos haviam matado perto de duzentas pessoas próximo a Cuiabá. Para ele, devido as suas características guerreiras e por habitar uma vasta extensão de terras, com *"centenas de léguas quadradas, situada entre a vila de Cuiabá e a Vila Boa até além da altura de Camapuã, já na capitania de São Paulo"*, eles somente poderiam ser vencidos com uma atuação conjunta das três capitanias: São Paulo, Mato Grosso e Goiás (IHGB-CU 1.2.4 vol.33).

A sugestão foi seguida pelo governador de capitania de São Paulo e, ainda em 1772, o Morgado de Mateus organizou uma bandeira, comandada por um certo capitão José Gomes de Gouvea, para atacar os Cayapó, que, segundo as informações do documento, "*infesta a Navegação do Cuyabá desde Avanhandava em té o R. Pardo*" (DI, 7:132-146).

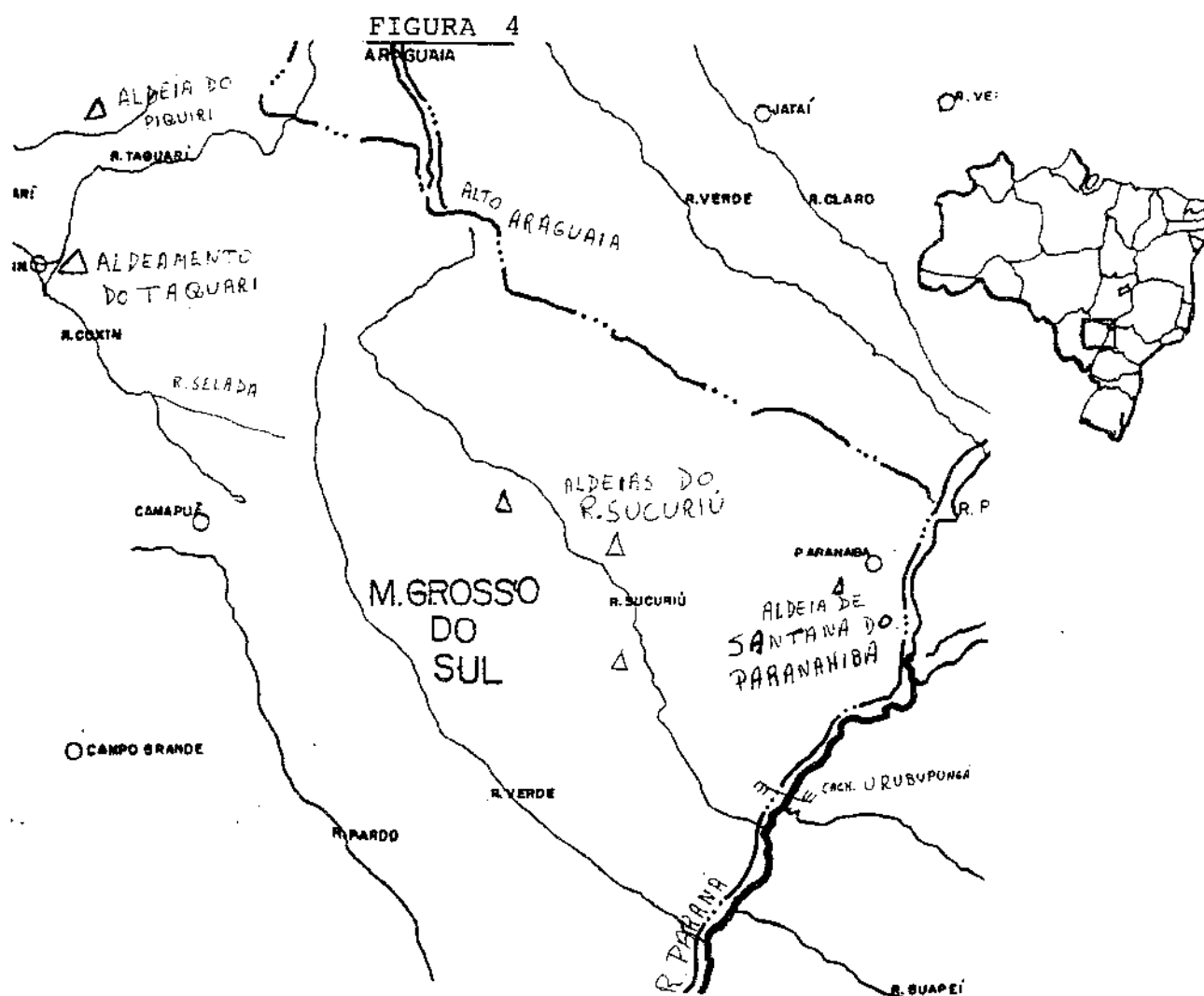
As últimas informações do século XVIII, para a região de Mato Grosso, davam conta que, a 6 de março em 1798, os Cayapó atacaram em um sítio e mataram uma escrava negra e seus dois filhos. A 18 do mesmo mês, atacaram novamente em outro sítio e mataram sete escravos (Siqueira, 1872:39).

Através de dois relatos de viajantes que passaram pelo "caminho de Cuiabá", em 1783 e 1792, conservou-se a informação de que a região do rio Pardo e Camapuã era perigosa, porque ali os Cayapó costumeiramente atacavam. Informam que não era aconselhável dormir nas barrancas do rio Pardo, preferindo-se as ilhas para evitar os ataques²⁴. Barbosa (1843:30), menciona um local até então não citado como parte do território Cayapó. Ao referir-se ao rio Coxim, afirma que um de seus afluentes, o rio Selada (veja fig.4), era ocupado pelos Cayapó. Mais enfático ainda, acreditava que naquela área estava a maioria da população Cayapó, pois afirmava tratar-se daquela região

²⁴ O relato de 1783 traz um extenso título: *Divertimento admirável para os historiadores curiosos observarem as máquinas do mundo reconhecidos nos certões da navegação das minas do Cuyaba, e Mato Grosso &ª*. Extrahido pela curiosidade incansavel de hum certanista paulistense, que os calculou sucessivos huns poucos annos. Assinado por, simplesmente, "p.". Mas seu título sempre é reduzido apenas para *Divertimento Admirável...* RIHGB, 77: 125-156. O segundo "Notícias da Capitania de São Paulo, da América Meridional escritas no ano de 1792, por Francisco de Oliveira Barbosa" (Barbosa, 1843).

"em que está a força do alojamento do gentio Cayapó".

Esta nova informação, já do final do século XVIII, revela que estava havendo, após cinquenta anos de conflitos, alterações na distribuição populacional dos Cayapó. E este movimento estava se dando no sentido leste-oeste, movimento este já quase padronizado no processo de recuo dos povos indígenas ante a invasão "branca", que estava ocorrendo quase no mesmo sentido. Esta nova região do rio Coxim, conforme veremos em outra parte do trabalho, foi ocupada pelos Cayapó até a segunda década do século XX.



O "CAMINHO DE GOIÁS"

O "caminho de Goiás", ao contrário do "caminho de Cuiabá", era totalmente terrestre. Foi por este trajeto que os bandeirantes seguiram no final do século XVII e princípios do XVIII e penetraram nos sertões do Brasil Central,²⁵ descobrindo as minas de ouro de Goiás.

O "caminho" partia de São Paulo, alcançava a vila de Jundiá, atravessava a região da atual cidade de Campinas (fundada em 1764), Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu (fundadas na década de 1760), cruzava os rios Guaçu, Pardo, Grande, atravessava o atual Triângulo Mineiro, e, transpondo o Paranahíba, entrava no atual Estado de Goiás, atingindo-se, finalmente, Vila Boa de Goiás, atual Cidade de Goiás (veja mapa 1).

Este caminho foi, por quase todo o período colonial, o principal meio de comunicação de toda aquela região com a vila de São Paulo e foi palco de um conflito terrível entre os Cayapó e a sociedade colonial, invasora de seu território.

Foi na região do atual Triângulo Mineiro que ocorreram os maiores combates da guerra travada entre eles e os "brancos". Deste episódio, a historiografia destacou a atuação do capitão Antonio Pires de Campos.²⁶

Mas estes conflitos ocorridos no "caminho" não estão

²⁵ Como vimos no início deste capítulo, há informações dando conta da atuação de bandeiras nesta região já no princípio do século XVII. Cf. Neme (1969).

²⁶ Taunay (1950) discute a confusão a respeito dos dois Antonio Pires de Campos, pai e filho. Para ele, o pai foi um dos descobridores das minas de Cuiabá e autor das "Breves Notícias...", enquanto que o filho foi quem guerreou os Cayapó.

desvinculados dos demais que ocorriam na outra parte do território Cayapó, isto é, na região do Alto Araguaia, principalmente nos rios Pilões e Claro, onde foram descobertas minas de diamantes logo nos primeiros anos de exploração mineira da região (RAHE-GO, 2:43-44).

Após descobrir ouro nas margens do rio Vermelho, dentro dos contrafortes da Serra Dourada, Bartolomeu Bueno da Silva passou a explorar a região mais ao sul. Ao pesquisar nos rios Claro e Pilões (veja fig. 5), descobriu os primeiros sinais de pedras preciosas. Ao mesmo tempo, sofria os primeiros ataques dos Cayapó, fato que o obrigou a abandonar a região. Deste acontecimento, o Conde de Sarzedas, então capitão general da capitania de São Paulo, deu conta ao rei em carta de 06 de fevereiro de 1734 (Idem).

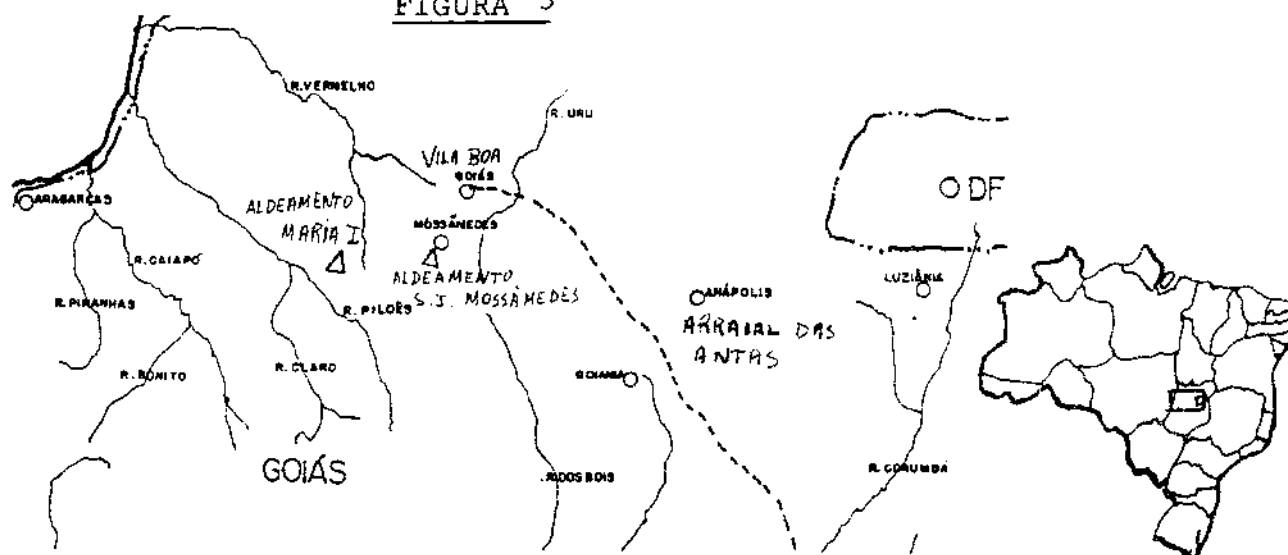
A partir deste conflito, procedeu-se da maneira que determinava o Conselho Ultramarino²⁷. O Superintendente das Minas, Gregório Dias da Silva, tirou uma devassa²⁸, enviando-a ao Rei, na qual informava-o das mortes provocadas pelos índios (CDHSP-AHU. RIHGB T.Esp. IV:35). Dois anos depois, os oficiais da Câmara de São Paulo enviaram representação a D. João V, também informando dos ataques que os Cayapó vinham realizando nas minas de Goiás, principalmente nas minas de diamantes do rio Pilões (veja fig. 5). Estas, segundo os oficiais, estava esvaziando-se devido as ameaças e aos ataques dos Cayapó (CDHSP-AHU RIHGB T.Esp. III:133-134). Diante deste fato, o capitão

²⁷ A partir de 1643 foi criado o Conselho Ultramarino, órgão da administração metropolitana portuguesa no qual eram tomadas todas as decisões sobre a política e administração dos interesses portugueses nas colônias do ultramar.

²⁸ Devassa era uma investigação realizada após algum acontecimento, a qual era enviada ao Conselho Ultramarino. A partir das suas informações, o Conselho tomava as decisões.

general da capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, estando em viagem para as minas de Goiás²⁹, atende as reivindicações dos moradores do "caminho" e expede uma portaria, em 18 de dezembro de 1736, autorizando-os a atacarem os Cayapó (DI, 22:102-121).

FIGURA 5



A partir da devassa tirada por Agostinho Dias Pacheco, D. João V enviou uma Portaria ao governador de São Paulo, Gomes Freire de Andrade³⁰, em 12 de abril de 1738, ordenando que fossem criadas companhias de soldados para proteger os moradores dos ataques Cayapó. Caso os conflitos continuassem, deveria ser tirada nova devassa para que se decidisse sobre se deveria ou não fazer "guerra ofensiva" (ver adiante) contra eles (CDHSP-AHU RIHGB T.Esp. IV:35).

²⁹ Alencastre (1979, p. 59), informa que ao governador de São Paulo fora ordenado viajar para as Minas de Goiás e ali fundar a primeira vila.

³⁰ O Conde Sarzedas faleceu em Goiás em 1737. Sucedeu-o, interinamente, Gomes Freire de Andrade, então capitão general da capitania do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1739, D. Luís de Mascarenhas assumiu o governo de São Paulo, sucedendo ao Conde de Sarzedas (Alencastre, 1979:71).

Em vez de mandar fazer uma devassa, D. Luís Mascarenhas convocou uma Junta em São Paulo, a qual decidiu dar guerra contra os Cayapó, nos mesmos termos daquela praticada contra os Payaguá. O Bando³¹, publicado em sete de dezembro de 1740, assim prometia:

"Toda pessoa que quizer hir explorar a Campanha, e dar nos próprios alojamentos daquelles inimigos para os fazer appartar destas povoações, e livrar aos habitantes dellas dos refferidos insultos, lhes prometto em virtude da dita Junta, e em nome de sua Magestade, de lhe dar por captivos todos os que apanharem...". (DI, 22:153-154)

Além de autorizar a população a atacar e escravizar os índios capturados, D. Luís criou ainda duas companhias de soldados que tinham a incumbência de atacar os Cayapó (DI, 21:165-166).

Conforme intensificava-se o trabalho de mineração, aumentavam, também, os casos de conflitos. Cresce, ao mesmo, tempo, a quantidade de representações da população pedindo para o governo fazer guerra aos Cayapó. Para se conseguir este intento, lançava-se mão do argumento da hostilidade e barbaridade cometida pelo Cayapó durante seus ataques. Pode-se verificar a utilização desta argumentação nas repetidas vezes que se afirma que os Cayapó são bárbaros, que matam escravos, mulheres, crianças, animais e depois queimam tudo.³² Este

³¹ "Bando" era um instrumento jurídico utilizado pelas autoridades coloniais para impor suas decisões.

³² Estes argumentos assemelham-se ao utilizado para "agigantar os Mura", conforme mostra Amoroso (1991), justificando-se, assim, o processo de ocupação da terra e dizimação dos grupos indígenas. Veja-se, sobre estes conflitos, entre outros, Ravagnani (1987), Chaim (1983) e Ataídes (1991).

argumento objetivava influenciar o Conselho Ultramarino a aprovar a guerra ofensiva e, ao mesmo tempo, justificava as próprias ações violentas dos "brancos" contra as populações indígenas.

A "*guerra ofensiva*" e "*guerra defensiva*" precisam ser entendidas a partir da compreensão da "*guerra justa*". "*Guerra justa*" era um conceito teológico e jurídico com raízes no direito de guerra do período medieval. Estabelecia as circunstâncias em que seria lícito os cristãos fazerem as guerras, principalmente contra os mouros (Farage, 1991:27). Com a expansão ultramarina, aquela prática, antes utilizada contra os sarracenos, passou a ser aplicada para os grupos indígenas do "novo mundo". O principal argumento para tentar justificar a guerra era a "hostilidade" por parte dos índios. Isto ocorreu já em 1548, no Regimento de Tomé de Souza. Era ainda considerado como casos possíveis de "*guerra justa*": quando os índios impedissem a pregação evangélica; deixassem de defender as vidas dos colonos; estabelecessem alianças com os inimigos da Coroa; impedissem o comércio e a circulação dos colonos. Em todas as leis que proibiam a escravização indígena, havia sempre a exceção aos casos de "*guerra justa*", como nas leis de 20 de março de 1570; de 10 de setembro de 1611, voltando-se novamente a enfatizar a possibilidade de escravizar os índios capturados em "*guerra justa*", em 17 de outubro de 1653. Mas a "*guerra justa*" dividia-se em duas categorias: "*guerra justa defensiva*" e "*guerra justa ofensiva*". A "*guerra justa ofensiva*" caracterizava-se por ser considerado lícito atacar as aldeias indígenas e somente poderia ser realizada por ordem do Rei; a "*guerra justa defensiva*", ao contrário, proibia que as aldeias fossem atacadas. Somente se permitia atacar grupos de guerreiros que fossem

encontrados em atitude que caracterizasse um ataque eminente (Carneiro da Cunha, 1986:154; Arnaud, 1973:7; Perrone-Moisés, 1992:124; Amoroso, 1991:24).

Assim, as bandeiras oficiais, bem como as companhias de soldados, somente podiam combater os grupos que fossem encontrados "vagando" pelos sertões, pois garantia a justificativa de que estavam se preparando para atacar.

Mas a atuação da administração colonial era bastante ambígua e, as vezes, contraditória. Havia um desencontro entre as várias ordens expedidas pela corte. Ordenava-se, por exemplo, atacar os Cayapó, mas, ao mesmo tempo, mandando que se tirasse devassa para determinar a necessidade de se fazer, ou não, a guerra. Por outro lado, a partir da Portaria de D. João V, de 1738, os governadores de São Paulo, depois os de Goiás e Mato Grosso, determinaram que se fizesse guerra ofensiva, mesmo sem a ordem expressa da corte.

Após os Cayapó haverem atacado, nos últimos dias de 1741, à cerca de uma légua de Vila Boa, a população, diante de um ataque tão próximo da vila, pressionou o governador para que mandasse atacá-los uma vez que tinha recebido ordens para lhes fazer guerra defensiva. Diante disso, D. Luís criou duas companhias de vinte soldados, comandadas por Antonio de Lemos Faria. Em março de 1742, o capitão Lemos Faria encontrou e atacou um grupo de guerreiros Cayapó. Para dar crédito a sua vitória, o capitão levou como troféu duas cabeças dos índios mortos, o que, pela informação do documento, alegrou o povo, pois era a primeira vez que se via "sangue desse gentio" (IHGB 1.2.2 vol.31 e CDHSP-AHU RIHGB T.Esp.IV:34-35).

Para se tentar resolver o conflito entre "brancos" e Cayapó, o

capitão general de São Paulo contratou Antônio Pires de Campos, no final do ano de 1742, para que ele, com auxílio de 120 Bororo, atacasse os Cayapó no rio Claro (Veja mapa 3, sobre as campanhas de Antônio Pires de Campos). Este ataque foi realizado em uma aldeia, caracterizando, neste caso, uma guerra ofensiva. Dele resultou a destruição da aldeia e a morte de cerca de 16 e o aprisionamento de mais 32 Cayapó (IHGB-CU 1.2.2. vol.31).

Destes conflitos, o Ouvidor Geral das Minas, Agostinho Pacheco Teles, tirou devassa e enviou-a ao Conselho Ultramarino. Esta devassa deve ter servido de base para a argumentação do Conselheiro Rafael Dias Pardinho, na Consulta de 15 de maio de 1744. Segundo o Conselheiro, ainda que tivessem acontecido alguns ataques por parte dos índios, estes eram feitos sempre por um grupo composto por poucos elementos, e de forma sempre muito rápida.

O parecer do Conselho Ultramarino foi de que não se deveria fazer guerra ofensiva contra os Cayapó porque atacar as aldeias poderia, segundo a visão dos Conselheiros, matar inocentes, que pagariam pelos culpados. O Conselho posicionou-se contra a opinião do Procurador da Coroa, que considerava ser preciso fazer a guerra aos índios, até os extinguir ou domesticar. O rei, enfim, decidiu que os Cayapó deveriam ser reduzidos à paz sem o uso de meios violentos (IHGB-CU. 1.2.2 vol.31).

Revelando a ambiguidade das decisões deste período, D. João V envia Provisão a D. Luís de Mascarenhas, em 23 de maio de 1744, argumentando que, atendendo aos apelos dos moradores de Vila Boa, aprova a guerra ofensiva contra os Cayapó³³. Recomenda, no entanto,

mais uma vez ambigualmente, que esta se fizesse somente após todos os esforços para pacificá-los de forma branda. Caso isto não fosse possível, deveriam, então, ser atacados até serem expulsos para as regiões não habitadas pelos "brancos", ou extintos. Reafirmava a escravização dos prisioneiros, dos quais mandava que se tirasse o quinto real (NDIHR-AHU mf50 doc. 432).

Mais uma vez prevalecia o interesse dos moradores em escravizar os índios. Conforme o parecer do Conselheiro Rafael Pires Pardinho, os moradores vinham realizando bandeiras por conta própria e cativando os índios aprisionados.

Esta prática de escravizar os índios permaneceria ainda por muito tempo. Em 1751 o primeiro governador da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, num momento de desabafo, informou ao Rei que a ordem de dar bom tratamento aos índios nunca teve observância em toda a capitania. Os sertanistas (homens experientes em lidar com os índios do no sertão) não cessavam de entrar nos sertões e fazer cativos aos índios que encontravam. Segundo D. Marcos, se resistiam, os índios acabavam todos mortos. Por isso, considerava que o regime da "administração" era cativoiro simulado, concluindo que os índios eram tão maltratados *"sendo vendidos em praça pública, o que já tenho presenciado"* (RAHE-GO 6:15-17).

Após o primeiro ataque que fez contra os Cayapó no rio Claro, Antonio Pires de Campos voltou para Cuiabá, de onde retornaria em 1746, com novo contrato com o governo de D. Luís Mascarenhas (NDIHR-

³³ Esta ambiguidade foi apontada por Karasch (1992), mais especificamente com relação ao final do século XVIII. Para ela, uma das expressões desta posição ambígua pode ser verificada na forma como os governantes se referiam aos índios. Ao mesmo tempo eram "feras" da capitania e "filhos" para a Igreja. (p. 397).

AHU mf50 doc.433). Por este contrato, Antonio Pires de Campos comprometia-se a trazer mais índios Bororo para serem aldeados dentro do território Cayapó, nas margens do "caminho de Goiás" (DI, 22:210-211). Utilizava-se, assim, a estratégia largamente empregada no período colonial, de utilizar as divergências entre grupos indígenas diferentes para atingir o objetivo da colonização. Grupos de Bororo foram, desta forma, transferidos para a região do atual Triângulo Mineiro, sendo ali aldeados para tentar manter o "caminho de Goiás" livre dos ataques Cayapó.

Enquanto se desenrolavam os conflitos em Goiás, a Câmara de São Paulo continuava informando que os Cayapó não cessavam seus ataques (RGCSF 1743-1744, VI:451-452). Baseando-se na Resolução do Conselho Ultramarino de 15 de maio de 1744, D. Luís Mascarenhas expediu, em 17 de fevereiro de 1745, outro Bando com o mesmo teor daquele de dezembro de 1740. Novamente autorizava a guerra ofensiva aos Cayapó, permitindo-se o cativo dos aprisionados nestes combates. Além disso, mandava, mais uma vez, duas companhias de soldados para policiar o "caminho de Goiás", nas margens do rio Grande³⁴ (DI, 22:185-186). Estas duas companhias permaneceram atuando sozinhas na região dos rios Grande e das Velhas até meados do ano de 1746, quando Antonio Pires de Campos chegou na região para aldear os Bororo³⁵ nas

³⁴ Ravagnani (1987:8) afirma que a solução encontrada para conter os Cayapó no "caminho de Goiás" foi colocar tropas para proteger os comboios que por ela viajavam. Está equivocado. A solução foi criar as companhias de soldados e também aldear os Bororo naquele "caminho". Ambos deveriam policiar a região e, sendo necessário, atacar as aldeias Cayapó.

³⁵ Antonio Pires de Campos fundou três aldeamentos no "caminho de Goiás", na região do atual Triângulo Mineiro: Santana do Rio das Velhas, Rio das Pedras e Lanhoso. Chaim (1974) e Ravagnani (1987) trabalharam esta questão dos aldeamentos oficiais em Goiás.

margens do "caminho" (MB vol.388: fls. 10,11 e 36) (Veja fig. 6).

Após a Resolução de 15 de Maio de 1744 e da confusão gerada pela contradição entre ela e os Bandos de D. Luís Mascarenhas, uma Provisão real ordenava que se fizesse uma "*Junta das Missões*"³⁶ em São Paulo para que ela resolvesse se a guerra aos Cayapó e aos Akroá era inevitável. Em caso afirmativo, deveria ser contratado Antônio Pires de Campos (MB vol 389:fl 143).

Esta Provisão Real revela mais uma contradição da política e da ação da Corte em relação aos índios e, especificamente, sobre os Cayapó. Como vimos, Antônio Pires de Campos já estava chegando no "caminho de Goiás", na atual região do Triângulo Mineiro, quando esta Provisão foi expedida. Em carta de junho de 1746, D. Luís Mascarenhas informava a Sua Magestade que Antônio Pires de Campos "*está no sertão do rio das Velhas e Grande atacando as Aldeias Cayapó*" (NDIHR-AHU mf46 doc.398).

A referida "Junta das Missões" não se reuniu em São Paulo, conforme ordenava a Provisão acima citada. Isto obrigou a expedição de uma Ordem Régia, em 9 de maio de 1748, mandando que a "Junta" fosse formada no Rio de Janeiro (AN. cod.952 vol.34 fl.81). Ela reuniu-se, mas não decidiu sobre fazer ou não guerra aos Cayapó e Akroá. Antes, mandava solicitar informações do governador de Goiás para saber como estava a situação dos conflitos com aqueles grupos. D. Marcos de Noronha deu conta que o capitão Antônio Pires de Campos estava combatendo os Cayapó. Diante disso, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, determinou que se mantivesse a

³⁶ Veja nota 18.

aldeia de Santana do Rio das Pedras. Mas, a despeito dos seus ataques realizados contra os Cayapó, o "problema" não foi de imediato resolvido. Os ataques dos Cayapó continuaram ainda por muito tempo (DI, 66:182-184). Para tentar resolver o "problema" definitivamente, em 1748, Antônio Pires de Campos voltou para Mato Grosso, onde atacou e dominou mais uma aldeia Bororo inteira (DI, 66:213-216), transferindo-a para o "caminho de Goiás" e fundando a aldeia do Lanhoso (Ravagnani, 1987:18 e 20).

Não resta nenhum relato conhecido dos vários ataques realizados, naquele período, por Antônio Pires de Campos e os Bororo, contra os Cayapó. Conforme vimos, em 1742 ele atacou uma aldeia na região do Rio Claro. Em 1746, estava atacando as aldeias do sertão do rio das Velhas, onde aldeou os Bororo. Com o auxílio destes, realizou várias incursões na região. Em 1750, voltou a comandar uma companhia de soldados, atacando novamente a região do Rio Claro.

Muito embora não tenhamos conhecimento de nenhum relato escrito destes episódios, restou-nos uma mapa³⁸ (veja mapa 3) que faz referências às campanhas contra os Cayapó. Para Taunay, este mapa mostra algumas referências à campanha de Antônio Pires de Campos. Mas, conforme veremos, ele trata também da atuação de um outro sertanista, conhecido como João Godói Pinto da Silveira. Segundo Taunay, a primeira referência é a citação "*Os primeiros alojamentos que atacou o coronel Antonio Pires de Campos*", que designa algumas aldeias próximo do rio Anicuns. O segundo local atacado pelo

³⁸ A indicação da existência deste mapa foi feita por Taunay (1950:243). Mas como, via de regra, ela não cita a fonte, fui encontrá-lo finalmente na mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, após duas jornadas naquele arquivo. Posteriormente "descobri" que fora publicado no primeiro número da Revista do Arquivo Público de Mato Grosso.

sertanista teria sido em 14/08/1753, em uma aldeia situada entre os rios Verde e Pardo, afluentes do rio Paraná, no atual estado do Mato Grosso do Sul.

Mas esta última referência é um erro grosseiro de Taunay³⁹. Não pode ser atribuída a Antônio Pires de Campos este ataque, uma vez que ele morreu em 1751, em Paracatu (MB vol.389 fl.130). Tudo indica que seja referência a uma bandeira organizada por seu irmão, Manuel de Campos Bicudo, juntamente com João Godoi Pinto da Silveira, seus substitutos na empresa de combater os Cayapó, após seu falecimento.

A terceira referência observada por Taunay trata de algumas aldeias do atual Triângulo Mineiro que teriam sido atacadas por ele. Na quarta, e última referência notada, ele afirma que Antônio Pires de Campos atacou um alojamento entre o rio Bonito e Cayapó (Taunay, 1950:213-214).

O que podemos observar pelo mapa é que mencionam-se duas aldeias que teriam sido as primeiras a serem atacadas por Antônio Pires de Campos. Localizavam-se na região divisora de águas entre as bacias do Araguaia e do Paraná, nas cabeceiras dos rios Anicuns (grafado no mapa como *Guanícuns*) e Pilões. Provavelmente estas duas devem ser as aldeias que Antonio Pires de Campos atacou em 1742, quando de sua primeira atuação em Goiás.

A segunda referência, onde está grafado "*choque da marcha*", trata de outra bandeira, que pode ser do próprio Antônio Pires de

³⁹ Hemming (1978:407) já havia observado esta falha de Taunay. Ele presumiu, então, que deveria ser um erro do mapa, presumindo que fosse 1743, uma vez que Antonio Pires de Campos morreu em 1751. Mas equivocou-se também Hemming pois, como veremos em seguida, o ataque de 1753 foi realizado pelo sucessor de Antonio Pires de Campos. A meu ver, Hemming não deve ter tido acesso ao mapa, confiando apenas nas palavras de Taunay.

Campos ou de particulares, uma vez que a linha que mostra sua ligação com Vila Boa é independente daquela que mostra os primeiros alojamentos atacados por ele no rio Anicuns. Esta expedição foi atacar duas aldeias nas cabeceira do rio Pasmado, sendo que se aponta no mapa a existência de mais quatro aldeias, a oeste, grafando-se: "*Alojamentos q'existem*". Esta indicação deve referir-se as aldeias do rio Sucuriú, conhecidas no início do século XIX.

Pouco mais ao norte das duas aldeias atacadas na cabeceira do Pasmado, agora na cabeceira do rio Bonito, grafou-se: "*Alojamento atacado pelo cor^{el} Antonio Pires*". Esta referência deve ser, provavelmente, a aldeia atacada em 1750, quando Antônio Pires de Campos estava a frente de uma companhia de soldados.

As cinco indicações de aldeias entre os rios Grande e Paranaíba, atacadas pelo capitão Antônio Pires de Campos, devem ser verdadeiras, uma vez que ele esteve de fato naquela região desde 1746.

A indicação de um alojamento atacado em 17 de agosto de 1753, não corresponde, como vimos anteriormente, à atuação de Antônio Pires de Campos, conforme quer Taunay. Trata-se, isto sim, de uma bandeira comandada por Manuel de Campos Bicudo e João Godói Pinto da Silveira, sucessores de Pires de Campos. Esta bandeira deixou Vila Boa em maio de 1753 e, como resultado, segundo a documentação, aprisionou muitos índios (CDHSP-AHU RIHGB T.Esp. VIII:126).

Mas, além desta expedição, João Godoi Pinto da Silveira realizou outras. Para uma, organizada em 1763, com o objetivo de entrar no sertão de Mato Grosso, foi autorizado a prender bastardos,

carijós⁴⁰, pardos forros, parte da população considerada desclassificada (CDHSP-AHU RIHGB T.Esp. VIII:130).

Com a morte de Antônio Pires de Campos, seu irmão, Manuel de Campos Bicudo pleiteou, como seu legítimo herdeiro, o estabelecimento de contrato conforme fora feito com seu irmão falecido, propondo-se a continuar as tarefas dele. Sentindo, no entanto, que a tarefa fosse demasiadamente pesada para cumprí-la sozinho, associou-se a João Godoi Pinto da Silveira para continuar os trabalhos de "*desinfestar os caminhos*" (CDHSP-AHU doc.3361 RIHGB T.Esp.IX:50-51). Permaneceram nesta parceria até 1757, quando Manuel de Campos Bicudo desistiu do contrato, ficando este inteiramente a cargo de João Godoi Pinto da Silveira (CDHSP-AHU doc.3113 RIHGB T.Esp. VIII:124).

Ao aprovar o contrato com João Godoi Pinto da Silveira, como continuador da tarefa de Antônio Pires de Campos, o Conselho Ultramarino voltou novamente a recomendar que os Cayapó deveriam ser tratados com brandura e que somente fossem atacados em defesa do "caminho". Ordenou também que se continuasse a lhes oferecer vantagens caso aceitassem ser aldeados (MB vol.405).

Apesar das ações de Antônio Pires de Campos, assumidas posteriormente por João Godoi Pinto da Silveira, os conflitos com os Cayapó continuaram acontecendo nos anos posteriores. Em 17 de Julho de 1755, no Arraial da Anta, atual cidade de Anápolis, os Cayapó voltaram a atacar. Segundo os relatos, mataram o dono da lavra, perto de quarenta escravos e mais duas crianças (RAHE-GO 3:37-

⁴⁰ Até o século XVII o termo "Carijó" era utilizado, em São Paulo, para referir-se aos índios Guarani em geral. A partir de então, "carijó" passou a significar aquele índio sujeito a administração particular. Para maiores detalhes sobre o assunto, veja-se Monteiro (1989)

Não se tem notícias se encontrou ou não os Cayapó. Tudo indica que não, pois no ano seguinte (1756) ele organizou outra bandeira contra os mesmos, para a qual foi ordenado que nos arraiais fossem recrutados soldados para acompanhá-lo (CDHSP-AHU doc.3113 RIHGB T.Esp. VIII:129). Apresentou-se como resultado desta bandeira, a captura de 6 mulheres e vinte e cinco crianças, as quais foram distribuídas entre famílias da Vila Boa.

O Arraial da Anta voltou a ser atacado em 1757. Desta vez os Cayapó mataram 19 escravos negros. João Godoi Pinto da Silveira foi novamente chamado mas, ao chegar no Arraial, não encontrou mais os Cayapó. Diante disso, o Conde de São Miguel⁴¹ afirmou que não poderia seguí-los porque não havia autorização para guerra ofensiva contra eles (IHGB-CU 1.2.6 vol.35).

Tudo indica que mais uma expedição foi organizada por João Godoi Pinto da Silveira, pois, em 17 de setembro de 1763, o governador de Goiás, João Manuel de Mello e Castro⁴² expediu uma ordem para que ele prendesse todos os bastardos, mestiços, carijós e pardos forros, "*quando de sua expedição a Mato Grosso*" (CDHSP-AHU doc.3113 RIHGB T.Esp. VIII:130). Mas dela não temos maiores informações.

Em princípio de 1764, registrou-se novo ataque Cayapó. Não há referência ao local, mencionando-se apenas que mataram alguns

⁴¹ Alvaro Xavier Botelho, Conde de São Miguel, governou Goiás de agosto de 1755 a julho de 1759.

⁴² João Manuel de Mello e Castro, governou Goiás de julho de 1759 a abril de 1770.

escravos e dois "brancos". O governador Mello e Castro informou que eles foram perseguidos por quatro dias. No quinto, a 16 de Fevereiro foram, finalmente, encontrados. A bandeira, composta de cerca de 30 soldados, atacou a aldeia de madrugada. Muito embora não revele quantos Cayapó foram mortos, afirma que os soldados

"assaltarão no seu acampamento executando um fatal destroço, e fora muito maior se não chovera tanto n'aquela manhã, que muitas espingardas não pegarão fogo. Fugio precipitadamente o gentio, inteirando-se pelos mais espessos matos, e não obstante ser hum corpo composto de cem homens, deixou nas mãos dos vencedores não só os despojos que levava, mas todos os seus arcos, flexas e mais armas de que uza" (IHGB-CU 1.2.7 vol.36).

Dois anos mais tarde (1766), foi o Arraial de Santa Luzia, atual cidade de Luziânia, invadida pelos Cayapó (veja fig.7). Eles atacaram inicialmente as roças e os garimpos. Em seguida tentaram sitiar o distrito de São Bartolomeu⁴³, mas não obtiveram sucesso porque foram combatidos pela população. Os moradores destes distritos decidiram formar, por conta própria, uma bandeira para atacar sua aldeia, que acreditavam haver sido construída nas proximidades do local. Solicitaram que o governador os auxiliasse, enviando alguns Bororo do Rio das Pedras. O pedido foi atendido e um grupo de 16

⁴³ Não consegui identificar este distrito na atualidade. Acredito entretanto que fosse algum lugar próximo a Santa Luzia (atual Luziânia).

Bororo, mais um comandante, uniu-se aos moradores. No total, a bandeira era composta de 36 homens armados.

Argumenta o governador que ela passou vários dias "*girando naquele dilatado sertão*," sem encontrar o "*alojamento dos bárbaros*", passando por vários rios, até que encontrou "*repentinamente hum grande número de Gentios*" que, na argumentação do governador para descaracterizar a guerra ofensiva, "*vinhão dirigidos a nova invazão*". O combate se deu inicialmente com os Bororo, sendo que, de imediato, foram mortos quatorze Cayapó. Os demais conseguiram escapar, retornando para a aldeia. Foram seguidos e, antes que pudessem abandoná-la totalmente, foram novamente atacados. Vários outros Cayapó foram mortos, sendo aprisionadas dezoito rapazes "*de pouca idade, que trouxerão consigo, e também os furtos que os Cayapós tinha levado das roças*." Para completar o "serviço", queimaram todas as casas da aldeia.

Ainda segundo o relato do governador, os Bororo informaram-no que naquela região, onde atacaram a aldeia Cayapó, havia ribeirões com muito ouro, mas que era muito arriscado trabalhar ali, porque "*adiante dos ditos sítios ficam outros alojamentos grandes dos mesmos Cayapó*" (IHGB-CU 1.2.7 vol.36).

A última notícia que temos dos conflitos com os Cayapó, neste final de década de 1770, é um ofício do governador José de Almeida e Vasconcellos⁴⁴ sobre os repetidos ataques que os índios, de uma maneira geral, e especialmente os Cayapó, vinham realizando. Informou, em 20 de junho de 1774, que nove escravos negros foram

⁴⁴ José de Almeida Vasconcellos e Sobral e Carvalho, depois Barão de Mossâmedes e Barão da Lapa, governou Goiás entre julho de 1772 e maio de 1778.

mortos na vizinhança de Vila Boa. Segundo o governador, deveria ser enviada uma bandeira para atacá-los, para evitar aquele "*fúnebre espetáculo e nove corpos que se conduziu para a matriz da vila*" (IHGB-CU 1.2.7 vol.36).

Retornemos, por um instante, aos conflitos descritos nas páginas anteriores. Pode-se verificar que ocorre um processo de ação/reação entre Cayapó e "brancos" que caracteriza meu argumento de que se tratava, também, de uma prática de guerra de vingança por parte dos primeiros. Há a indicação de ataques dos "brancos" em 1753 e, em 1755, os Cayapó atacaram o arraial das Antas matando perto de 40 pessoas. Em 1756 os "brancos" atacaram e capturaram 6 mulheres e 25 crianças. Em 1757 os Cayapó voltaram a atacar o arraial das Antas e mataram mais 19 escravos negros, número quase perto das 31 pessoas perdidas no ataque "branco" anterior. Os "brancos" voltaram a atacar em 1763, registrando-se um contra-ataque Cayapó em 1764. Neste mesmo ano os "brancos" revidaram com um assalto a uma aldeia. Em 1766 o arraial de Santa Luzia foi sitiado pelos Cayapó.⁴⁵

Nos primeiros anos da década de oitenta do século XVIII, Ignácio Correa Pamplona, um morador de Minas Gerais, escreveu ao governador daquela capitania, D. Rodrigo José de Menezes, informando-lhe que estava no sertão da cabeceira do rio das Velhas, e que vinha enfrentando a belicosidade dos Cayapó. Segundo suas informações, os Cayapó costumavam segui-lo por vários dias sem darem a oportunidade

⁴⁵ Esta intermitência dos ataques dos Cayapó foi observada por Caio Prado Junior (1992:49, nota 22). Ele sugere a hipótese, ao meu ver absurda, de que o crescimento demográfico dos grupos indígenas provocava uma diminuição nos recursos alimentares da floresta. Assim, as incursões guerreiras, seguidas de muitas mortes entre eles, restabelecia o equilíbrio entre população e estoque alimentar.

de serem atacados. Viviam à espreita, esperando os "brancos" construírem as cabanas de palha para dormir. Enquanto todos dormiam, punham fogo nelas, matando aqueles que saíam às pressas, fugindo das chamas. Desta maneira, para tentar ludibriá-los, informa Pamplona, usavam construir as cabanas e, à noite, afastavam-se delas para dormir no meio da mata (APM FDF-CC rolo 546, planilha 21531).

Enquanto Pamplona explorava o sertão do rio das Velhas, ocorria, em Goiás, a primeira tentativa bem sucedida de aldear um grupo Cayapó. A experiência de aldeamentos vinha sendo desenvolvida desde a década de 1750, com os Akroá em São José do Duro. Na década de setenta, foi construído o maior aldeamento de Goiás: São José de Mossâmedes⁴⁶. Nele foram aldeados, Xacriabá, Akroá, Karajá e Javaé.

Para abrigar os Cayapó, foi construído o aldeamento de Maria I, próximo ao rio Fartura, dentro do seu território tradicional. Mas isto será assunto para o próximo capítulo.

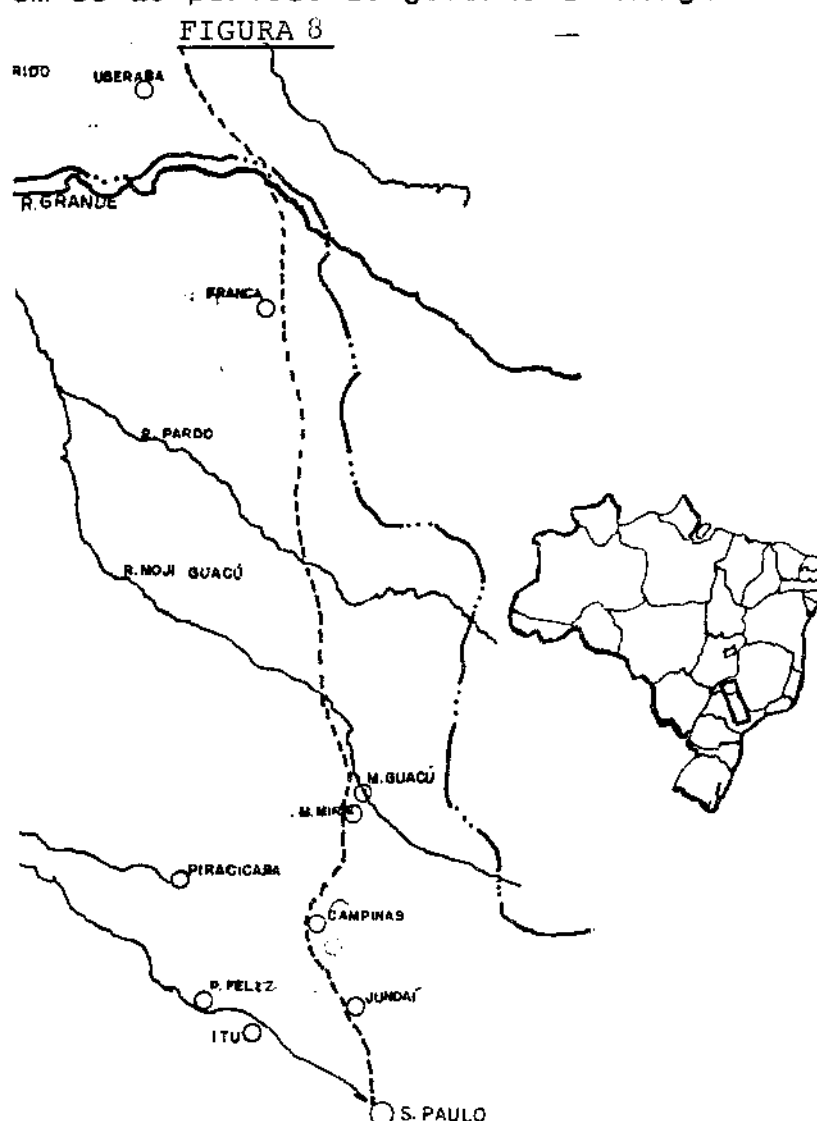
"CAMINHO DE GOIÁS" - SÃO PAULO

Os conflitos com os Cayapó aconteceram de forma muito ampla em todo o "*caminho de Goiás*", estendendo-se além do território goiano, atingindo São Paulo na segunda metade do século XVIII. Segundo a documentação do período, esses conflitos ocorreram na parte de São Paulo compreendida entre os Rios Pardo e Grande, então dentro dos limites da Vila de Mogi-Mirim (veja fig. 8).

A capitania de São Paulo foi extinta em 1748, sendo sua

⁴⁶ Sobre os aldeamentos de Goiás, veja-se os trabalhos de Chaim (1974), Ravagnani (1987 e 1989) e Rocha (1988).

administração transferida para o Rio de Janeiro, administrada pelo capitão general Gomes Freire de Andrade. Em 1765, foi recriada, sendo nomeado D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, também conhecido como "*Morgado de Mateus*", como seu capitão-general, permanecendo neste cargo até 1775.⁴⁷ Os documentos que encontrei relativo aos conflitos entre viajantes, moradores e Cayapó, dentro do território paulista, referem-se ao período do governo do Morgado de Mateus.



Os primeiros documentos são de 1766 e tratam de uma bandeira

⁴⁷ Ver a esse respeito, o trabalho de Bellotto, (1979) sobre a administração do Morgado de Mateus em São Paulo.

que foi organizada por José Gomes de Gouvea.⁴⁸ Através de um Bando de 20/01/1767, o Morgado de Mateus informa que mandou uma bandeira penetrar nos sertões na tentativa de "*conquistar o gentio Cayapó*" (DI, 65: 129-130). Além desta, outras foram organizadas no período entre 1767 e 1772, sendo que uma delas foi por iniciativa da própria Câmara de Mogi Mirim (veja fig.8) e duas outras organizadas por ordem do Morgado de Mateus. Todas foram comandadas pelo José Gomes de Gouvea (DI, 64:55-56). Podemos notar que elas eram muito bem armadas, pois somente para as duas últimas foram liberadas duas arrobas de chumbo e 8 libras de pólvora (DI, 7:134).

Para conhecer a extensão dos conflitos, o Morgado de Mateus ordenou que a Câmara de Mogi Mirim apresentasse uma "Atestação", uma espécie de relatório, sobre os conflitos que haviam ocorridos no distrito daquela Vila, desde 1765, até aquela data (1772). Os vereadores informaram-no das diversas "*crueldades do gentio Cayapó*".

O relato é construído de forma a enfatizar um caráter violento e cruel das ações dos índios, argumento que poderia justificar a própria violência dos ataques movidos contra eles pelos "brancos".

Inicia afirmando que falava "*sobre os insultos e mortes que tem feito o gentio Cayapó*". Em seguida enfatiza que o primeiro ataque dos Cayapó foi a trinta léguas da vila, onde mataram quatro pessoas na casa de um "*pobre morador*". O discurso procura ressaltar uma possível crueldade dos ataques. Menciona que os índios, após matarem as pessoas, cortavam os pênis dos homens e introduziam-nos nas bocas;

⁴⁸ Foi cap-mor de Juquery, comandante do presídio de Yguatemi e finalmente cap-mor de São Luís de Paraitinga, no vale do Paraíba.

com as mulheres, faziam introduzir paus em brasa nas suas vaginas. Após tudo isso, ateavam fogo às casas queimando-as e aos demais ranchos das fazendas. O segundo ataque teria ocorrido a quinze léguas da vila. Atearam fogo aos ranchos da fazenda, mas como era tempo das chuvas, não houve maiores danos.

Um outro ataque, em 5 de setembro de 1772, segundo a "atestação", havia acontecido a quatro léguas da vila, sendo mortas seis pessoas e queimadas todas as casas.

Os vereadores finalizam seu relatório afirmando que em toda a região, desde a vila de Mogi Mirim até o rio Grande, em torno de 70 léguas (perto de 500 quilômetros), as pessoas viviam apreensivas com receio de serem atacadas pelos índios.⁴⁹

Estas mesmas informações são confirmadas por José Gomes de Gouvea, em carta de 18 de setembro de 1772, mencionando o ataque de 5 de setembro, citado pela "atestação", sendo que enviara alguns soldados para perseguir os índios, mas as chuvas não permitiram sucesso nesta empresa. No mês seguinte, José Gomes de Gouvea submeteu à apreciação da Câmara de Mogi Mirim, a ordem recebida do Morgado de Mateus, ordenando a formação de nova bandeira para atacar os Cayapó. Esta decidiu que a melhor maneira seria atacá-los "nos seus alojamentos", isto é, atacá-los nas suas aldeias, evidenciando-se, assim, uma guerra ofensiva. Justificavam esta decisão argumentando que era esta a prática, em Goiás e Cuiabá, nos ataques contra os Cayapó (AM-BN. I-30,12,17 ns. 39 e 40).

Segundo o capitão José Gomes de Gouvea, as aldeias Cayapó

⁴⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, livro 1 pp. 46, 46v e 47. 1770-1775.

estavam localizados entre os Rios Pardo e Grande (veja fig. 8), no "caminho de Goiás". Muito embora seja um documento interessante pelas informações sobre, por exemplo, a possível localização das aldeias Cayapó em território de São Paulo, esta carta apresenta uma contradição, mas que não a invalida como um todo. Segundo José Gomes de Gouvea, era preciso atacar os Cayapó nas suas aldeias porque eles eram "*muito destros em fugir*", não se tendo nenhum prisioneiro dos confrontos ocorridos anteriormente, resultando destes apenas alguns "*mortos nas balroadas*". Posteriormente, o capitão informou que poderia ir aos alojamentos catequizá-los porque tinha dois Cayapó cativos para servirem de intérprete. Esta contradição, em lugar de invalidar as informações, revela que estava acontecendo muito mais que aquilo que explicitava a carta. Afinal, ao afirmar que "*o mais que se tem visto hé nas balroadas ficarem alguns mortos*", revela que combates já haviam acontecidos anteriormente e que destes haviam resultado prisioneiros. Mais que isso, eles foram escravizados, uma vez que são mencionados como "*cativos*".

Na seqüência destes informações, percebe-se que neste interim, entre outubro e novembro de 1772, realizou-se uma expedição, pois, em novembro do mesmo ano, o Morgado de Mateus escreveu para José Gomes de Gouvea, acusando o recebimento de comunicação deste afirmando que os Cayapó foram atacados e que eles haviam se retirado para "*seus alojamentos*". Ordena o Morgado de Mateus que o capitão suspenda por ora a bandeira. Caso os Cayapó voltassem a atacar, aí sim seriam "*caçados até seus alojamentos*" (DI, 64: 80-81).

A guerra contra os Cayapó estava tão difundida neste período que serviu de argumento, convincente, para recrutar pessoas para

formar uma companhia de soldados, sob o comando do próprio José Gomes de Gouvea, quando este foi nomeado para comandar o presídio-colônia de Yguatemi. O Morgado de Mateus aconselhava o cap. José Gomes de Gouvea a dizer que estava recrutando voluntários para combater os Cayapó que estariam "*infestando*" o "caminho de Cuiabá" (DI,7:132-160 e DI,8:11 e 25).

Muito embora não mencionando explicitamente os Cayapó, documentos do final do século XVIII e princípios do XIX ainda referem-se a ataques indígenas no "caminho de Goiás". Assim, em 1790, o Cap. Gen. Bernardo José de Lorena escreveu para a Câmara de Mogi Mirim discutindo a formação de uma Companhia de Ordenanças (soldados) na região da divisa com Goiás, para, segundo ele, fazer cessar os ataques dos "*gentios calculantes daqueles territórios*" (DI,46:73). Em 1804, o capitão General Antonio José da Franca e Horta enviou carta a Câmara de Mogi Mirim sobre a mesma questão de formação da Companhia de Ordenanças, desta vez, para o distrito entre os rios Pardo e Grande para que, com isso, se pudesse defender os moradores quando se viam "*atacados pelo gentio que infesta o mesmo sertão*" (DI,55: 278-279).

Finalmente, em 1809, o mesmo cap. general Franca e Horta escreveu ao secretário de Estado, apresentando os motivos para elevar a freguesia da Conceição da Franca à categoria de Vila (atual cidade de Franca [veja fig.8]). Dentre outros motivos, argumentou que aquela freguesia havia combatido o "*gentio, que ainda não havia muitos anos infestou aquela estrada, matando e roubando os viandantes*" (DI,11:422-423). Encerrando as informações sobre os Cayapó deste princípio do século XIX, em São Paulo, temos a opinião de Saint-

Hilaire que, em 1819, viajando de Goiás para São Paulo, afirmou que a margem ocidental do "*caminho de Goiás*" tinha apenas uma estreita faixa ocupada pelos portugueses. "*Depois dela estendem-se as vastas terras selváticas habitadas por hordas de índios Caiapós*" (Saint-Hilaire, 1976:96).

C A P Í T U L O I I I

ALDEAMENTOS E CONTATOS

ALDEAMENTOS CAYAPÓ DE GOIÁS

Após meio século de conflitos armados entre Cayapó e "brancos", um grupo foi aldeado. O padre Luís Antonio da Silva e Sousa, em texto escrito em 1812 (Silva e Sousa, 1849), explicou este processo do primeiro aldeamento da seguinte maneira: em 1778, Luiz da Cunha Menezes¹ assumiu o governo de Goiás e, dois anos depois, enviou uma bandeira ao sertão para tentar atrair os Cayapó. Após cinco meses na região do Alto Araguaia, ela retornou com um grupo composto por um índio idoso, seis guerreiros, suas mulheres e filhos, perfazendo um total de trinta e seis Cayapó. Após passarem perto de um mês na vila, foram mandados de volta para suas aldeias, para convencerem os demais a aceitarem o aldeamento. Chegando ao Rio Claro (veja fig. 9), o velho preferiu permanecer com as mulheres e crianças, num destacamento militar existente na margem daquele rio, mandando que os seis guerreiros fossem até as aldeias e chamassem os demais a aldearem-se. Ordenou, também, que voltassem em oito luas. Em 29 de Maio de 1781, chegaram a Vila Boa de Goiás, duzentos e trinta e sete Cayapó, comandados por dois caciques, sendo batizados, em 12 de Junho, cento e treze meninos. Para aldeá-los, o governador construiu um aldeamento, chamado de aldeia Maria I (veja fig.9). Como resultado

¹ Governador de Goiás entre outubro de 1778 e julho de 1783.

desta primeira redução, vieram duas outras levas, uma de oitenta e oito e, depois, mais duzentos Cayapó, perfazendo perto de seiscentos que foram aldeados em Maria I (Silva e Sousa 1849:460).

José Martins Pereira de Alencastre foi presidente da província de Goiás e escreveu, em 1863, um trabalho intitulado ANAIIS DA PROVINCIA DE GOIAS (Alencastre, 1979). Ele se propôs reescrever a história da capitania a partir dos escritos do padre Silva e Sousa. Vejamos como ele explicou este acontecimento da assim chamada pacificação dos Cayapó.

Em 15 de Fevereiro de 1780, o soldado Luiz partiu do aldeamento de São José de Mossâmedes comandando uma expedição de cinquenta homens e alguns Cayapó como intérpretes. Entrou pelo sertão do Rio Claro, procurando as vertentes do Alto Araguaia, com a intenção de pacificar os índios, levando, para isso, muitas coisas para presentear-los. Após cinco meses e seis dias no sertão, retornou com o velho Romexi, o qual vinha em lugar do cacique Angraiocha, acompanhado de seis guerreiros e as pessoas de suas famílias, perfazendo trinta e seis Cayapó. Os Cayapó teriam sido recebidos com as maiores pompas pelo governador Luiz da Cunha Menezes. Tanto teria sido boa a recepção, que uma das mulheres, chamada Punquere, ao falecer por ter vindo doente, foi sepultada na igreja. Depois de vinte e cinco dias na capital e em São José de Mossâmedes, o grupo foi mandado de volta para as suas aldeias para tentar convencer os demais a se aldearem. Romexi viajou com o grupo todo até o destacamento militar de Pilões², ali permanecendo com as mulheres e

² Enquanto o padre Silva e Sousa menciona o destacamento no rio Claro, Alencastre o localiza no rio Pilões.

Minha interpretação das cartas escritas pelo então governador da capitania de Goiás, Luís da Cunha Menezes (RIHGB, vol 84:135-151), mostram que a bandeira foi formada por cinquenta homens armados com armas de fogo: vinte e seis Bororo da Aldeia de Rio das Pedras, doze Akroá de São José de Mossâmedes e doze soldados, comandados por um cabo chamado José Luís Pereira. Foram instruídos a encontrar uma aldeia, cercá-la e capturar um grupo para que fossem levados até Vila Boa para ver como era a vida civilizada. Em 21 de setembro, após cinco meses no "sertão", chegou a bandeira com um grupo de trinta e seis pessoas, sendo destas seis guerreiros⁴. Uma das mulheres deste grupo morreu logo após a chegada. Isto indica que poderia estar ocorrendo uma epidemia entre eles. Foram recebidos com salva de artilharia e depois foram levados à igreja onde foi celebrada uma missa. Informa o governador que objetivava, com isso, impressionar os índios. De fato, com o fogo da artilharia demonstrava o poder do soberano; com a missa, marcava o poder da Igreja.

Após o grupo passar vinte e cinco dias, na capital e no aldeamento de São José de Mossâmedes (veja fig.9), ordenou-se que os Cayapó voltassem para o "sertão" pra convencer os demais a aceitar o aldeamento. O chefe mais velho reluta em voltar para as aldeias.

Em 10 de Maio de 1781, chegou o grande grupo de Cayapó que aceitaram o descimento para junto dos "brancos". Conduzidos a Vila Boa, o governador fez repetir os mesmos rituais de disparar a artilharia e celebrar a missa. Permaneceram trinta e oito dias em

⁴ Cabe ressaltar que esta informação confirma uma proporção de 6 pessoas para cada guerreiro, conforme argumenta o padre Desgenettes (1906).

Vila Boa, nascendo 6 crianças neste período, batizando-se 113 crianças.

Minha hipótese é que deve ter havido algum tipo de negociação entre o governador e as lideranças Cayapó, pois foram eles que escolheram o local para o novo aldeamento: ficava nas margens do riacho chamado Fartura, próximo dos rio Claro e Pilões. Com isso, poderiam permanecer em uma região com as mesmas características ambientais das áreas de suas aldeias.

Mas, quais os motivos que teriam levado os Cayapó a aceitarem viver no aldeamento, após tantos anos de conflitos com os "brancos"? Minha hipótese é que, pelos menos três fatores conjugados nos fornecem uma explicação: derrotas nas guerras contra os "brancos", epidemia de varíola e falta de alimentação (devido às fugas ou doenças), e pela ocorrência de seca por dois anos (Karasch, 1981:105). Naquele momento, os Cayapó estavam sofrendo ataques de bandeiras organizadas a partir das três capitanias: Goiás, São Paulo e Mato Grosso⁵. Esta situação deve ter causado muitas alterações na sua população, tanto pelas mortes ocorridas pelos ataques dos "brancos", quanto pelos deslocamentos mais frequentes, necessários diante da nova situação. Além disso, outro fato pode tê-los debilitado ainda mais. Em 1771 ocorreu uma epidemia de varíola que atingiu toda a capitania de Goiás (Alencastre, 1979:342) e deve ter atingido também os Cayapó. Vimos que uma das mulheres do primeiro grupo morreu logo depois de chegar em Vila Boa. Acrescente-se,

⁵ Vimos estas questões anteriormente. Além daquelas evidências, o próprio governador Luis da Cunha Menezes informou às capitanias vizinhas para que parassem os ataques contra os Cayapó (RIHGB, vol84:142).

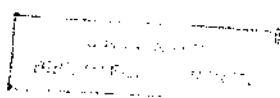
também, que entre 1778 e 1780 as chuvas foram menos abundantes, podendo ter contribuído para diminuir os recursos alimentares (Karasch, 1981:105). Assim, necessitando deslocar-se com mais frequência, abandonavam as roças plantadas sem que tivessem outras prontas para serem aproveitadas: provocando fome entre eles.

Os descimentos de outros grupos continuaram acontecendo. Em 1783, dez guerreiros Cayapó chegaram à aldeia Maria I, demonstrando interesse em trazer os membros da sua aldeia para o aldeamento. Voltaram para sua aldeia nas margens do rio Grande, possivelmente margem do Paraná, pois o documento afirma que a aldeia estava "*mais na capitania de São Paulo do que n'esta de Goyaz.*" Em princípios de setembro, chegou a Maria I a notícia de que um grande número de Cayapó estava a caminho, sendo que alguns dias depois chegaram muitos deles. Tristão da Cunha Menezes (IHGB-CU 1.2.7)⁶, em 1784, confiava que existiam naquele momento na aldeia Maria I, "*mais de 600 homens de guerra da dita Nação Cayapó*".

Esta informação da existência de seiscentos guerreiros, levou vários autores a citar, a meu ver erroneamente, este número como sendo o total da população Cayapó aldeada em Maria I. Exemplar, neste sentido, são os trabalhos, supra citados, de Silva e Sousa, Saint-Hilaire, Pohl, Alencastre, Chaim e Karasch. No entanto, tratava-se de mais de seiscentos guerreiros, o que implica, conseqüentemente, numa população maior.

O padre Desgenettes (1906), tentando avaliar a população Cayapó do sudoeste goiano e do Mato Grosso, utilizou uma proporção de mais

⁶ Era irmão de Luís da Cunha Menezes e o sucedeu na governação de Goiás de julho de 1783 a fevereiro de 1800.



ou menos seis pessoas para cada guerreiro⁷. Utilizando o mesmo coeficiente deste padre, teríamos, então, 3600 Cayapó reunidos no aldeamento de Maria I. Verswijver (1985:22), através da análise do censo de doze grupos indígenas do Brasil Central, confirmou que se pode utilizar uma proporção de quatro pessoas por cada guerreiro para calcular a população total de uma aldeia. Seguindo sua sugestão, teríamos dois mil e quatrocentos Cayapó vivendo inicialmente em Maria I.

Este número, alcançado a partir do coeficiente proposto por Verswijver, ainda que bastante elevado, não creio que seja absurdo⁸. Alencastre afirma que os Cayapó reunidos em Maria I eram provenientes de quatro aldeias (Alencastre, 1979:237). Mas, na verdade, tratava-se de um número maior que quatro aldeias. Quatro teriam sido as que viviam na região de Camapuã (veja fig.10), na capitania de Mato Grosso, enquanto que outros grupos haviam chegado das margens do rio Grande, próximo a capitania de São Paulo.

"...aquelas quatro Aldeias de Indios da Nação Cayapó, que se achavão Aldiados na Aldea Maria, herão dos que habitavão as campanhas do varadouro da Camapuã, mais pertencentes a Capitania do Cuyabá do que a esta. Dos que prezentemente chegarão á dita Aldeia Maria são os que habitavão as margens do Rio-grande, mais na

⁷ "Os Cayapós, que dominão o Rio Verde, Rio Bonito e Jatahy, podem fornecer de 200 a 300 arcas, o que inculca uma população de 1.500 a 2.000 almas". Desgenettes (1906:223)

⁸ Hemming calculou em 47 mil os Cayapó que viveriam em Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso em 1500 (1978:493-494).

capitania de São Paulo do que d'esta de Goyaz..."
(IHGB-CU 1.2.7).



Aumentou de tal forma a população do aldeamento que começou a preocupar o novo governador de Goiás, Tristão da Cunha Menezes. Quando ele estava viajando de São Paulo para assumir o governo da capitania goiana, teve a oportunidade de ser testemunha do resultado de um ataque Cayapó no "caminho de Goiás": eles atacaram uma tropa de mulas⁹, matando a mulher e o primo do tropeiro, mais oito ou dez

⁹ As tropas de mulas eram grande comboios destes animais carregados de mercadorias que faziam o comércio da região costeira até o interior do país onde se localizavam

mulas e levando parte das mercadorias (RIHGB, vol 84:154). Ficou ainda mais preocupado quando um dos grupos recém chegados em Maria I confessou a autoria do ataque à tropa de mulas.

Neste mesmo ano, existia o maior contingente de Cayapó aldeado: grupos de cinco aldeias e mais de seiscentos guerreiros. Havia um tamanho receio que se conjecturava que eles poderiam, com aquele contingente, rebelar-se e matar todo as pessoas "brancas" do aldeamento sem maiores problemas. Este número elevado também provocou problemas de fornecimento de comida para os Cayapó, levando a crer que governo não se preparara para receber tantos índios de uma só vez.

Inicialmente lhes era fornecido carne de gado para se alimentarem, mas logo esta alimentação foi interrompida, tendo eles começado a matar reses dos moradores das fazendas próximas, mantendo, assim, o clima de atrito com a população "branca". Somente em 1786, portanto, cerca de quatro anos depois do início do aldeamento, foi que o governo criou uma fazenda para fornecer gado que pudesse abastecer o aldeamento (MB vol. 395 f. 64v).

Outro ponto de atrito eram os grupos indígenas aldeados em São José de Mossâmedes. Este último aldeamento foi criado em 1774 e nele foram aldeados juntos, Acroá, Xacriabá, Javaé e Karajá.¹⁰ Ficava a poucas léguas de Maria I e os contatos entre os vários grupos e os Cayapó resultavam em pequenas escaramuças, por serem inimigos tradicionais, mantendo uma tensão que punha as autoridades com receio

as regiões mineradoras. Veja-se a respeito do comércio tropeiro, Lenharo (1979).

¹⁰ Sobre os aldeamentos indígenas do período colonial em Goiás, ver Chaim (1974) e Ravagnani (1987).

da possível explosão de um conflito entre os grupos, ou dos próprios Cayapó entre si.

A maneira como foram organizados os aldeamentos contribuiu, também, para seu declínio. A aldeia Maria I fracassou porque o governo de Goiás não tinha controle sobre a sua população. Não se tratava de um aldeamento cujas regras para a permanência nele, dos índios aldeados, impedissem o acesso dos Cayapó ao seu território tradicional. Ao contrário, eles circulavam constantemente entre o aldeamento e suas próprias aldeias. Exemplo disso são as informações fornecidas pelo diário de exploração dos rios Claro e Pilões, levada a cabo em 1804 e 1805, com o objetivo de pesquisar a existência de ouro naquela região.

Naquele ano, devido ao esgotamento das minas mais antigas da capitania, o governo organizou algumas expedições para explorar a região. Uma delas explorou o rio Claro e por várias vezes descobriu vestígios dos índios nas trilhas abertas por eles na floresta. Dentre os presentes na expedição, estava um Cayapó, por nome Lourenço, morador do aldeamento de Maria I. Nas cabeceiras do rio Claro, enquanto os participantes da expedição permaneciam num acampamento montado provisoriamente para descansar, Lourenço visitou uma aldeia Cayapó e conseguiu comida para o grupo. Em outro momento, encontrou-se um acampamento Cayapó não habitado, o qual, segundo Lourenço, servia como ponto de passagem dos Cayapó quando de suas perambulações pela região e quando iam de suas aldeias para o aldeamento de Maria I (veja fig. 10).

Em determinado momento, a expedição viu-se perdida na região. Sua esperança toda estava depositada na experiência do Cayapó

Lourenço, para encontrar uma picada conhecida como "estrada dos índios" que seguia do aldeamento Maria I para as terras Cayapó. Ficaram felizes ao encontrá-la e retornaram para Maria I, onde puderam, finalmente, restabelecer-se (RIHGB, 84:198-219).

Além disto, no final do século XVIII não havia interesse por parte do governo português em transformar os índios em mão-de-obra, uma vez que a mineração declinava e as atividades econômicas voltavam-se para a criação de gado e para a pequena agricultura de subsistência.

Entre os motivos que também devem ter contribuído para o insucesso dos aldeamentos, devemos considerar as epidemias. Segundo Alencastre (1979:342), a partir de 1811 ocorreu outro surto de varíola em todo o sul da capitania. Elas certamente devem ter atingido os aldeamentos. Além da varíola, também o sarampo os atingiu, pois em 1819 Saint-Hilaire (1975:69) observou que havia alguns anos quase todos os Cayapó foram atacados "de sarampo", tendo morrido mais de oitenta. Afirma ainda o naturalista francês que eles estavam contaminados por doenças venéreas transmitidas "*pelos portugueses*" (Saint-Hilaire, 1975:69).

Esta situação de depopulação crescente dos aldeamentos levou as autoridades a reunir os índios dos aldeamentos de Maria I e São José de Mossâmedes neste último, pois se afirmava que os dois estavam tão arruinados e com tão poucos índios que reunindo-se os de ambos perfazia um total de 267 (MB. vol. 1680).

Em 1819 John E. Pohl e Saint-Hilaire visitaram os aldeamentos de São José de Mossâmedes e Maria I. Segundo Pohl, a aldeia de Maria I estava em ruínas, sendo necessário cortar o mato com facão para

poder entrar nas ruínas das casas. Já São José de Mossâmedes ainda apresentava alguma dinâmica. No núcleo do aldeamento viviam soldados e mestiços, enquanto que os Cayapó construíram sua aldeia a uma légua de distância, próximo a suas roças. Saint-Hilaire (1975:64) interpreta esta recusa a morar no aldeamento como uma rejeição dos Cayapó às casas construídas com teto alto e cobertas de telha, por acharem-nas muito frias. Na sua aldeia, construíram as casas da maneira tradicional, cobertas com palhas. Na sua roça, Saint-Hilaire encontrou mulheres colhendo milho, (Saint-Hilaire, 1975:66) sendo que encontrou também várias que carregavam cestos (*jucunu*) cheio de amendoim (Saint-Hilaire, 1975:71).

Saint-Hilaire afirma que o diretor ainda governava seguindo a administração do Diretório Pombalino. Os Cayapó eram obrigados a trabalhar cinco dias por semana em suas roças para plantarem mantimentos para todo o aldeamento. A colheita feita pelos Cayapó, era recolhida pelos soldados e posteriormente divididos entre todos os moradores, índios ou não. O excedente era comercializado pelo Diretor do Aldeamento ou pelos próprios soldados. Restava, segundo Saint-Hilaire, dois dias por semana para que os Cayapó cultivassem seus inhames e suas batatas (Saint-Hilaire, 1975:65).

Esta situação provocava constantes fugas de Cayapó do aldeamento. Para tentar recapturar os fugitivos, assim como para tentar convencer novos grupos a aldearem-se, cumpriu importante papel a Cayapó Damiana da Cunha.

Damiana era neta do chefe Angraiochá e de sua mulher Xuinequá (Alencastre, 1979:338), sendo ela uma criança quando seu grupo foi aldeado em 1781. Ela exercia grande influência sobre os Cayapó e, por

isso, foi utilizada pelos governadores para comandar expedições ao "sertão". Segundo Karasch (1981), ela realizou 5 expedições. A primeira foi realizada em 1808, na cabeceira do Araguaia (veja fig. 11), de onde levou 70 índios; a segunda em 1819, na mesma região, com igual número de índios aldeados; a terceira em 1821, com 35 índios aldeados¹¹; a quarta foi realizada em 1827, também na região do Alto Araguaia, tendo percorrido tanto a região de Goiás quanto do Mato Grosso, conseguindo atrair 100 índios Cayapó. Na quinta expedição, realizada em 1830, Damiana adoeceu no sertão, retornando sem conseguir levar nenhum índio, vindo a falecer logo em seguida (MB. vol. 1680).

Para esta última expedição, Damiana da Cunha recebeu instruções do governador para que convencesse os Cayapó a se aldearem. Caso se negassem a isto, não deveriam ser forçados, mas advertidos para que não continuassem a atacar os moradores das fazendas. Caso persistissem nisso, seriam perseguidos à força das armas (AHE-GO. Livro 100:72V-73).

Após a morte de Damiana, em 1831, começa a ocorrer fuga crescente dos restantes de Cayapó que ainda viviam em São José de Mossâmedes. Em 28 de dezembro, por exemplo, um Cayapó por nome Miguel Impocaró, abandonou São José de Mossâmedes com toda sua família (AHE-GO. Livro 40:45).

Diante dessas fugas, o governador, consultando o Conselho de Governo, decide, em 17 de janeiro de 1832, expedir mais uma bandeira

¹¹ Até agora não se sabia o resultado numérico desta expedição. Uma portaria de 23-09-1821 mandava dar alimentos para os 35 Cayapó que estavam vindo aldearem-se, comandados por Daminana da Cunha (MB. vol 1680).

formada por índios aldeados para tentar descer os índios fugidos (MB. vol. 1683). Comunicou-se ao vigário da aldeia (AHE-GO. Livro 40:45v), aprontou-se a expedição, sendo que dois Cayapó dos que ficaram em São José de Mossâmedes foram até a Capital, ex-Vila Boa, e então já com o nome de Cidade de Goiás, buscar armas e munições (AHE-GO. Livro 107:20v). Mas depois de ouvir as opiniões de um fazendeiro (das quais nada pude saber, por não encontrar documentos); por nome Pedro Gomes Machado, o qual era proprietário de terras na região do rio Fartura, local da Aldeia Maria I, a expedição foi cancelada, em 04 de fevereiro de 1832 (AHE-GO. Livro 40:46v).

As fugas continuaram, sendo agora incentivadas pelo irmão de Damiana da Cunha, o Cayapó conhecido pelo nome de Manuel da Cunha¹². O governador tentou acabar com as fugas prendendo Manuel. Mas não conseguiu evitá-las, de tal maneira que em fevereiro de 1833 mandou que o vigário da aldeia retornasse para a capital, pois não havia mais índios no aldeamento (MB vol. 1680).

Deve-se ressaltar, no entanto, que não foram todos os Cayapó que abandonaram o aldeamento. Alguns deles ali permaneceram, principalmente velhos e deficientes, além de alguns em idade de trabalho, os quais ainda solicitaram do governo ferramentas para praticar sua agricultura (MB vol.1680). informações de 1846 davam conta que o aldeamento de São José de Mossâmedes já estava vazio (AHE-GO Livro 191:12), sendo extinto, oficialmente, em 1879 (AHE-GO Livro 606:184). Dos últimos remanescentes Cayapó de São José de Mossâmedes, chegou até o presente a notícia de dois deles que

¹² Manuel foi diretor da Aldeia de São José de Mossâmedes, sendo preso quando incentivava estas fugas(AHE-GO. livro 40:50v).

estiveram na Cidade de Goiás, em 1885, e o governo lhes forneceu alguns objetos (MB vol. 1682).

ALDEAMENTOS DE MATO GROSSO

Em Mato Grosso do século XIX, e de princípio do século XX, não encontramos aldeamentos de Cayapó semelhantes aos de Goiás. Pode-se explicar esta ausência devido ao relativo desinteresse em ocupar a região entre os rios Araguaia e Pardo, na margem direita do rio Paraná (veja fig. 11). O território Cayapó em Mato Grosso foi em parte preservado, uma vez que o "*caminho para Cuiabá*" seguia pelo rio Pardo, na fronteira sul de seu território. Este relativo desinteresse



pela região deveu-se principalmente a relevância dada, durante o século XVIII, apenas a extração do ouro de Cuiabá e Vila Bela, da mesma forma que esta era a principal atividade econômica de Goiás.

Os problemas maiores ocorreram no século XIX, quando o território passou a ser invadido por paulistas e mineiros em busca de terras para suas fazendas de gado.¹³

Três aldeias, entretanto, tiveram estreito contato com os "brancos": Santana do Paranaíba, Piqueri e Taquari (veja fig.11). Das duas primeiras temos notícias desde 1848, até 1882; da última, desde 1862, quando foi criada, até 1918. A maior parte dessas informações foram encontradas em dois livros de registros da Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso¹⁴, os quais estão guardados no Arquivo Público daquele Estado.

No Relatório elaborado em 1848, o Diretor Geral dos Índios informou ao Presidente da Província que os Cayapó eram perto de 400 indivíduos, habitando toda a região entre os rios Paraná, Paranaíba e as cabeceiras dos rios Taquary e São Lourenço. Alguns deles estavam aldeados em Santana do Paranaíba e outros nas margens do Piquiri. Relatava, também, que ainda existia vários grupos isolados (APMT-LRDGI-I:8).

Infelizmente, não foram registradas outras informações sobre o aldeamento do Piqueri, além de um tacho de cobre e roupas que foram mandadas para os índios em 1853 e 1854 (APMT-LRDGI-I: 26v e 57v). Mas

¹³ Ver a esse respeito; Mombeig (1984), Tiballi (1991).

¹⁴ A política indigenista, relacionada com a política expansionista no século XIX, em Mato Grosso, foi analisada por Edir Pina Barros (1989) a partir desta documentação da Diretoria Geral dos Índios. Esta Diretoria foi criada pelo Decreto 426 de 24 de Julho de 1845, decreto que ficou conhecido como Regulamento das Missões.

ainda que não tenhamos maiores informações, as que existem revelam, pelo menos, a existência desta aldeia, a qual mantinha uma relação de contato regular, sendo ainda que ela tinha diretor de aldeia nomeado (APMT-LRDGI-I: 101v-102).

Como não eram aldeamentos oficiais e regulares, os Cayapó do Piqueri e Santana do Paranaíba mantiveram algumas características de sua cultura, como as expedições de caça. Isto se depreende de um ofício, de 1864, enviado aos Diretores das Aldeias para que procurassem proibir as "*correrias com o fim de caçarem*", devendo os Cayapó serem empregados na agricultura. Esta proibição, em meados do século XIX, surgida a partir de reclamações de fazendeiros, demonstra o processo paulatino de invasão da terra que vinha ocorrendo na região, pois até aquele momento as expedições de caça não haviam sido objeto de reclamação.

Já se discutiu amplamente que a conquista de espaço, da ocupação da terra, foi questão central durante o século XIX¹⁵. Podemos constatar este conflito, seguindo um acontecimento verificado em Santana do Paranaíba. Em 1861 um cidadão, chamado José Garcia Leal, doou uma área de terra aos Cayapó.

Após doar aquela área, outro cidadão, José Joaquim de Moraes, vinha tomando (*esbulhando*, segundo um termo da época) estas terras dos Cayapó, isto tudo com a concordância do Diretor de Índios, Sebastião José de Queiroz. José Garcia Leal apelou para o Diretor Geral dos Índios e o processo foi enviado ao Presidente da

¹⁵ Nos três primeiros séculos da história brasileira a mão de obra indígena foi central nos debates sobre os índios. A partir da segunda metade do século XVIII, no entanto, trata-se da questão da ocupação da terra o principal gerador dos conflitos. Veja-se, a este respeito, Carneiro da Cunha (1992a, 1992b).

Província(APMT-LRDGI-II:18-19). Tudo indica, entretanto, que as terras foram mesmo tomadas, uma vez que nos anos seguintes o assunto não foi mais mencionado nos registros. Além disso, o Diretor de Índios, Sebastião José de Queiroz, somente foi exonerado daquele cargo em 1871, portanto dez anos depois dos acontecimentos (APMT-LRDGI-II: 74-74v).

Este processo revela uma contradição pois não deveria haver a necessidade de doação de terras, uma vez que eram os donos legítimos. Tradicionalmente, cada aldeia recebia, através de sesmaria, uma gleba de terra no momento em que os índios eram aldeados. Em princípio do século XIX, estas terras puderam ser arrendadas pelos diretores das aldeias. Este processo de arrendamentos das terras das aldeias exacerbou-se após o Regulamento das Missões, de Julho de 1845. A Lei das Terras, de 1850, previa reservas de áreas de terras devolutas para aldear grupos considerados como "hordas selvagens". Estas áreas seriam inalienáveis e destinadas ao usufruto do grupo indígena aldeado. Um mês após a promulgação da Lei das Terras, mandava-se incorporar aos "Próprios Nacionais" as terras das aldeias de índios que fossem considerados confundidos com a comunidade "civilizada". Dessa maneira, como os Cayapó não viviam em um aldeamento oficial, não tinham, ao que tudo indica, recebido sesmaria das terras que ocupavam. Após 1850, não eram mais considerados "horda selvagem" e não receberam nenhuma área das terras devolutas. Por isso, o ato de doação feito por José Garcia Leal demonstra que não lhes foi destinado nenhuma parcela de seu antigo território.¹⁶

¹⁶ Dr. Kupfer escreve em seu relato da viagem que fez aos Cayapó de Santana do Paranaíba que foi informado que o governo brasileiro tinha destinado aos Cayapó um

É possível que na segunda metade do século XIX ainda vivessem grupos de Cayapó isolados na cabeceira do Piquiri, pois em 1862 o Diretor Geral dos Índios solicitou ao Diretor de Índios do Piquiri que se empenhasse em atraí-los com brandura para aldearem-se. Objetivava aumentar a população indígena aldeada, pois estava sendo criado um aldeamento na confluência dos rio Taquary e Coxim (APMT-LRDGI-II:27-28), para servir também como destacamento militar diante do iminente conflito com o Paraguai (APMT-LRDGI-II:31v-32).

Com início das guerra entre Brasil e Paraguai, em 1864, e a invasão da região matogrossense por tropas paraguaias logo em seguida, o comandante do destacamento do Taquari, recém-criado, fugiu, em 1865, para Cuiabá. Os Cayapó dispersaram-se pela região e terminaram por formar uma aldeia na margem do rio Taquari (veja fig.11), nas terras de um fazendeiro, chamado Cap. Antonio Theodoro de Carvalho (APMT-LRDGI-II:61-61v).

Em 1866, um ano depois da fuga do comandante, um tenente, explorando a estrada de Goiás para Coxim, relatou que havia encontrado a 12 quilômetros do Coxim, na margem esquerda do rio Taquari, uma pequena aldeia de Cayapó (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n.140. 02-06-1866). Segundo a informação deste tenente, um dos Cayapó do Coxim havia morado na Aldeia Maria I.

Neste mesmo ano, em seu Relatório, o Diretor Geral dos Índios informou ao presidente da província que os Cayapó do Coxim dispersaram-se após a invasão do Brasil pelas tropas paraguaias (APMT-LRDGI-II:64-64v). Mas, como vimos, eles não se dispersaram para

grande território próximo a um grande salto do Rio Grande. Possivelmente deve se tratar da cachoeira Água Vermelha.

e simplesmente, mas, ao contrário, permaneceram nas terras do fazendeiro Antonio Theodoro de Carvalho, servindo, possivelmente, como mão-de-obra.

Em 1872, foram reunidos, na aldeia existente nas terras do fazendeiro, alguns grupos que ainda viviam autonomamente na região, segundo as informações da Diretoria Geral dos Índios. Mas não faz referência quantos eram, nem qual o seu território de origem (APMT-LRDGI-II:98v-99).

A última informação da Diretoria Geral dos Índios, em 1873, revela em que se haviam transformado os antigos ditos "bárbaros", "hostis" e "cruéis" Cayapó que "infestavam" os caminhos de Goiás e Cuiabá: *"Os índios Cayapós de Santana do Paranaíba e Herculanêa"* [atual cidade de Coxim] *"tem trabalhado como camaradas junto aos lavradores da região"* (APMT-LRDGI-II:99-99v).

Dos índios de Santana do Paranaíba, há notícias até o ano de 1882. Um morador daquela Vila, Capitão Joaquim Lemos da Silva, escreveu um pequeno texto sobre a história de Santana do Paranaíba. Na parte referente aos índios, menciona sua experiência no convívio com os Cayapó. Este capítulo foi enviado ao tenente coronel Antonio Borges de Sampaio, morador de Uberaba e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por Francisco de Sales Sousa Bueno, morador de Santana do Paranaíba, no ano de 1882.

Neste texto, o capitão Joaquim Lemos da Silva descreveu alguns aspectos culturais, como a planta da aldeia, dança, ritual funerário e um pequeno vocabulário. Quando o cap. Lemos chegou em Santana, em 1837, *"já os índios estavam"* [segundo ele] *"bem relacionados com os primeiros entrantes; os seus costumes em sua Aldeia ainda herão os*

mesmos dos tempos primitivos". Descreve a aldeia construída na forma tradicional, circular com a casa dos homens no centro do pátio, onde os homens adultos reuniam-se para deliberar sobre os assuntos da aldeia (IHGB - lata 501 pasta 18).

Além do capitão Joaquim Lemos da Silva, os Cayapó de Santana do Paranaíba foram visitados por um viajante alemão, Dr. Kupfer¹⁷, que esteve no Brasil em 1857. Ele esteve durante quatro dias na aldeia dos Cayapó, distante, segundo ele, 12 milhas (em torno de 20 quilômetros) da vila. As casas da aldeia eram construídas de barro e cobertas com folhas de palmeiras. Existia, ainda, a casa dos homens no centro do pátio da aldeia. O "capitão" desta aldeia era um Cayapó de 40 anos de idade, segundo estimou Kupfer. Este "capitão" contou a ele que, quando criança, vivera na casa de um presidente da província de Goiás, mas quando tinha mais ou menos dezoito anos fugiu e voltou a viver com seu povo.

Tudo indica que este "capitão" deve ter nascido entre 1815 a 1820, pois estava com aproximadamente 40 anos em 1857. Deve ter sido levado a viver em Goiás numa das expedições de Damiana da Cunha e voltado para o convívio do seu povo por volta de 1835, no processo de fuga que se deu após a morte daquela Cayapó em 1831. Em 1881, os Cayapó de Santana do Paranaíba estavam, ao que tudo indica, procurando mudar-se para outra região, como, por exemplo, próximo da colônia militar de Itapura. Segundo informações daquele ano, fornecidas pelo seu comandante:

¹⁷ Agradeço ao professor Aryon Dal'igna Rodrigues pela tradução do texto de Dr. Kupfer do alemão para o português.

"A margem esquerda do rio Parahyba, três léguas distante da Villa de Sant'anna, existe um aldeamento de índios Cayapós mansos e trabalhadores práticos destes rios (...) Dizimados pelas febres palustres e pela miséria desejam mudarem-se para a Colonia, o que seria uma bella aquisição, mas é necessário lhes dar uma diaria até que edifiquem suas casas e plantem suas roças. Esta providência tem sido, por vezes, pedida"(...) ¹⁸

Os Cayapó de Coxim [Herculânea], são mencionados nas duas primeiras décadas do século XX, em dois relatórios do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 1915, assim se referiu a eles o relatório do SPI:

Pedindo também os desvelos desta Inspeção está um grupo de Caiapós residente a margem esquerda do rio Taquary, cinco léguas acima da sede da vila do Coxim em terras devolutas denominadas 'Boa Lembrança'. Estes índios, em número de 80 almas, que são os antigos posseiros do lugar chamado 'Aldeia', precisam ter a posse da terra (MUSEU DO INDIO-FUNAI filme 379 foto 1074).

¹⁸ Esta colônia foi criada em 1853, como estabelecimento naval. Estava localizada à margem direita do rio Tietê, 3 léguas acima da sua foz no rio Paraná. Cf. "Notícia circunstanciada sobre a colônia Militar de Itapura - pelo Ajudante Capitão Joaquim Ribeiro da Silva Peixoto - no impedimento do Diretor" [10/09/1881]. AN. Divisão de Documentação escrita, seção poder executivo. Documentos em Caixa. Códice 807, volume 15. Agradeço estas informações a Wilmar R. D'Angelis.

Eles são novamente mencionados no relatório da Inspetoria em 1918: "*Também não devem ser esquecidos um grupo reduzido de Cayapós, residentes nas margens do Taquary*" (Idem filme 379 foto 1074).

Após esta data, apenas o silêncio.

Os relatórios de 1923 tratam da questão relacionada as terras indígenas mas não menciona os Cayapó do Coxim (Idem, filme 379, foto 1530). O de 1924 menciona apenas os Kayapó do Xingu, enquadrando-os entre os "*índios selvagens*" (Idem filme 379, rolo 1538).

ALDEIAS CAYAPÓ DE MINAS GERAIS

Após os ataques movidos por Antonio Pires de Campos, prolongados por Manuel de Campos Bicudo e João de Godói Pinto da Silveira, os Cayapó do atual Triângulo Mineiro instalaram-se no extremo oeste, na confluência dos rios Grande e Paranaíba (veja fig.12), região que somente viria a ser cobijada pelos "brancos" no começo do século XIX. Ali eles foram novamente contactados por Antonio Eustáquio em 1810, tendo aldeado um grupo (DI, 36:107-108).

O cônego Antonio José da Silva, escrevendo de Uberaba, em 1825, afirmava que existiam cerca de mil índios Cayapó aldeados a 40 léguas do arraial, próximo ao rio Grande, os quais de vez em quando vagavam por toda a região (RAPM. ano 1 fasc.2:341).

Em 1827 teria ocorrido outra tentativa de se criar um aldeamento de Cayapó, desta vez pela iniciativa do Padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro, sendo criada uma aldeia perto de Campo Bello (atual Campo Florido), a 5 léguas do Rio Grande, tendo sido

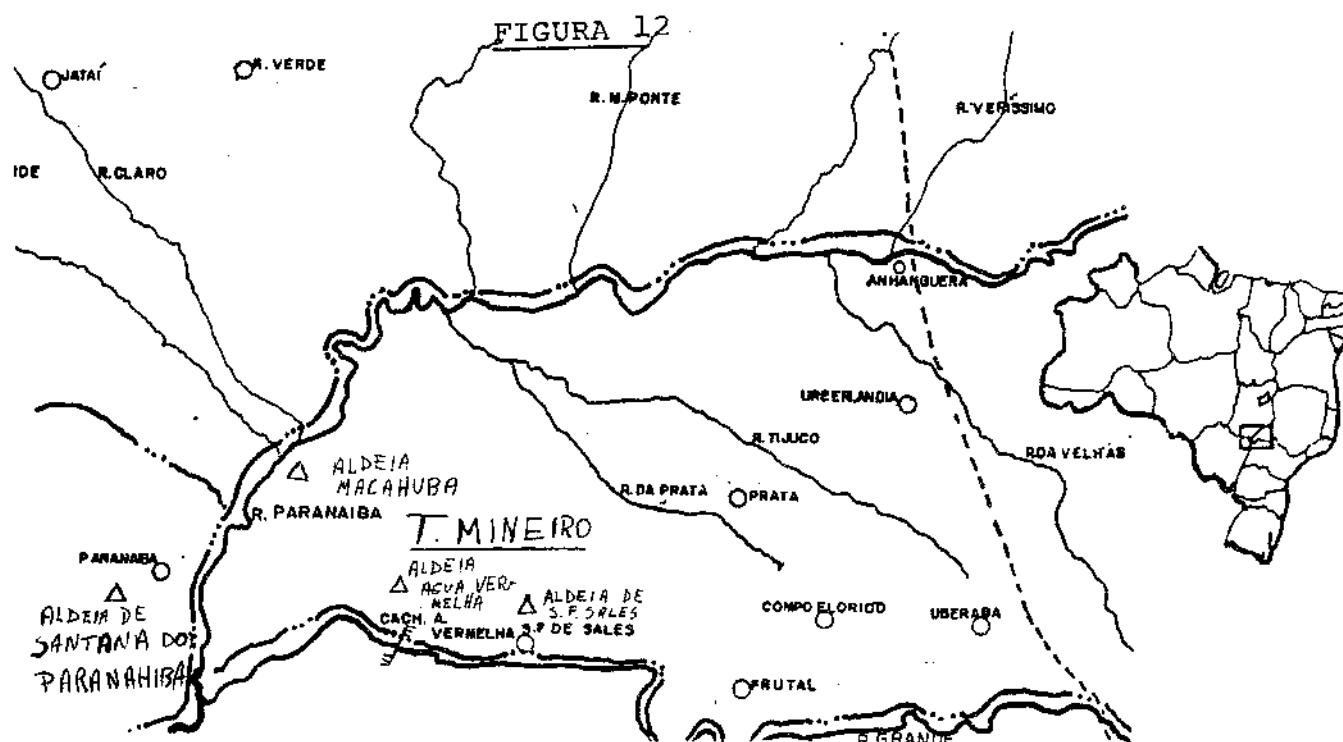
encarregado de sua direção o padre David José de Urzedo (IHGB, Lata 188, doc. 39, pag.24.).

Respondendo a uma solicitação do governo Imperial, o governo de Minas Gerais informava, em 1827, sobre a situação dos índios da província mineira. Afirmava que o sargento mor, "*administrador das Uberabas*" requeria a regulamentação das terras dos "*Valentes Cayapós às margens do Corumbá ou Paranaíba de Goiás*" (NAUD, 1971:227-235).

Segundo Alexandre de Sousa Barbosa, em 1830 havia pelo menos 3 aldeias no Triângulo Mineiro: Macahuba, na margem esquerda do Paranaíba, acima do porto de Alencastro; uma no arraial de São Francisco Salles e a de Água Vermelha, na margem direita do rio Grande (IHGB, Lata 188, doc. 39, pag.25. Veja fig. 12). As terras da aldeia Macahuba foram vendidas em 11 de Fevereiro de 1844 pelo Diretor da Aldeia ao padre Francisco de Sales Souza¹⁹, segundo informações de Barbosa (IHGB, Lata 188, doc. 39, pag.25).

As terras da aldeia de São Francisco Salles foram defendidas pela luta dos próprios Cayapó, contra os interesses do fazendeiro João Batista Siqueira, companheiro de Antonio Eustáquio de Oliveira na ocupação da região (RAPM. ano 1 fasc.2:341). Segundo a tradição recolhida por Alexandre de Souza Barbosa, em 1910, junto aos descendentes de João Batista Siqueira, os Cayapó impuseram ao fazendeiro os limites de sua fazenda em um espigão, na margem de um rio chamado Ariranha (IHGB, Lata 188, doc. 39, pag.25 e nota 45).

¹⁹ O nome deste padre coincide com o do interlocutor de ten cel. Antonio Borges Sampaio, quem lhe enviou o trabalho de Joaquim Lemos da Silva, sobre os índios de Santana do Paranaíba.



Em uma correspondência, de 1871, a Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais informava que em Uberaba existiam duas aldeias de índios: São Francisco Salles e Prata, com um total de 118 índios. Estes, no entanto, estavam deixando-nas para se mudarem para um local chamado Cachoeira, provavelmente a cachoeira de Agua Vermelha, na margem do rio Grande (APM. SG-06, p.53v).

Segundo Alexandre de Sousa Barbosa, em 1918 existiam apenas 50 Cayapó vivendo em Agua Vermelha. E declarava fatalisticamente, antecipando as opiniões de Lowie (1946) e Nimuendajú (1952): *"Parece fatal a extinção rápida do povo cayapó-panará"* (IHGB, Lata 188, doc. 39, pag.27).

CONTATOS

Existiu outra forma de contato entre "brancos" e Cayapó além dos conflitos armados e dos aldeamentos. Nas páginas seguintes procurarei apresentar como se deu este contato nas primeiras décadas do século XIX.

Conforme vimos na parte referente aos aldeamentos de Goiás, fugiram muitos dos Cayapó aldeados em Maria I. Além disso, houve sempre um fluxo populacional constante entre as aldeias na região do alto Araguaia e "sertão de Camapuã" e os aldeamentos. Para isso, contribuiu a Cayapó Damiana da Cunha, com suas cinco expedições para atrair os grupos que viviam isolados ou que haviam fugido, tentando levá-los novamente ao aldeamento.

Os viajantes e exploradores que passavam pelos rios Tietê e Paraná, acreditavam que os Cayapó, habitantes das margens deste último e do rio Sucuriú (veja fig. 13), eram parte daqueles fugidos de Goiás²⁰. Mas, a partir de 1809, comerciantes de Cuiabá, padres e aventureiros manterão estreitos contatos com eles, até, pelo menos 1827. Estes contatos foram bastante documentados, resultando num rico acervo histórico.²¹

Muito provavelmente os contatos entre "brancos" e Cayapó das margens do rio Paraná tenham se dado desde muito antes de 1809.

²⁰ Veja-se, por exemplo, Florence, H., Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, SP, Cultrix/Edusp, 1977. Viagem realizada entre 1825 e 1829; Manuel Dias Castro em BUENO, Francisco A. Pimenta. Memória concernente a exploração do rio Sucuriú. RJ, Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo I n.1 1885.

²¹ A maioria destes documentos foram publicados nos Documentos Interessantes... n.º 3, (1913).

Porém, explicitaram-se em evidências documentais a partir desta data devido as Cartas Régias de 1808, declarando guerra aos índios de São Paulo, e a de 01 de abril de 1809, legalizando a escravidão temporária para os índios capturados em caso de lhes serem declarado guerra (CARNEIRO DA CUNHA, 1992a:69-72). A partir de então, abrindo-se novamente a possibilidade de se escravizar os índios, intensificou-se o contato com eles.

Em setembro de 1809, chegou a Porto Feliz o comerciante José da Costa Leite (veja fig.13). Ele realizava viagens periódicas pelo roteiro das "Monções" entre São Paulo e Cuiabá. Nesta viagem, levou consigo três rapazes Cayapó das margens do rio Paraná, dos quais o capitão mor de Porto Feliz, Antonio José de Almeida, deu notícia ao capitão general de São Paulo, Franca e Horta (DI,3:104-105). Dos três rapazes, dois foram levados à presença do capitão general Franca e Horta, enquanto que o terceiro foi levado por um homem, chamado apenas de Manuel de Almeida, que fugiu da vila com o índio (APESP-PC:Ord.291, d.30, p.1, cx.54).

Logo imediatamente o vigário de Porto Feliz, padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho, também enviou uma correspondência ao governador informando-o sobre os índios trazidos do Paraná e dispondo-se a viajar até aquela região para catequizá-los (DI,3:105-108). Ele solicitava que o governo financiasse uma expedição, comandada por ele, para estabelecer maiores contatos com os índios, no intuito de convencê-los a se aldearem.

O governo da capitania mostrava-se reticente em financiar de imediato o plano do padre, uma vez que ele pleiteava todos os poderes de tal aldeamento, tanto secular quanto religioso. Neste plano, o

Dessa maneira, sem amparo do governo, o padre Manoel Ferraz reuniu alguns particulares e, prometendo-lhes que encontrariam ouro nos rios daquela região e que dividiriam entre si os índios que fossem trazidos, convenceu-os a formarem uma expedição e partiram, em 15 de julho de 1810, para a foz do Tietê com o Paraná (DI,3:131).

Durante a viagem pelo Tietê, ocorreu um contato com um grupo de índios, possivelmente Kaingang. Ao tentar desembarcar entre eles, um dos barqueiros foi morto. Finalmente, o padre chegou ao rio Paraná, onde manteve contato com um grupo de Cayapó que chegou até a margem do rio e cujos chefes eram conhecidos como Antonio e José²².

Ao primeiro contato, o padre tentou repreendê-los por haverem, segundo o padre, fugido de Goiás e por andarem roubando e matando (DI,3:132). Os Cayapó reagiram cercando ameaçadoramente o padre. Ele conseguiu livrar-se da situação embaraçosa sem ser agredido. Em seu relato, escreveu que depois de distribuir *farinha, fumos e facas despedi-me daquele sitio tão mal avizinjado* (DI,3:128).

Descendo o rio Paraná, o padre encontrou-se com um outro grupo Cayapó, possivelmente na foz do rio Sucuriú, uma vez que o padre afirmava que sua aldeia ficava naquele rio, cujo chefe era conhecido como Capitão Manuel. Este chefe ofereceu alguns artigos feitos de couro, em troca de facas, machados e outras ferramentas. O padre desceu o Paraná até o rio Tibagi, navegando-o durante alguns dias. Após desentendimentos com o grupo que o acompanhava, o padre retornou ao Paraná, mas não mais encontrou o Cayapó Manuel. Ele voltou para o rio Tietê onde encontrou-se com a expedição do padre João Ferreira de

²² Estes nomes sugerem que eles poderiam ter mantido contato com os aldeamentos de Goiás e em Santana do Paranaíba.

Oliveira Bueno. Este forneceu-lhe um guia para auxiliá-lo a encontrar os chefes Antônio e José, recomendando que não se chegasse à praia na presença dos índios, pois estes, como vimos, já o haviam ameaçado.

Subindo o rio Paraná, encontraram o grupo e, aportados numa pedra no meio do rio, o padre e seus companheiros chamavam os índios para virem até eles. Nada conseguiu no primeiro dia. No dia seguinte, o Cayapó Antônio aproximou-se do padre na pedra no meio do rio. Das conversações que se seguiram, o padre conseguiu obter dois meninos, uma menina, uma moça e uma mulher com dois filhos. A razão alegada pela mulher para acompanhar o padre era que ela queria ver um outro filho seu que havia sido levado por um tal de Francisco Xavier (DI,3:134).

Ao chegar a Porto Feliz, a mulher fugiu com seu casal de filhos e somente foi reencontrada quinze dias depois, sendo que neste período seu filho falecera. A mulher e a filha foram, assim, conduzidas para a casa do padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho (DI,3:125).

A viagem do padre João Ferreira de Oliveira Bueno foi realizada entre 3 de setembro e 6 de novembro de 1810. A descrição desta sua viagem foi publicada em 1839, no primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Bueno, 1839:139-149). Trata-se de um texto em forma de diário, no qual o padre narra os acontecimentos mais importantes. João Ferreira de Oliveira Bueno possuía um engenho nas margens do rio Capivari, afluente do Tietê, de onde partiu a 3 de setembro, sendo que a 26 do mesmo mês já havia chegado ao rio Paraná.

No dia 28 de setembro foram encontrados três índios pescando

nas margens do Paraná, os quais se deixaram levar até a presença do padre, que havia acampado numa ilha do Tietê, pouco acima da foz deste com o Paraná. O padre deu-lhes comida, ferramentas e alguns alimentos, cortou-lhes os cabelos e mandou que fossem levados para o mesmo lugar onde foram encontrados. No dia seguinte (29/09), pela manhã, surgiram outros índios "*na margem oriental do Tietê*", e vendo que estavam desarmados, o padre mandou duas canoas transportá-los para a ilha. Eram oito, dentre os quais estavam os três do dia anterior, mais uma mulher e sua "irmã" de mais ou menos 10 anos. Logo apareceu mais um grupo de doze, com os dois chefes. Foram também transportados para a ilha, observando o padre que todos estavam nus, exceto os dois chefes, os quais usavam um estojo peniano.²³

Desse grupo, o padre conseguiu fazer permanecer consigo cinco pessoas, sendo os três que apareceram no primeiro dia, mais a mulher e a menina, as quais eram, segundo as informações do padre, respectivamente, "esposa" e "cunhada" de um dos que apareceram no primeiro dia. Afirma o padre que as pessoas foram compradas, tendo sido pago por elas, foices, machados, facões e enxós.

Este era um argumento que revelava mais uma estratégia para garantir a posse do cativoiro destes índios. Aqueles índios que fossem levados por sua livre vontade não poderiam ser considerados como cativos, acontecendo o contrário com os que fossem "comprados". Depois de feitos os "negócios", mandou o padre que todos eles tivessem seus cabelos cortados.

Torna-se bastante difícil compreender o motivo que levou o

²³ Interessante notar que nem Heelas (1979), nem Schwartzman (1987), mencionam o uso de estojo peniano entre os Panara.

padre a cortar o cabelo de vários homens, uma vez que não informa porque fazia isto. O que podemos notar é que entre os Panara o cabelo é um elemento corporal muito enfatizado. Por exemplo, o cabelo das crianças cresce, sem ser cortado, durante o período inicial de suas vidas. Durante a idade adulta, os homens cortam-no apenas na parte superior da cabeça, de acordo com a classe de idade em que se encontra. Segundo Schwartzman (1987:165), o homem Panara adulto não deve cortar seus cabelos após haver plantado a roça de amendoim, pois se assim o fizer, os amendoins nascerão pequenos. A sugestão de Heelas (1979:268) é que cortar o cabelo pode ser um ato "destrutivo", ou "criativo". No primeiro caso a remoção do cabelo significaria a modificação de um status pré-existente; no segundo, o corte do cabelo seria "um ato criativo" ao referir-se a um futuro status que seria atingido após o crescimento do cabelo.

O ato do padre, João Ferreira de Oliveira Bueno, de cortar os cabelos de alguns Cayapó, poderia significar, para estes últimos, tanto um fato negativo de estar-se submentendo a um elemento estranho que lhes retirava de um status pré-existente; poderia, também, significar um fato positivo, a partir da compreensão de que estavam partindo para um outro tipo de vida. Aceitar que lhes cortassem o cabelo, significaria, então, a expectativa de atingir um outro status, após o crescimento dos cabelos.

No dia seguinte, 29 de setembro de 1810, o grupo apareceu novamente junto do acampamento, e os chefes informaram-no de que haviam duas aldeias acima do salto de Urubupungá (veja fig. 13), uma grande e outra menor, e que no rio Sucuriú haviam mais três aldeias "*de muitas gentes*". Esta informação é muito importante, pois nos

revela que a população deste grupo naquele território era bastante ampla, com seis aldeias espalhadas pela região, possivelmente dispersados após a experiência dos aldeamentos de Goiás. E esta informação procede, pois, como veremos a seguir, ela se repete em outros relatos.

Em primeiro de outubro de 1810, o padre João Ferreira manteve novamente contato com o grupo. Encontrou-o próximo a Urubupungá, na margem paulista do rio. O padre aproximou-se e desembarcou na praia entre eles. Não visitou a aldeia, mencionando que ela ficava a meia légua de distância. Distribuiu brindes, conseguindo convencer mais algumas pessoas a acompanhá-lo. O padre conseguiu que um chefe consentisse que ele levasse um casal, e para seu irmão que o acompanhava, mais dois casais. Novamente afirma que os comprou, pagando por eles *"tres machados, duas foices, umas facas e outras bagatellas"* (Idem:147).

Enquanto esperavam que se buscassem os filhos de um dos casais, que estavam na aldeia, surgiu um homem enfurecido com o chefe que havia dado as pessoas ao padre. Segundo a informação do padre, ele contornou a situação afirmando que no próximo ano estariam todos juntos, pois voltaria para buscá-los e formar um aldeamento. Ainda segundo as palavras do padre, com isso ele conseguiu apaziguar os ânimos. O homem que estava nervoso, mandou que o padre levasse, então, a um outro índio que já sabia falar rudimentarmente o português.

Quando estavam nesta situação, apareceu uma índia idosa, vinda da aldeia, e também enfurecida. Gritava com o padre, batendo com o pé no chão, quase atacando o religioso. Interveio um homem e a índia

moderou-se. O intérprete informou ao padre que ela era mãe de uma das mulheres que estava sendo levada pelo padre, e queixava-se disto. Para sossegá-la, escreveu o padre que *"dei-lhe uma tesoura, um espelho e fumo"*. Quando a filha já estava embarcada, a mãe dirigiu-lhe um discurso demorado, ao qual o intérprete dizia ser conselhos que ela dava a filha que partia.

Estas informações nos revelam que muito provavelmente estavam ocorrendo debates dentro do grupo. A situação novamente de contato, ao que tudo indica, provocava discordâncias quanto a melhor maneira de proceder. Estava havendo uma desagregação do grupo, pois, como vimos acima, núcleos familiares estavam sendo desfeitos com o deslocamento de membros da aldeia para Porto Feliz, (caso da mulher que acompanhou o padre Manoel Ferraz pois queria ver seu outro filho), além de doenças que poderiam estar atacando os membros do grupo (o filho da mulher citada faleceu dentro de quinze dias após a chegada).

No total, o padre e seu irmão levaram 17 Cayapó. No caminho, uma mulher que estava grávida pariu uma criança, aumentando para dezoito o número de índios levados pelo padre para seu engenho em Capivari.

As duas descrições aqui apresentadas são as únicas conhecidas até o momento, que nos chegaram sobre estes grupos, mas seguramente ocorreram outros contatos, principalmente do padre Manoel Ferraz. Em 1815, por exemplo, ele conseguiu associar-se novamente com moradores de Itu e Porto Feliz e, juntos, viajaram para aquela região. Conseguiu levar consigo mais de vinte Cayapó, mas não deixou descrição desta viagem (DI,3:137-138).

E qual o destino destes índios?

Aqueles considerados como *comprados*, aplicava-se a Carta Régia de 1 de abril de 1809, considerando-os cativos pelo prazo de quinze anos, podendo, dentro deste período, ser vendidos e comprados, desde que estivessem devidamente registrados. Aos meninos menores de quatorze anos, e as meninas menores de doze anos, o tempo de quinze anos de cativo somente vigoraria a partir do momento que completassem, respectivamente, 14 e 12 anos de idade (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, 69-72).

Os oito Cayapó inicialmente levados pelo padre Manoel Ferraz, na sua primeira expedição, foram todos considerados cativos, uma vez que o padre argumentara que os comprara aos seus pais (DI,59:119-120). Muito embora este argumento tenha sido contestado, pois seus companheiros de viagem afirmaram que nem todos haviam sido vendidos por seus pais, mas sim que foram dados como livres para serem "*criados como pupilos*" (DI,3:130-135), nada indica que deixaram de ser escravizados. A intensificação desse comércio, evidencia-se, também pela atitude do governo. Ele autorizava qualquer um que quisesse ir comerciar os índios.

É importante enfatizar que não se tratava de comercializar mercadorias com os índios, mas sim comerciar os próprios índios. Aparentemente eram realizadas expedições anuais. O próprio governo encarregava-se de fomentar os recursos privados para tais viagens.

Em dezembro de 1815 o desembargador e Ouvidor de Itu, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, informou ao governador do resultado da viagem do padre Manoel Ferraz e afirmou que este levou do sertão 20 Cayapó (DI,3:136-137). Esta expedição de 1815 foi também financiada

por particulares, os quais ficaram insatisfeitos com a distribuição dos índios feita pelo padre Manoel Ferraz. Assim, afirma o Ouvidor, em carta de agosto de 1816, (DI,3:149-151) que estava difícil reunir os quinhentos mil réis para formar outra expedição naquele ano, *"porque os sócios do ano passado não ficaram satisfeitos com a contabilidade e distribuição que o mesmo padre fez dos Índios"*. Ainda assim, reafirma, o padre era o único que ia por entusiasmo, *"todos os demais hé por interesse imediato de se servirem dos Índios, que de lá trazem, e nada mais"* (DI,3:149-151).

Vários outros "comerciantes" realizaram estas viagens com o mesmo "interesse imediato". Um deles foi José Góes e Pacheco, um comerciante da vila de Mogi Mirim, em São Paulo. Em janeiro de 1817, o Ouvidor de Itu explicita sua dúvida quanto a idoneidade de José Goes e Pacheco para que realizasse aquele comércio. Ainda assim, autorizou a sua viagem porque ele *"não maltrata os índios que dalli tem conduzidos"* (DI,3:151-152). O que revela que já havia realizado outras viagens e, conseqüentemente, *"conduzidos"* outros grupos de Cayapó. Como resultado desta expedição mencionada pelo Ouvidor, levou vinte e três Cayapó, os quais foram distribuídos entre pessoas interessadas, cuja lista está transcrita a seguir. Ele afirma que lhes colocou nomes porque eles ainda não os tinham. Tratava-se, de fato, de uma demonstração da desconsideração para com os povos indígenas e suas culturas. Eles possuíam seus próprios nomes. Dar-lhes outros, portugueses, significava uma primeira forma de descaracterizar sua cultura, na tentativa de incorporá-lo à sociedade "branca".

"Relação dos Índios que vierão do Paraná, cujos nomes são os seg^{es}., que nelles pus, por inda os não terem, excepto, os dois primeiros que abaixo segue:

1 Antonio	idade mais ou menos	30
2 José	" "	25
3 Thomé	"	20
4 Matias	"	20
5 Bernardo	"	18
6 Mateus	"	60
7 Leandro	"	10
8 Benedito	"	10
9 Bento	"	11
10 Vicente	"	10
11 Silvestre	"	11
12 Marcelinmo	"	5
13 Martinho	"	5
14 Alexandre	"	6
15 Joaquim	"	5
16 Luiz	"	6
17 Joanna	"	20
18 Luzia	"	14
19 Delfina	"	12
20 Izabel	"	8
21 Imilia	"	7
22 Balduina	"	6
23 Felicidade (meses)		10

Os senhores interessados são os seguintes:

O Ill.^{mo} Brigadeiro José Aroxe²⁴ - 1, o Ill.^{mo} Cor.^{nel} Rodrigues Jordão - 1, o Sr. Broxado - 4, o Sr. Manoel dos 4 Cantos de São Paulo - 1, o P.^e André da Roxa - 1, a Sra. D. Anna Querubina - 1, o Alferes Luciano Francisco Paxeco - 1, D. Maria da Anunciação - 1, a Senhora Bernarda de Mello - 1, Ignácio Dias - 1.

Os dois Índios pr.^{os} Antonio, e José já tinham os mesmos nomes, p.^r q' já tinham vindo com o Dr. João Ferreira, e já estão baptizados, seg.^{do} me dice em S. Paulo.

José de Goes Paxeco". (DI,3:153)

O mesmo Ouvidor de Itu informou, em um ofício de 08 de Junho de 1816, que Jorge Velho Moreira já havia ido duas vezes comerciar com os índios Cayapó que habitavam o salto de Urubupungá (DI,44:117-126).

A hipótese mais provável para explicar este "comércio" de índios da margem do rio Paraná é que se tratava de conseguir mão-de-obra fácil e barata. Isto explica o fato de na expedição de Goes e Pacheco, dos 23 Cayapó que levou, existir apenas um homem com mais de 60 anos, apenas quatro com mais de 20, um entre 15 e 20 anos e 10 meninos abaixo de dez anos. Apenas uma mulher com 20 anos, uma com 14 e quatro abaixo de 12 anos e um bebê. Conforme veremos mais adiante, não havia muita preocupação com adultos e velhos, incentivando-se a captura de crianças, para serem catequizadas e transformadas em cativos.

²⁴ José Arouche de Toledo Rendon, era brigadeiro e foi comandante do exercito. Foi também Diretor Geral dos Índios, escreveu "As primitivas aldeias e os primeiros aldeamentos de São Paulo (1823)" RSECI:1 (1901):22-35.

Pela informação da carta do Ouvidor de Itu, aquele "comerciante" de Mogi-Mirim já havia realizado outras viagens àquela região, o que abre a hipótese de ele ter conduzido uma aldeia toda a viver fora de seu território. O fato de os dois índios, Antonio e José, já terem estado com o *Dr. João Ferreira*, como se verifica no documento, pode significar que se tratava dos dois chefes, mencionados anteriormente pelos relatos dos religiosos (Manoel Ferraz e João Ferreira). Esta hipótese pode sustentar-se, ainda, pelo fato de Hércules Florence, oito anos depois (1825), viajando com a missão Langsdorff²⁵, ter visitado esta aldeia na salto de Urubupungá, encontrando-a abandonada (veja fig. 14) (Florence, 1977:55).

Quanto à questão de se formar um aldeamento para eles, ou distribuí-los entre os moradores, prevaleceu esta última prática. Ela já havia sido oficializada pela Carta Régia de 02 de dezembro de 1808 sobre a "civilização" dos índios Krenak (Botocudos), de Minas Gerais. D. João VI mandava que onde houvesse grupos indígenas, cujo número de pessoas fosse considerado pequeno para formar um aldeamento, estes deveriam ser distribuídos entre os fazendeiros, mas somente àqueles que pudessem oferecer sustento material e religioso aos índios. Em troca, o fazendeiro poderia "*servir-se gratuitamente de todos os índios que recebesse em suas fazendas*" (CARNEIRO DA CUNHA 1992a:68).

Esta abertura para a escravização legal dos índios foi reforçada pela Carta Régia de 01 de abril de 1809, a qual declarava

²⁵ O Barão Georg Heinrich von Langsdorff esteve no Brasil entre 1803 e 1804, 1813 e 1820 e entre 1822 e 1830. Neste último período, realizou uma expedição científica (1825-1829), viajando desde São Paulo até Belém, pelo interior do Brasil (Cf. Becher, 1990 e Braga, 1993).

que os índios de Guarapuava que fossem aprisionados pelas bandeiras, seriam distribuídos entre os participantes dela, com cativoiro por 15 anos (CARNEIRO DA CUNHA, 1992a:71).

Estas duas Cartas Régias explicitam os conflitos entre a sociedade envolvente e os grupos indígenas em várias partes da capitania de São Paulo. Em Itapetininga e Itapeva, vários grupos armados entraram no "sertão" para caçar os índios que, argumentavam os ofícios, atacavam as fazendas.²⁶

Quanto à construção de um aldeamento para instalar os Cayapó que eram retirados das margens do rio Paraná, debateu-se se ele deveria ser nas margens do Paraná, como planejava o padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho, ou na confluência dos rio Tietê, idéia defendida pelo padre João Ferreira de Oliveira Bueno. O argumento utilizado pelo primeiro baseava-se na idéia de que um aldeamento no "sertão" do Paraná poderia beneficiar a agricultura naquela região, facilitar a catequização e o comércio fluvial, criando um posto de abastecimento das "Monções". O argumento do segundo padre é que um aldeamento próximo das vilas e das áreas mais povoadas poderia facilitar a incorporação daqueles Cayapó mais rapidamente. D. João VI chegou ainda a publicar uma Carta Régia em 24 de março de 1819 autorizando a fundação de um aldeamento, com a área de uma légua em quadra, assim que o padre Manoel Ferraz tivesse reunido número suficiente de índios (CARNEIRO DA CUNHA, 1992a:95).

²⁶ Veja-se, a guisa de exemplo: "Carta do cap. gen. Franca e Horta ao Cap. mor da Vila de Itapetininga". DI, 59:122-123, autorizando a formação de uma bandeira para atacar o "gentio bárbaro"; e "Carta do cap. gen. Franca e Horta ao cap. mor de Itapeva". DI, 58:163-164, ordenando que receba a pólvora e chumbo para a diligência contra os "bugres".

Mas nem um lugar, nem em outro: em 1822, o padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho informou que realizara duas viagens ao sertão, mas que nada se fizera até aquele momento para aldear os Cayapó (DI,3:156-157).

Ao contrário, o que se procurou fazer foi intensificar o comércio com eles, e deles. Em ofício do Visconde de Congonhas do Campo ao Visconde de São Leopoldo, dando informações sobre os indígenas de São Paulo, ele afirmava que não era fácil conseguir manter os índios nos aldeamentos, citando como exemplo os índios Cayapó que, segundo ele, fugiram de Goiás e habitavam a margem direita do Paraná. Para ele a melhor forma de catequizá-los era intensificar os contatos procurando apoderar-se das crianças sem se preocupar com os adultos e velhos, pois estes já estavam acostumados à "vida selvagem". Assim se poderia "conseguir a civilização daqueles verdes povos adquirindo braços para a agricultura" (Naud, 1971:322-327).

A depopulação ocorrida nestes anos deve ter sido muito grande, conforme vimos nas páginas anteriores. Além dos sucessivos grupos de Cayapó levados pelo "comerciantes", um processo de mudança de território deve ter contribuído para o "desaparecimento" dos Cayapó daquela região.

Quando Hércules Florence viajou pelo Tietê e Paraná, em 1826, ao chegar à foz do Tietê, os remeiros das embarcações tocaram uma buzina feita de chifre de boi para chamar os índios. Florence assim descreveu sua expectativa: "deitei os olhos para a margem oposta, curioso de ver os índios "vermelharem na praia", segundo a expressão pitoresca de um nosso camarada. Ninguém, porém apareceu (Florence,

1977:54-55) (Grifo meu).

Subindo o rio Paraná, a expedição chegou ao "*porto dos índios*". Caminharam meia légua e chegaram a uma aldeia composta de 10 casas, com a casa dos homens no centro da aldeia e troncos espalhados pelo pátio. O fato de eles estarem furados deu ao viajante a impressão de serem tambores para serem tocados nas danças. Provavelmente deveriam ser troncos usados nas corridas de toras. Como não tinha ninguém na aldeia, Florence concluiu que eles estavam plantando às margens do rio Sucuriú. Porém deveria ter sido abandonada, e seus antigos habitantes migrados, ou então seus moradores poderiam ter sido conduzidos pelos "comerciantes", como José Goes e Pacheco, conforme mencionamos anteriormente.

A expressão pitoresca de um remeiro, personagem habituada a estas viagens por aquela região, ao dizer que a praia iria "*vermelhar de índios*", significa, além do pitoresco, que existia um número expressivo deles para chamar a atenção, criando-se a expressão. O fato de não ter aparecido ninguém na praia, por outro lado, revela também esta depopulação.

A localização da aldeia descrita por Florence corresponde à mesma fornecida pelo padre João Ferreira de Oliveira Bueno. Por suas informações, como vimos, estava havendo desavenças internas neste grupo, a ponto de um homem idoso questionar o chefe quanto à prática de "trocar" pessoas por mercadorias com os "brancos".

Entre os índios levados por José Goes e Pacheco, estavam dois Cayapó, Antonio e José, os dois mais velhos do grupo, (exceto um ancião de 60 anos) que já haviam estado em contato com a padre. Muito embora sem dados estatísticos mais completos sobre o número de índios

que foram retirados de seu território das margens do Paraná, podemos acreditar que a frase de Florence "*Ninguém, porém, apareceu*", nos revela exatamente que nestes poucos anos, boa parte deles foram "distribuídos" pelas fazendas e vilas de Campinas, Piracicaba, Mogi-Mirim, Itú, Porto Feliz, Capivari.

A missão Langsdorff encontrou, no rio Taquary, uma expedição do governo da Província de Mato Grosso que estava com a incumbência de explorar o rio Sucuriú, em busca de uma passagem entre este e o Taquary, para facilitar a viagem de São Paulo para Cuiabá.

Manuel Dias de Castro, tenente e comandante desta expedição, deixou-nos um diário relatando sua viagem.²⁷ Quando ele chegou à foz do rio Sucuriú (veja fig.14), visitou a aldeia tida como sendo habitada pelo grupo Cayapó chefiado pelo cap. Manuel, o qual já estivera trocando mercadorias com os viajantes de Cuiabá e, como vimos, com o padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho, e nela não encontrou ninguém. Subindo o Sucuriú durante cerca de dez dias, visitou outra aldeia, a cerca de meia légua do rio. Desembarcou e caminhou em direção a ela. Ao chegar, seus moradores fugiram para o mato. Como levava consigo uma intérprete, essa os chamou e, assim, conseguiu alguns contatos. Perguntando sobre o cap. Manuel, disseram que ele estava em outro lugar fazendo roça.

²⁷ Bueno, Francisco de Almeida Pimenta. *Memória concernente a exploração do rio Sucuriú*. Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. tomo I, n^o 1 Rio de Janeiro (1885):9-24.

abandonada (Bueno, 1885:9-24).

Estas informações demonstram que os grupos estavam migrando para o interior desta região entre os rios Pardo, Sucuriú (veja fig. 14) e, possivelmente, mais para o norte, permitindo mesmo pensar ser um ou mais destes grupos que tivesse iniciado um processo migratório no sentido norte/noroeste, através do rio Teles Pires até instalarem-se no Peixoto de Azevedo. (Veja proposta de rota migratória no final deste trabalho).

PERMANÊNCIA DO CONFLITO (I - GOIÁS)

O maior obstáculo para a catequese não é o ódio dos indígenas contra os cristãos, é o ódio destes contra aqueles. Aristídes de Sousa Spíndola, Pres. da Província de Goiás.

No terceiro quartel do século XVIII deu-se a decadência da mineração em todas as três antigas áreas de mineração: Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Isto provocou, nas zonas mineradoras, principalmente de Minas Gerais, um fluxo migratória das populações que antes estavam envolvidas nas atividades mineradoras. Estas ondas migratórias deram-se sobretudo no sentido leste-oeste. Foram ocupadas as regiões do norte de São Paulo, Triângulo Mineiro²⁸ e parte do sudoeste de Goiás²⁹. Nas duas últimas, a atividade econômica da

²⁸ A região do atual Triângulo Mineiro era conhecida como distrito do Desemboque e Araxá e também como "sertão da Farinha Podre" e pertencia a Província de Goiás até meados do século XIX, somente então sendo desmembrado de Goiás e passando para a província de Minas Gerais.

²⁹ Ver, a esse respeito, o trabalho clássico de Monbeig (1984): Pioneiros e Plantadores. Segundo o autor (p.116 e segs.) os pioneiros daquela região vieram quase

mineração passou a conviver com a pequena agricultura e a pecuária extensiva (Palacin, 1976:103).

Até 1831 o governo de Goiás fez algum esforço no sentido de atrair os Cayapó que viviam autonomamente, principalmente através de Damiana da Cunha. Com sua morte, ocorreu um processo generalizado de fugas. Estas eram provocadas, também, pela decadência em que se encontrava o aldeamento de São José de Mossâmedes. Após 1832, quando o governo de Goiás manda retornar o vigário daquele aldeamento por falta de índios, não se fez mais tentativas em aldeá-los.

Os problemas passaram, a partir de então, a serem resolvidos entre os migrantes oriundos das áreas mineradoras e os Cayapó, nas terras antes ocupadas por eles. A maneira como se vai ocupar o espaço neste processo é substancialmente diferente daquela do período áureo da mineração. Naquele princípio do século XVIII, até pelo menos a década de 1780, a ocupação se dava em torno de um núcleo minerador, com as pequenas atividades agrícolas se desenvolvendo em torno do garimpo. Não havia, portanto, a necessidade de extrapolar as fronteiras e expor-se ao perigo dos ataques Cayapó. Os relatos destes ataques mostram que, em sua maioria, eles ocorriam em torno dos garimpos.

Com a ruína da mineração, passa-se a uma dispersão populacional por áreas mais distantes, em busca de ocupação das terras ainda sem posseiros ou sesmeiros. A relação com os índios, e com os Cayapó especificamente, que quase sempre foram inamistosas, adquiram nova dinâmica. Já não satisfazia a antiga estratégia de atacar os índios

todos de Minas Gerais a partir do primeiro quartel do século XIX, tanto no Triângulo Mineiro quanto em São Paulo.

visando defender-se dos seus ataques, mantendo-os a uma distância segura ou expulsando-os mais para o interior. A intenção, durante o século XIX, será de exterminá-los para ocupar suas terras.

Em 1825, um padre de Minas, Hermógenes Casimiro Brunsville, solicitou autorização do governo de Goiás para realizar uma entrada no sertão da Caiapônia (região sudoeste de Goiás) onde pretendia montar fazendas, descobrir rios navegáveis e minas de ouro e diamantes, pois não acreditava que uma região outrora tão rica houvesse se esgotado tão rapidamente. Além disso, argumentava o padre, poderia também atrair dos Cayapó e torná-los, no futuro, "cidadãos úteis" (AHE-GO. Livro 92:6v-7v). O governo de Goiás não tomou nenhuma providência a respeito deste pedido, apenas remetendo o ofício ao Imperador.

As atenções do governo de Goiás, neste período, entre 1830 e 1860, voltava-se para o norte da Província. A intenção era estabelecer uma linha de navegação permanente pelos rio Araguaia e Tocantins.³⁰ Para isso, havia que conter os ataques que os índios Xavante, Xerente, Kraho, Apinajé, no Tocantins e Karajá, Xambioá, Kayapó (Mebengroke, Xikrin, Iraã Mrayre - Pau d'Arco), no Araguaia. Para isso, foram construídos vários presídios militares (quartéis militares) nas margens de ambos os rios.

Enquanto este processo ocorria no norte da província, a região da Caiapônia era ocupada através da agricultura e pecuária.

³⁰ Ver sobre a navegação do Araguaia-Tocantins o trabalho de Doles (1972). Sobre os presídios (quartéis) militares nas linhas do norte, veja-se Rocha (1988). Veja-se ainda, sobre as populações indígenas entre os rio Araguaia e Tocantins: Ribeiro(1989); Da Matta(1978); Melatti(1967); Karasch(1992); Maybury-Lewis(1984 e 1990); Hemming(1978 e 1987); Turner(1992) e Wersvjver(1992).

Em seu relatório de 1861, assim se referiu aos Cayapó o presidente da província:

"Os índios Caiapás (sic) continuam a 'infestar' a parochia de Torres do Rio Bonito e parte da do Rio Claro, onde tem exercido há mais de uma anno constantes correrias que trazem em contínuo sobressalto a população civilizada, especialmente a que vive disseminada pelos campos e que se dedica a pequena lavoura" (RAHE-GO, 2:70).

Para tentar resolver o "problema", argumentou que o melhor caminho seria a catequese, com a fundação de novos aldeamentos. Mas para isso seriam necessários missionários (que não haviam); companhias de soldados para guarnecer as aldeias (precisavam ainda ser organizadas); dinheiro para tudo isso: não tinha. Carente desses recursos, argumentou o presidente da província que para não deixar de atender aos apelos da população e para evitar que os moradores recorressem aos meios violentos e de *"exterminio contra o selvagem, lancei mão frequentes vezes dos destacamentos de tropa de linha ou da guarda nacional, segundo permitindo as circunstâncias"* (Idem:71. Grifo meu).

Finaliza, afirmando, no entanto, que isto tudo é paliativo, pois a tropa não conseguia proteger uma população dispersa por um território tão amplo, nem tinha a mesma habilidade dos índios para andar e viver nos matos. Ainda assim, haveria de manter o destacamento no rio Bonito para proteger os moradores.

As informações das três últimas décadas do século XIX dão conta que grupos de Cayapó ainda mantinham vida autônoma no seu território tradicional, sendo que nem sua população, nem tampouco a localização correta de suas aldeias eram conhecidas. Mas estas fontes dão conta também que os moradores realizavam ataques contra eles.

Pelos relatórios de 1880 e 1881, o presidente da província de Goiás, Aristίδes de Souza Spíndola, informava sobre estes conflitos. Pelo primeiro, sabemos que na região de Rio Claro e Rio Bonito ainda viviam grupos de Cayapó, os quais, segundo o autor do relatório, seriam descendentes dos que fugiram de São José de Mossâmedes e Aldeia Maria I. Na região da cabeceira do rio Araguaia, os ataques se davam mutuamente entre "brancos" e índios, sendo que o Pres. da Prov. não conseguia impedir os massacres por parte dos moradores da região, condenando essa prática, mas nada fazendo para impedi-la. Afirmava ele que,

"É detestável o systema de affugentar os selvagens pelas armas. Ficão ainda mais inimigos dos nossos, e, por mais recomendações que se faça, não se pode impedir que sejam offendidos os pobres silvícolas"
(AHE-GO.caixa 4).

No relatório de 1881, Spíndola anexou uma exposição que enviara ao conselheiro José Antonio Saraiva sobre a questão dos Cayapó do Alto-Araguaia. Expõe que a região do rio Verde e Paranaíba há muitos anos foi ocupada pelos mineiros que se aproveitavam de suas terras férteis para estabelecer fazendas de gado, mas que estavam expostos

aos ataques dos Cayapó e que os atacavam também. Afirma ainda que propôs a criação de um aldeamento na margem do rio Araguaia para aldear os Cayapó, mas que até aquele momento o governo Imperial ainda não o havia habilitado, isto é, liberado ordem e recursos para montar o estabelecimento.

Assim, os ataques continuavam. Após um em que fora morta uma mulher, os moradores formaram uma bandeira e entraram pelo sertão dos rios Araguaia e Cayapó a perseguí-los. Segundo o presidente de província, ele não pode impedi-la e não sabia, até aquele momento, o que teria havido deste possível confronto. Mas deixa transparecer que o pensamento da população "branca" da região era extinguir os Cayapó. Lamenta-se, afirmando: "*É uma crueldade quererem extinguir estes índios...*", pois ele os considerava hábeis trabalhadores. Ao final, alerta ao Conselheiro que as atrocidades que tem sido cometidas contra os Cayapó são tantas que nem se deve publicá-las. E mais, que os acontecimentos ocorridos nos sertões não chegam ao conhecimento da presidência da província.

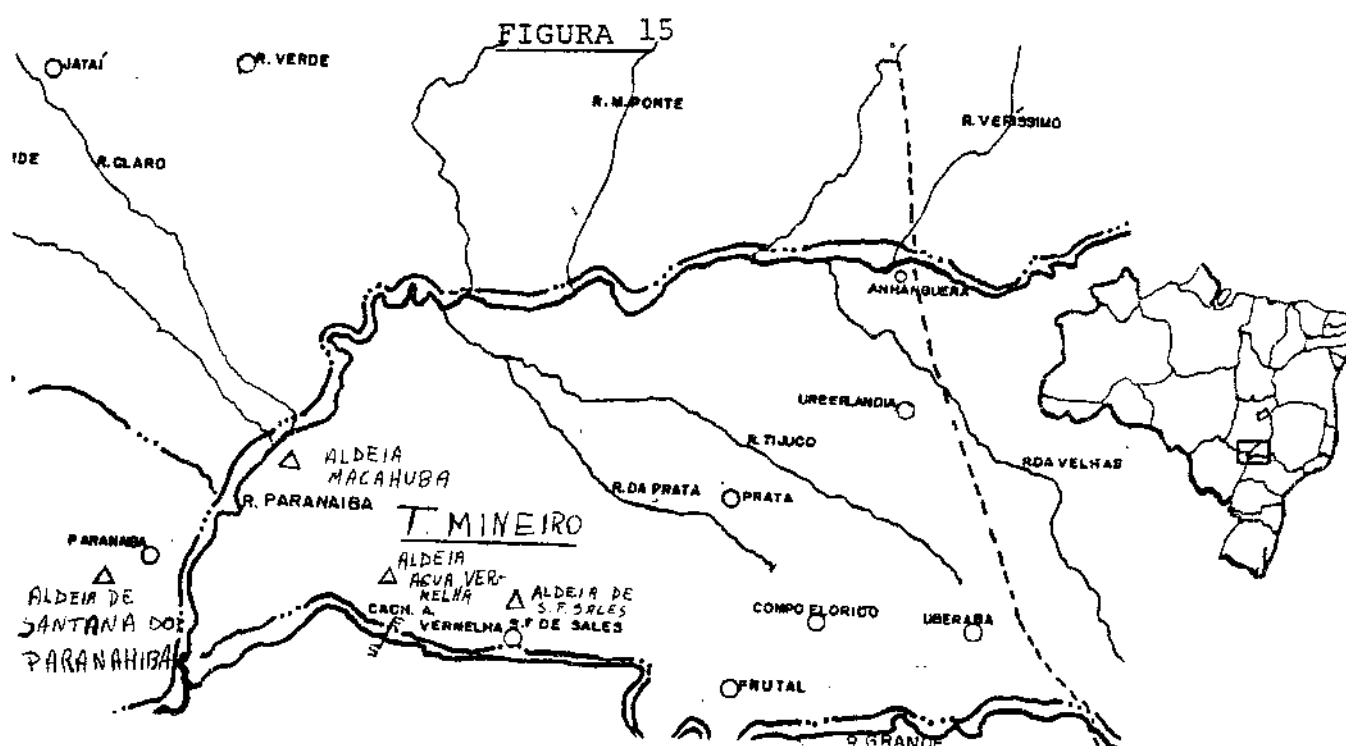
A partir da proposta de Aristίδes de Sousa Spíndola, foi criada uma colônia militar na margem direita do rio Araguaia, chamada Colônia Macedina³¹. Em 1882, em seu relatório, o Presidente de Província, Cornélio Pereira de Magalhães, informou que um comerciante que viajava para aquela colônia encontrou uma aldeia Cayapó a nove léguas da colônia Macedina (veja fig. 15). Chegaram na aldeia mas os Cayapó fugiram. Os índios seguiram o comerciante e atacaram a

³¹ Atual cidade de Aragarças, na confluência dos rio Araguaia e do rio das Garças, cf. Varjão, (1989: 51). Equivocou-se o autor ao afirmar que a Colônia Macedina foi fundada em 1871.

Colônia. Flecharam um soldado, mataram uma vaca, que transportaram para a aldeia, e feriram mais duas.

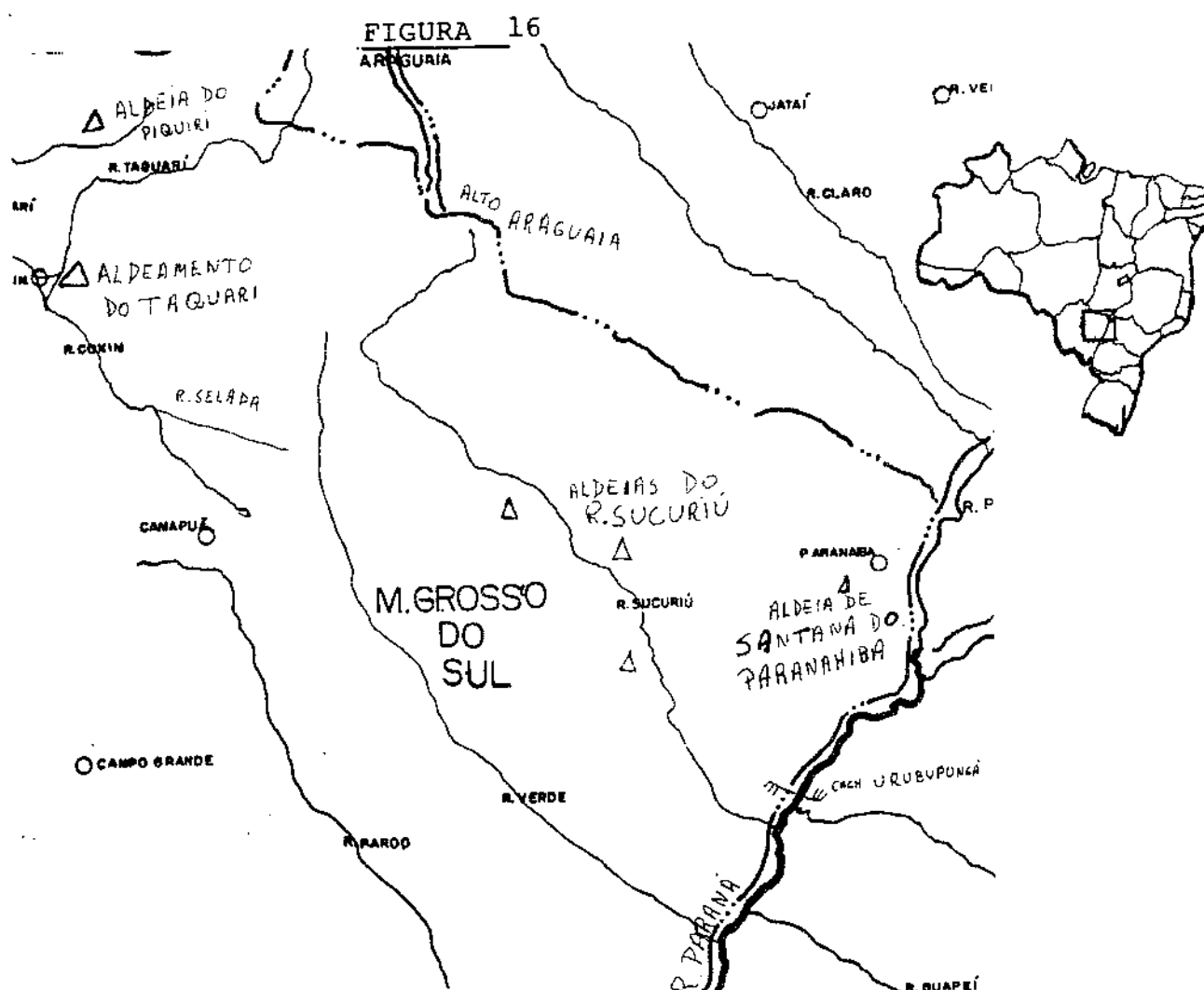
Segundo o relatório, em dezembro de 1881 um grupo de moradores "brancos" foi atacado pelos Cayapó a meia légua do rio Araguaia, atacando também uma fazenda chamada de Ponte Alta, queimando-lhe a casa. Em 4 de Fevereiro de 1882, possivelmente o mesmo grupo atacou a Colônia Macedina, ferindo um soldado e, em seguida, fugindo para Mato Grosso (AHE-GO. Cx 4).

Em dezembro de 1882, o vigário de Santa Luzia (atual cidade de Luziânia, em Goiás), em correspondência enviada ao ten. cel. Antonio Borges de Sampaio, morador de Uberaba, informava sobre os Cayapó.



Afirmava ele que não se conhecia a morada dos Cayapó, sabendo-se apenas, por alguns Cayapó que trabalhavam nas fazendas, que suas aldeias eram muito grandes. Confirma o padre que eram organizadas bandeiras contra eles e que elas agiam com crueldade. Escreveu o

padre: "... a última expedição não os encontrou felizmente, por que si os encontrasse haveria por certo grande carnificina" (Desgenettes, 1906:222. O grifo é meu). A sua opinião também confirma o território do Alto Araguaia, tanto em Goiás, quanto em Mato Grosso, como sendo de ocupação tradicional dos Cayapó.



Segundo ele, existiam opiniões que estimavam em três mil guerreiros, portanto de doze a quinze mil pessoas a população Cayapó. Ele achava exagerado este cálculo e acreditava que em Jataí, Rio Verde e Rio Bonito deveriam existir de duzentos a trezentos arcos

(guerreiros), com cerca de mil e quinhentas a duas mil pessoas. Da aldeia existente no Mato Grosso, acreditava ser o mesmo número. Mas ignorava-se quantos eram os que viviam isolados e que *"não chegavam a falla"*. Conclui que não se conhecia os lugares das aldeias, mas estimava sua população entre sete e oito mil almas.

A última informação, conhecida deste final do século XIX, é uma notícia publicada no CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, em 19 de maio de 1888. Um correspondente de Rio Verde informava ao jornal que os Cayapó haviam atacado fazendas na região, mataram uma pessoa, feriram duas e mataram vários animais. O povo reuniu-se, organizou uma bandeira, perseguiu-os e conseguiu *afugentá-los*. Concluiu dessa maneira a notícia:

"Segundo nos refere o correspondente, todos os animos estão tranquilos, e nada há a receiar, por em quanto, em todo o município de Rio Verde".

PERMANENCIA DO CONFLITO (II - MATO GROSSO)

As informações sobre os conflitos entre Cayapó e fazendeiros na província de Mato Grosso são, em relação a Goiás, bastante escassas. Isto se deveu, provavelmente, ao fato de a região da margem esquerda do alto Araguaia, estendendo-se até o rio Sucuriú, ter sido menos ocupada que a região do sudoeste goiano. Além disso, a distância da capital da província, Cuiabá, pode ter contribuído para que os casos que pudessem ter ocorrido, não terem sido registrados.

Ainda assim, restaram alguns informações. Em 1843, por exemplo,

o frei José Maria Macerata enviou um trabalho ao coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, presidente da província mato-grossense, com uma descrição dos grupos indígenas que habitavam a região da diocese de Mato Grosso (IHGB, lata 763, pasta 19). Refere-se aos Cayapó afirmando que são mais de sete aldeias, a partir de Goiás até não muito longe de Cuiabá. Pode-se perceber que as bandeiras ainda os atacavam naquela província, por uma passagem do texto: "*O governo não cessa de mandar bandeiras armadas*". Mas são apenas estas, as informações fornecidas pelo religioso.

O Diretor Geral dos Índios, em seu relatório de 1853 informou ao presidente da província que suspeitava que os Cayapó do Piquiri estavam atacando os moradores da região, não havendo evidências da realização de alguma ação, por parte dos fazendeiros (APMT-LRDGI I:43-43v).

Mas os conflitos e a atuação eram, todavia, em certa medida, estimulada, chegando-se ao absurdo de, em 1851, o presidente da província estipular um prêmio por cada índio "selvagem" que fosse entregue a ele "*vivo e são*" (APMT-LRDGI I:52).

Nos anos seguintes há uma certa confusão em relação aos índios que atacavam as fazendas. Não se tem clareza se se tratava de Cayapó ou de um grupo que passava, então, a ser chamado de Coroados. Tudo parece indicar que o grupo indígena naquele momento conhecido como Coroados pudesse ser, na verdade, algum subgrupo dos Bororo que habitavam a região ao norte do rio São Lourenço.³²

³² As informações do Diretor Geral dos Índios (APMT-LRDGI I:69, 74-74v), dão conta de que havia suspeita que os Coroados falavam a mesma língua dos Bororo. Ver também ENAWURE, 1987:20. Para este autor, em 1857 houve uma tentativa de formar uma bandeira de Bororo para pacificar os Coroados, pois falavam a mesma língua. Turner (1992:312)

Em 1871, a última informação fornecida pela Diretoria Geral dos Índios supõe que dois grupos que atacaram um engenho fossem Cayapó de Santana do Paranaíba. Mas não passa da suposição, apenas sugerindo que deveria ser regularizada a situação daquele aldeamento para tornar os índios sedentários (APMT-LRDGI II:76-76v).

Este era um argumento contraditório pois, como vimos anteriormente, as terras dos índios estavam sendo "esbulhadas" exatamente por fazendeiros da região. Dessa maneira, resta ainda muita lacuna sobre este processo daquela região matogrossense, carecendo de maiores pesquisas.

apresenta as distonancias entre os várias posições de viajantes sobre o termo. Segundo Turner, para Von den Steinen o termo Coroados era utilizado para os "Kayapó Meridionais" das cabeceiras do Xingu e São Manuel, e ao sul, perto de Cuiabá, era utilizado para os Bororo. Moure classifica os Coroados como semelhantes aos Bororo, mas diferente deles em caráter, considerando os Cayapó como uma ramo dos Coroados.

No planalto central do Brasil, ergue-se o Escudo Brasileiro. Ele atravessa, no sentido leste-oeste, toda a região centro-oeste, dividindo as águas das bacias Platina, Amazônica, Tocantina e do São Francisco. No mesmo sentido leste-oeste, tem-se, em Goiás, o planalto goiano e as serras do Paranã e Pirineus, que dividem as águas da bacia Tocantina e do São Francisco, enquanto que a serra do Caiapó, divide as águas dos rios que correm para o Araguaia e para o Paranaíba. Prolongando-se para o Mato Grosso, o Escudo Brasileiro forma o planalto dos Alcantilados e a serra Azul, formações onde se originam, na vertente norte e leste, os rios Xingu, Teles Pires e afluentes do Araguaia, como o rio das Mortes e, na vertente sul, alguns rios da bacia Platina como os rio Taquari, Coxim, Sucuriú e Pardo. Esta formação estende-se até Rondônia, na chapada dos Parecis, divisora de águas do Pantanal e de formadores de rios como o Guaporé.

Em resumo, podemos dizer que toda esta região é caracterizada por ser nascente de formadores de grandes rios. Assim, não se encontram rios com grandes volumes de água que pudessem dificultar sua travessia. Esta é uma informação importante, uma vez que sabe-se que os povos Jê não utilizavam, tradicionalmente, as canoas, servindo-se apenas de jangadas. Ainda que um rio largo e caudaloso não impossibilitasse sua travessia, como não o fez com os Xavante e os Mekragnoti que cruzaram o médio Araguaia, onde ele é bastante volumoso, migrar por uma região de pequenos rios poderia dificultar menos.

O rio Teles Pires "encaixa-se" entre duas serras, ambas no sentido norte-sul. A serra Formosa separa-o do rio Xingu enquanto que a dos Kayabí-Apiakás separa-o do rio Arinos (Inocêncio, 1989:75).

Assim, esta posição do vale pode ter fornecido um "corredor" natural seguro para que os Panará, margeando-o, pudessem chegar até o Peixoto de Azevedo.

Von den Steinen nos fornece algumas informações que nos auxiliam a pensar esta hipótese. Ele visitou o Xingu na segunda metade do século XIX e utilizou o termo "Coroá" para referir-se ao um grupo de Cayapó das cabeceiras do Xingu e Teles Pires.¹ Esta informação pode indicar o curso desta rota, uma vez que os Kayapó não habitavam as cabeceiras do Xingu. Segundo Turner, os relatos daquele cientista alemão devem ser vistos como se referindo aos "Kayapó meridionais" e não aos setentrionais. Para Turner, os relatos de Von den Steinen, devem referir-se a "bandos distintos e hostis de grupos Kayapó meridionais ou semelhantes" (Turner, 1992:313).

Resta ainda a questão de sabermos por que escolheram a região do Peixoto de Azevedo e não outra para fixarem suas aldeias. Podemos lançar mão de uma explicação ecológica, sem perdermos de vista, obviamente, as suas implicações sócio-culturais na sociedade Panara.

As primeiras informações sobre os Cayapó, fornecidas por Antônio Pires de Campos (1862), mostram que eles eram hábeis horticultores, com roças de batatas, inhames, entre outros. Também Saint-Hilaire mencionou as roças de São José de Mossâmedes, onde encontrou muito milho, citando ainda a produção de amendoim. Como vimos, este último possui um valor especial dentro da vida sociocultural Panara.

Ora, tanto o milho quanto o amendoim produzem satisfatoriamente

¹ Apud.Turner(1992):312.

apenas em solos férteis. Mas veja, desde a nascente do rio Teles Pires, até a região do rio Peixoto de Azevedo, os solos se caracterizam por serem de pouca fertilidade (Carvalho & Podestá-Filho, 1989:91-105). Ao contrário, as características químicas e morfológicas do solo do território do Peixoto de Azevedo são idênticas àquelas da região do antigo território, tanto do leste matogrossense, sudoeste goiano e Triângulo Mineiro.

Assim, tudo indica que os Panara atravessaram grande parte do vale do Teles Pires, fixando-se somente onde puderam encontrar solos férteis que possibilitassem praticar sua agricultura e seus rituais. Não devemos desconsiderar, também, que os vários grupos indígenas do Xingu viviam solidamente estabelecidos naquela região do alto Xingu, não oferecendo a possibilidade para o assentamento Panara.

Os Panara foram transferidos do Peixoto de Azevedo para o Xingu em 1974. Desde então reclamam do tipo de solo pouco fértil encontrado no Xingu, e falam com saudade das terras do Peixoto, onde plantavam e colhiam com mais facilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E COMENTÁRIOS SOBRE AS FONTES

Neste trabalho, procurei atingir dois objetivos principais:

Primeiramente, reunir maiores informações sobre a história do povo indígena conhecido nos séculos XVIII, XIX e princípios do século XX como Cayapó. Procurou-se novas indicações que auxiliassem a aprofundar a hipótese de que eles foram os antepassados dos atuais Panara. Visando este aprofundamento, trouxe à luz novas listas de palavras da língua cayapó, além de algumas interpretações de dados etnográficos registrados nos relatos de viagem de Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975), e em documentos encontrados ao longo da pesquisa.

Em segundo lugar, oferecer uma outra interpretação da história do contato que, como vimos, foi extremamente penoso para os Cayapó-Panara, quase os levando à extinção.

Assim, vimos que a história do conflito entre os "brancos" e os Cayapó, entre o início do século XVIII e o início do século XIX, esteve estreitamente relacionada com a história da descoberta e a exploração dos garimpos de ouro em Cuiabá e Goiás, em 1718 e 1722, respectivamente.

Para realizar a mineração, os governantes coloniais tiveram que enfrentar a força guerreira de vários grupos indígenas em todo o Brasil Central. Dentre eles, um dos que se tornaram mais conhecidos foram os Cayapó. Os "brancos", para explicarem a sua própria presença no interior da colônia, e para justificarem as ações bélicas movidas contra as sociedades indígenas de uma maneira geral, construíram uma imagem negativa dos Cayapó, apresentando-os como um povo extremamente bárbaro e cruel.

Foi principalmente com este viés que os Cayapó entraram para a História ocidental. Tentei, neste trabalho, inverter esta visão incorporada acriticamente pela maior parte da historiografia brasileira. A partir das informações que indicam que os Cayapó e os Panara são idênticos, procurei argumentar que as ações guerreiras praticadas pelos Cayapó contra os "brancos" devem ser analisadas não apenas como significando uma atitude de proteção de seu território, algo comprovado depois pelo abandono do mesmo. Minha hipótese foi que elas podem ser melhor dimensionadas se analisadas a partir da sua própria cultura. Neste sentido, a imagem Cayapó construída no período colonial, como sendo um grupo extremamente hostil, porque nunca deixavam sobreviventes em seus ataques, nem mesmo capturando crianças ou mulheres, pode ser desconstruída ao compreendermos a sua organização social. Na verdade, entre os Cayapó e os Panara, não se capturava nenhum prisioneiro, entre outros, por dois motivos.

Primeiramente porque os Cayapó e Panara classificavam todos os não Cayapó ou Panara como pertencente a categoria hi'pe, na qual se incluíam os outros grupos indígenas, os "brancos", os espíritos que viviam na floresta, enfim, todos aqueles considerados como hostis e que, portanto, quando encontrados deveriam ser mortos.

Em segundo lugar, porque, de acordo com o estudo de Heelas entre os Panara, uma criança capturada teria problemas de residência na aldeia, pois não teria um local social dentro do grupo, por não ter nascido em uma das casas, ou clãs. Teria também problemas para encontrar um parceiro, uma vez que o casamento entre os Panara, e possivelmente entre os Cayapó, é "prescritivo". Ademais, haveria problemas após sua morte, uma vez que são os afins que cuidam de seu

enterro (Heelas, 1987:80, nota 1 e Schwartzman, 1987:221-223).

Além disso, o contato dos Cayapó com os inimigos eram importantes para a construção da sua própria identidade, pois era através dele que se reuniam as condições necessárias para a realização de vários rituais, como, por exemplo, a furação de orelhas e lábios, além da escarificação do peito e das costas.

Negativamente, verifica-se hoje a triste constatação de que os principais pontos verificados nos conflitos entre "brancos" e Cayapó, ao longo dos séculos XVIII e XIX, ainda continuam existindo nos dias atuais.

No período acima mencionado, verificamos que os conflitos estavam, em sua maioria, intimamente relacionados com a questão da exploração das minas de ouro em seus territórios. Durante todo o século XVIII os principais ataques dos Cayapó foram direcionados contra os garimpos, ou então contra os viajantes que trafegavam pelo "caminho de Goiás", ou pelo "caminho de Cuiabá".

No anos iniciais do século XIX, tratava-se ainda principalmente da questão da busca de novos garimpos, mas paulatinamente passava-se ao conflito pela expropriação das terras que ainda lhes sobravam, conforme foi visto pelos casos de "esbulhamento" das terras das aldeias de Santana do Paranaíba e de outras do Triângulo Mineiro.

Pelos recentes acontecimentos verificados no Brasil, como, por exemplo, o caso do massacre dos Yanomami, vemos a ponta emersa de um grande *iceberg*, que é o processo que vem se repetindo ao longo dos últimos séculos. Por trás dos choques envolvendo garimpeiros e povos indígenas, explicitam-se praticamente as mesmas características daqueles conflitos que verificamos contra os Cayapó. Nestes

conflitos, encontram-se motivações tanto de ganância financeira, quanto de preconceito contra os povos indígenas e desrespeito, de uma maneira geral, aos valores culturais do outro. E estas motivações são veiculadas por setores da *mídia* brasileira que se encarregam de fazer permanecer a imagem negativa dos povos indígenas, construída ao longo dos séculos de colonização do Brasil.

Veja-se, por exemplo, o caso de Paulinho Payakan e a acusação de ter estuprado uma jovem na cidade de Redenção (PA). Quase ao mesmo tempo em que a mídia internacional o colocava como "*o homem que poderia salvar o mundo*" (Revista *Parede*), a revista VEJA¹ publicou um número em que ele aparece com sua foto estampada na capa e a seguinte manchete: "O SELVAGEM". A chamada da matéria, no interior da revista, intitula-se: "*A explosão do instinto selvagem*".

Sem entrarmos no mérito dos fatos, podemos perceber que a imagem que se tentou construir de Payakan revela os mesmos preconceitos utilizados à séculos para discriminar as ações indígenas.

A própria palavra *SELVAGEM*, traz, mesmo se usada dentro da nossa sociedade, uma conotação altamente pejorativa. Quando utilizada para se referir a um índio, ela toma contornos ainda mais graves, pois passa a significar algo próximo da animalidade. Ainda mais grave se torna essa formulação de uma imagem negativa, quando refere-se ao acontecimento como um ato de "canibalismo". Esta palavra auxilia na construção da imagem deformada dos índios, pois ela é pejorativa e extremamente preconceituosa e discriminatória.

Em outra passagem, o texto faz referência à pretensa brutalidade de Payakan. Afirma que: "*É tolice generalizar a brutalidade de*

¹ Revista Veja. Editora Abril, ano 25, nº 24, 10-07-1992:68-73.

Payakan para concluir que os índios tendem a ser mais cruéis do que se imagina" (grifo meu). Note-se que o texto generaliza que todos os índios são cruéis, mas, ele tenta nos consolar, não são "*mais cruéis do que se imagina*".

Na verdade, após quase trezentos anos do início da construção da imagem dos Cayapó como bárbaros e cruéis, tristemente constatamos que praticamente ainda não abandonamos os mesmos liames do século XVIII. A sociedade "branca" continua ávida por ouro, reluta em demarcar as terras indígenas num país onde existe terras sobrando, massacra e põe em risco de extinção grupos indígenas e mantém uma imagem do índio não mais apenas como bárbaros e cruéis, mas também como vagabundos, bêbados e que, portanto, não merecem tudo que reivindicam.

A despeito disto, gostaria de concluir apresentando alguns comentários sobre as fontes pesquisadas, além de apontar para as lacunas que permaneceram após a realização desta pesquisa. Espero, com isto, indicar outras pesquisas que deverei realizar em próximos trabalhos, ou que podem vir a ser realizadas por outros estudiosos.

Durante a pesquisa procurei consultar o maior número possível de documentos sobre os Cayapó e Panara existentes no Brasil. No Rio de Janeiro consultei o setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, mais precisamente o arquivo do Morgado de Mateus, sobre os conflitos no "caminho de Goiás", na segunda metade do XVIII. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Arquivo do Conselho Ultramarino, encontrei vários documentos inéditos sobre Goiás e Mato Grosso do século XVIII. Na parte do arquivo do próprio IHGB, localizei o texto de Alexandre de Sousa Barbosa sobre os Cayapó e Panara do Triângulo Mineiro, acompanhado de um vocabulário de mais de

setecentas palavras daquela língua, e, também, outro pequeno texto com informações históricas sobre Santana do Paranaíba e um vocabulário dos Cayapó daquele local. A consulta ao arquivo do Museu do Índio possibilitou obter pequenas mas preciosas informações sobre o grupo Cayapó habitante da aldeia de Coxim, cidade atualmente pertencendo ao Mato Grosso do Sul.

No Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, encontrei poucos documentos, sendo o mais interessante um sobre relatos de Ignácio Correa Pamplona, do final do século XVIII.

Nos arquivos de Goiás (Arquivo Histórico Estadual e Museu das Bandeiras), a documentação encontrada não trata de maneira profunda a questão dos Cayapó, não acrescentando, assim, maiores informações de caráter etnográficos, obrigando-nos a permanecer aquém da cultura Cayapó.

No NDIHR e no APMT, de Cuiabá, encontrei, no primeiro, documentos do século XVIII com informações importantes sobre os conflitos daquele século entre os Cayapó e os "brancos", enquanto que no segundo pude consultar os dois volumes dos livros de registro da Diretoria Geral dos Índios, do século XIX, o que possibilitou um rastreamento das aldeias Cayapó existentes naquela província, até 1871. Conforme mencionei anteriormente, por meio de uma consulta ao Museu do Índio, este rastreamento estendeu-se até 1918.

Em São Paulo, consultei o Arquivo Público do Estado, na parte referente ao período colonial. Pouco encontrei, além dos documentos já publicados nos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*.

Com isso, acredito que pude reunir elementos para aprofundar a

hipótese proposta por Heelas, e retomada por Schwartzman, no que toca a relação entre os Cayapó e os Panara. Mas, ainda assim, permanecem algumas lacunas e alguns acervos documentais que estão a merecer maiores e melhores investigações.

Os arquivos da missão Langsdorff guardam várias informações sobre diversos grupos indígenas do Brasil, inclusive com vocabulário dos Cayapó.

No que tange à possível relação entre Cayapó e Bilreiros, conforme foi inicialmente proposto por Mario Neme (1969), haveria que ser melhor investigada a partir de acervos documentais europeus, tais como do Arquivo Histórico Ultramarino e, em Roma, sobre os Jesuítas, principalmente dos religiosos que estiveram atuando em São Paulo e, também, na região do alto São Francisco. Tendo em vista as informações aqui reunidas sobre os Cayapó, tornar-se-á, espero, menos dificultoso estabelecer, com maior margem de segurança, aquela relação. Ainda neste sentido, caberia consultar os inventários e testamentos paulistas do século XVII (material consultado por Neme), assim como as Atas da Câmara de São Paulo do mesmo período, além de documentos e correspondências oficiais.

Como se sabe, a administração colonial tinha a prática de tirar devassa dos acontecimentos mais relevantes ocorridos na colônia. Assim, dos vários ataques dos Cayapó, em Goiás e em Mato Grosso, foram feitas devassas como a realizada por Agostinho Pacheco Teles, em Vila Boa de Goiás, no ano de 1741, e enviadas a Lisboa, mais precisamente para o Conselho Ultramarino.

Dos documentos produzidos na colônia e enviados àquele Conselho, eram feitas cópias que ficavam na administração da

capitania. Muitas destas cópias se perderam. Podemos citar a carência de evidências para o período posterior a 1760, período dos governos de João Manoel de Melo (1759-1770), Antonio Carlos Furtado de Mendonça (1770-1772), José de Almeida Vasconcellos e Sobral Carvalho (1772-1778), D. Luís da Cunha Menezes (1778-1783, em cujo governo foram aldeados os Cayapó em Maria I) e de Tristão da Cunha Menezes (1783-1800). Além das cartas escritas por eles ao Conselho Ultramarino dando notícias da capitania, podem existir documentos produzidos nos aldeamentos de Maria I e São José de Mossâmedes com dados etnográficos sobre os Cayapó.

O trabalho de José Martins Pereira de Alencastre, (presidente da província de Goiás em meados do XIX), os ANAIIS DA PROVINCIA DE GOIAS, escrito originalmente em 1863, fornece algumas pistas que podem ter sido extraídas de livros que se perderam ao longo dos anos em Goiás, mas cujos originais podem estar conservados em Lisboa. Referindo-se à "pacificação" dos Cayapó, menciona os nomes dos Chefes Romexi, Angraiochá e Xaquenonau. Além disso, informa ainda que a terceira aldeia era chefiada por Cananpuaxi e o chefe da quarta aldeia a aceitar viver em Maria I era Pupuare. Ao escrever sobre Damiana da Cunha, afirma que ela era filha de Angraioxá e de sua mulher Xiunequá.

Todos estes documentos devem estar guardados em arquivos europeus. Em carta de 28 de Agosto de 1992, informou-me a diretora do Arquivo Histórico Ultramarino que ali existe um acervo com 67 caixas de documentos sobre Goiás, do período entre 1731 a 1825, composta por cerca de 4500 documentos, ainda por organizar.

Assim, novas informações e mais profundas análises poderão ser

feitas a partir de uma consulta exaustiva nos arquivos citados. Forneço, a seguir, alguns exemplos.

Uma primeira investigação poderia tratar das questões relacionadas ao "esbulhamento" das terras dos Cayapó tanto no leste do Triângulo Mineiro, quanto em Santana do Paranaíba, no Mato Grosso do Sul. Algumas informações, por mim encontradas, dão conta que, por volta de meados do século XIX, em Santana do Paranaíba as terras nas quais habitavam os Cayapó foram tomadas por moradores da região. Estas poucas informações, encontrei-as nos livros de registro da Diretoria Geral dos Índios da então Província de Mato Grosso. Ao que tudo indica, houve doação de terras por parte de um fazendeiro aos Cayapó. Podem existir registros em documentos cartoriais que tratem sobre o assunto. Além disso, pode existir na documentação do governo da província de Mato Grosso, daquele período, uma "representação documentada" que foi enviada pelo fazendeiro que doara as terras aos Cayapó, na qual expunha as circunstâncias em que estavam sendo tomadas as terras daquele povo.

Segundo Alexandre de Souza Barbosa, algumas aldeias do Triângulo Mineiro também sofreram este processo de perda de posse e propriedade das suas terras. Segundo ele, os Cayapó da aldeia de São Francisco Salles, ao contrário, impuseram a um fazendeiro da região os limites de sua fazenda sobre o território que ocupavam. Já as terras da aldeia Macahuba foram vendidas para um padre. Ou seja, temos pistas que merecem novos estudos.

Ainda sobre as aldeias Cayapó no Triângulo Mineiro, temos a sugestiva pista fornecida por Barbosa de que dois padres tentaram aldeá-los, sem sucesso. Teriam deixado um livro escrito com várias

informações sobre esta experiência e sobre os próprios Cayapó. Não pude localizar este livro.

Dos Cayapó que viviam nas margens do rio Paraná, em princípio do século XIX, não temos maiores informações sobre seus destinos após serem levados pelos comerciantes e distribuídos entre moradores de São Paulo, Campinas, Porto Feliz, Mogi-Mirim, entre outras vilas e cidades do interior da Província de São Paulo. Uma pesquisa sobre o destino destes grupos e sobre a utilização dos povos indígenas como mão-de-obra nas fazendas acucareiras paulistas, do começo do século XIX, ainda está por ser feita.

Também estão merecendo maiores estudos os aldeamentos goianos de São José de Mossâmedes e Maria I. A partir da consulta de fontes manuscritas que devem existir, sobretudo em Lisboa, poderia se encontrar maiores detalhes etnográficos sobre os Cayapó, principalmente em possíveis escritos de religiosos que viveram naqueles aldeamentos.

Por todos estes pontos pendentes, penso que para finalizar, menos que ponto final, esta dissertação deve terminar com reticências....

APÊNDICE 1

"CAYAPÔ E PANARA
por Alexandre de Souza Barbosa

VOCABULARIO¹

Abreviaturas:	S = Saint Hilaire; M = Martius
Abaixar.....	punó (pronuncia-se pú nó)
Abelha.....	inpençú, inpenunçú
Aberto.....	çákrê
Abobora.....	kukút
Abraçar.....	tiçámpê
Abeirar.....	tiprémópín (Pronuncia-se ti pré mó pin)
Abrir.....	tiçákrê, kaçúkiápô
Acender.....	tiçápô
Achar.....	típiã (O acento tônico recae em ti)
Aconselhar.....	tiçakiôn
Acudir.....	timanká, timançá, kuaná
Adivinhar.....	çámpápén
Adular.....	tinunçê
Adulto.....	çutékiát
Afogar.....	tinkônópín (Pronuncia-se tikô nó pi)
Afundar.....	iókâa (Pronuncia-se ió kâa)
Agarrar.....	timpá
Agua.....	inkô, nkô. Incó (S. e M.)
Agulha.....	kiôkín
Ajudar.....	kuátãia (Pronuncia-se kuá tan iã)
Ajuizado.....	çampátêt
Ajuntar.....	topiôn
Aldeia.....	kukré
Algodão.....	açôt, ançôt
Allumiar, illuminar....	tiuakuá
Alto.....	ípia (O acento tônico recai na primeira syllaba)
Alegrear-se.....	tiçuákin
Amansar.....	timaçônón
Amar.....	tikapián
Amargo.....	çô, unkué
Amarrar.....	tinapré
Amendoim.....	çâtí
Andar.....	tikúemán
Andorinha.....	kióçúpa (É paroxytono)
Ano.....	kréntót (Pronuncia-se kré ntót)
Anta.....	kiút
Anzol.....	kutuím
Apagar.....	tipín
Apalpar.....	tinunkué

¹ Este apêndice é transcrição do vocabulário escrito por Alexandre de Souza Barbosa, encontrado por mim no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (lata 188, doc. 39). As comparações feitas com o vocabulário de Saint-Hilaire e Martius são do autor.

Apertar.....	ticykiápy
Apparecer.....	iápupô
Aprender.....	kuaácytê
Aranha.....	cêcê
Arapuá.....	ikián
Araticum.....	krikrí
Areia, areião.....	kuká
Areia quente.....	ankiókuká
Ariranha.....	iópaçán
Arma.....	atóme (Pronuncia-se á tó me, sendo o e mudo)
Arrancar.....	tiúátó
Arrastar.....	tikré
Arredar.....	tinamé
Arredondar.....	tiçápôpô
Arremedar.....	tiçáném
Arrepender-se.....	tapyindé
Arroz.....	tançê
Articulação.....	çuktú
Assado.....	tikámán
Assar.....	icryamatiká
Assentar-se.....	icín
Assoviar.....	çakepô, çakepôa
Até.....	tén
Atirar.....	tópimán, tikuató
Atoleiro.....	inkué
Atravessar.....	iundé
Avô.....	tapúpiá
Avó.....	tatúpiá
Aza.....	çaaci
Azedo.....	çôá
Bezouro.....	cinakôkô (Pronuncia-se cin nankôkô)
Bezerro.....	putinacêkián (Pronuncia-se pu ti na cê kián)
Bicho de pé.....	patê. Paté (M e S)
Bico.....	çakiát
Bigode.....	çapancê
Bocca.....	çakuá
Bocca pequena.....	çakuápú
Bocca grande.....	çakuáinán (Pronuncia-se çá kuá in nán). Bocca
chapê (M.) chapé(S.)	
Boi.....	putinacê (Pronuncia-se pu ti na cê)
Bom.....	pan, tmampé, temampé. Impeim-paré (M.)
impéimpãré (S.)	
Bonito.....	tompé. Itompeiparé (m.) itompéipãre (S.)
Borboleta.....	cióió (Pronuncia-se ci ió ió)
Borrachudo (mosquito)..	pomancí, pomanxí
Bordoadá.....	tikucry
Braço.....	ipá. Ipa (m.) ipá (S.)
Bravo.....	acê
Braza.....	çakiát
Branco.....	katétét. Macacá (M.) cacatéta (S.)
Brejo.....	inkué
Brigar.....	tapininkikô (Pronuncia-se ta pininin kikô)
Brilhar.....	tiúaká

Brincar.....	tinunkiâ (Pronuncia-se ti num kiâ)
Broto.....	iató
Bruto.....	çampánón
Burity.....	kuácô
Burro.....	kitagoén. Kitaschá (M.)
Buscar.....	koatáppy
Cabaça.....	çacêinkô
Cabeça.....	kián. Icrián (M.)
Cabeçudo.....	kiánnón
Cabelo.....	kin, ikin. Iquim (M. S.)
Caçador.....	çuácêpé
Caçar.....	tiçuácêémán. Cubupapa (M.)
Cachaça.....	inkôço. Incoja (M.)
Cachimbo.....	adenakén (Pronuncia-se a de na kén)
Cachoeira.....	tókót
Cachorro.....	ióp. Robu (M.)
Bom cão.....	iópticuá, çuácêpé
Caçoar.....	tinunkiá
Caetetú.....	tónhót
Cagar.....	koémán
Cahir.....	iutén
Caixa.....	akô
Calango.....	çukrenián (Pronuncia-se çu krén ián)
Calar-se.....	iúacryn
Calcanhar.....	pakiát
Calçar.....	Kiátápenkiá
Calor.....	pánge (e mudo)
Cama.....	páá. Iunquatú (M.)
Cambabucha.....	kôion
Caminhar.....	ikuemán
Caminho.....	pir
Camisa de homem.....	mópenkiá
Campina.....	kakê
Cansar-se.....	ikâentót
Canna.....	penkô
Canela, tibia.....	ité
Canoa.....	pôk
Cans.....	kiánpô
Canudo.....	ité
Caolho.....	intónó
Capim.....	itú
Capinar.....	tináremán
Capivara.....	intán
Cara, rosto, physiono- mia.....	intó
Cará.....	kêôkrít
Caramujo.....	intunnacê
Carne.....	in, cin. Jóbo (S.)
Carne de vaca.....	putinaçáin (Putina-schain (M.)
Carrapato.....	katité
Carregar.....	titú, tiçupia
Caruncho.....	cynkô, cykô
Carvão.....	çakiât

Casa.....	kukré. Uncuã (M.)
Cazar.....	tiçapiô. Zapio (M.)
Casca.....	çakê
Cascalho.....	iô
Cascavel.....	apát
Casco.....	çukôkô
Cascudo (peixe).....	pêiténtén
Castigar.....	tináprê
Catinguento.....	cipuça
Cauda.....	çampy
Cavallo.....	kitacê, kitaçã. Iquitachó (S.) iquitacho (M.)
Cava.....	kré
Cavar.....	tikré
Caveira, craneo.....	ikxí
Cego.....	intokré, intonó
Cera.....	ipencê
Cerrado.....	indió, psunkô
Cervo.....	impóti. Impoti (M.)
Céu.....	pukuá
Chamada, chamar.....	timâkâ
Chapéu.....	kéupiô. Kiapio (M.)
Chato.....	ipiô
Cheio.....	iunó
Córrego cheio.....	iúnóinkô (Pronuncia-se iú nó inkô)
Cheirar.....	tipén
Cheiroso.....	çâpê
Chifre.....	ípa (Paroxytono)
Chifrada.....	ipâre
Chocalho.....	çancryt
Chorar.....	inkúe
Chover.....	intá
Chupar.....	tinançá
Chuva.....	intá
Cinza.....	ampiô
Cisco.....	akrêkrê
Claridade.....	iáká
Cobertor.....	pinnakipiôn
Cobra.....	ankán
Cobrir.....	tipiô
Coçar.....	tinukrê
Coco.....	kutó
Coité.....	terenêt
Coivara.....	pâtê
Colheita.....	koatátukú
Collocar.....	tiçáá
Comadre.....	iundêkúa
Comer.....	tikukrén, cikukrén, tikrén
Compradre.....	iundê
Comprido.....	i, íre, iguir (Pronuncia-se o gui como em guitarra)
Conhecer.....	napupia
Conselho.....	tiçakiôn
Contar.....	tiçuçá
Cópula.....	prenxê

Copular.....	pinnapinnín
Coração.....	inkôkrê
Coragem.....	imóiámpápa
Corda.....	prió (Pronuncia-se prin ó)
Corredeira.....	kiánindé (Pronuncia-se kiá nindé)
Corrego.....	inkô
Correia.....	ptukô
Correr.....	iútén
Correr o peixe.....	timutén
Cortar.....	tiçakê
Costa, dorso.....	ikpún
Costella.....	inôci (Pronuncia-se in ô cí)
Costurar.....	tiçapôpô, tiçutóó
Cotovelo.....	pakuçú
Couce.....	tinanán
Couro.....	iké, ptukô
Cova.....	cuakré, kré
Cova onde é assada a carne.....	burubú
Coxa.....	inkré. Icria (M. S.)
Cozinhar.....	tikuçáamán
Criançinha.....	ióntué
Crina.....	krin
Crista.....	çací
Cuia.....	pê
Cuidar, zelar.....	tiçuánácênató
Cunhado.....	kiántú
Cupim.....	kôîôt
Curar.....	kuatámunató
Curto.....	ipió
Cuspir, cuspo.....	çankô
Cutia.....	ikiánnacê
Dança, dançar.....	itóómán
Dar.....	timoçô, timonçô
Dar pescoço.....	tiputampín
Dedo.....	çukiá
Defluxo.....	çôîóp
Defloramento.....	indenakanhón
Deitar.....	timó, iúnó, panómán
Deitar-se.....	nóómán
Depois.....	cimamuí (Pronuncia-se ci ma muí)
Demorar.....	iókêstupô
Dente.....	çuá. Chuá (S.) chua (M.)
Derribar.....	kimpá
Desatar.....	tipó, tapupó
Descer.....	iápúng
Descobrir.....	tapuató
Desconfiar.....	tiçuánén
Desdentado.....	çuánón
Desdenhar.....	tinanká
Desejar.....	cenákêkê (Pronuncia-se ce ná kê kê)
Desembarcar.....	iátó
Desejo.....	bokuató

Dia.....	iáká
Diarrhéa.....	cinnankô
Direito.....	atâtôt
Disforme.....	anká
Dó.....	iúnky
Doce.....	cicí
Doença.....	iámpiôató
Doente.....	kitatí
Doer, dor.....	titunça
Dormir.....	panhót
Doudo, louco.....	intómampán
Dourado (peixe).....	kâkiâ
Dous.....	ambrendá
Duro.....	tót
Ema.....	mahán
Embira.....	prinnhón
Encher.....	tinakrét
Encolher.....	timatêt
Enredeiro, intrigante..	çuánéntópé (Pronuncia-se çuá nen tó pé)
Ensinar.....	timuçakré
Entrar.....	icêêmán (Pronuncia-se i cê ê mán)
Entristecer.....	iáprempé
Enxada.....	çapáia
Enxugar.....	innín
Enxurro.....	iankôçô
Enxuto.....	iúnín (Pronuncia-se iú nin)
Erecto, erguido.....	içáme (e mudo)
Esbarrar.....	tikonkún
Esbordoar.....	tikucy
Esconder.....	ipintó
Escurecer.....	tinánán (Pronuncia-se ti ná nán)
Escorduto.....	çukiatú
Escorregar.....	tinugrê
Escrever.....	çukiómán (Pronuncia-se çu kió mán)
Escroto.....	inkré
Espantar-se.....	tiçakiá
Experto, agir.....	iútén
Espinha de peixe.....	tepacê
Espirro.....	çakrít
Esquecer.....	iátêçampánón
Estender.....	timuçúnkuátú, kuatáunçún
Estimar.....	tikopián
Estomago.....	impá, tukê
Estreito.....	ikít
Estrela.....	ançuti. Amschui amsiti (M.) Ansiti (S.)
Estrepe.....	tipáansôe
Excremento.....	aín
Faca.....	káaçoã
Falador, tagarela.....	çuánéntókót (Pronuncia-se çuá nén tó kót)
Falar.....	tiçuánén (Pronuncia-se ti cuá nén)
Farejar.....	tipén
Farinha.....	panatá. Panatá (M.) (Pronuncia-se pa na tá)

Faro.....	çoçutén
Fartar.....	tinakrét
Fazer.....	tikémán
Febre.....	kitatí
Fechar.....	tipió
Feijão.....	tatacê
Feio.....	tómanká. Intomarca (M. e S.)
Femea.....	pranxí. Anta femea = pranxí kiút
Ferida.....	kótita
Ferir.....	tánsuén, tansuê
Festa. Veja pagodeira	
Filho.....	ipán
Filhote de ave.....	intó
Fino.....	pan
Fisga.....	tuánsuê
Flor.....	inhánhán
Focinho.....	çâkrê
Fome.....	inkiêto
Fonte.....	inkôtókót
Fogo, fogão, fogueira..	icry. Fogo itchiú (M.)
Folha.....	póraçô. Parachó (M.)
Fóra!.....	iátó!
Formiga.....	çârutí
Forte.....	pacitôt
Fraco.....	pacikiôkiô
Frio.....	ikíh, kir, namukíh. Kiúti (M.)
Fugir.....	iútó
Fumaça.....	çukún
Fumar.....	tipô
Fumo, tabaco.....	aréne. Arená (M.) (O último e de aréne é mudo)
Furar.....	tikén, tikémán
Gabirola.....	çunkretón
Gafanhoto.....	hitócrit
Gallinha.....	xinunxí. Antovehú: Schuninsi (M.)
Gallo.....	çuunxinunxí. Schaninsischumá (M.)
Ganhar.....	timoçón
Garôa.....	iúnguêitá. (Pronuncia-se iú unguê itá; soando o u na syllaba guê)
Gasto, usado.....	totún
Gato.....	iómpampé
Gatinho.....	iómpanpépán
Gengiva.....	çuáín
Genipapo.....	ampiôtí
Genro.....	pôkiá
Golpe.....	tikurciê
Golpear. Veja Golpe	
Gordo.....	nansuê
Gostoso.....	nacicí
Goyaba.....	kuánháp
Grande.....	inán, nan, ti, pó (Inán pronuncia-se i nán)
Grilo.....	kôxí
Gritar.....	ikâ, ikâa

Grosso.....	inán (Pronuncia-se i nán)
Guardar.....	tiçãa
Guariba.....	ipút
Guariroba.....	toncinhón
Guela.....	çunkiôt
Guerrear.....	tapentikuá
Guiar.....	timançuá
Ha tempo.....	tóputún
Hombro.....	ikón
Homem.....	impúará. Itpe (M.) impuaria (M. S.)
Hontem.....	kóramán
Imbé (cipó).....	apiáká
Inchar.....	tinakrét
Ingua.....	inakrét
Inteiro.....	atãimótó
Ir.....	pakuêmán
Irara.....	kiókió
Isca.....	çuióp
Iscar.....	tiuansuê
Jaboticaba.....	kréntine (e mudo)
Jacaré.....	intókóçúme (e mudo)
Jacú.....	ptámampé
Jacutupé.....	cêkríta
Jacutinga.....	napiápán
Jaó.....	pakón
Jatahy (abelha).....	skotén
Jatobá (árvore e fruta)	ampô
Jahu.....	inán, tepinán.
Jahu amarello.....	inánpé
Judiar.....	tinaprê
Joelho.....	ikón
Jogar, arremessar.....	temamián
Kagado.....	ksué
Labareda.....	ipô
Lábio.....	çakuá
Lagoa.....	inkô
Lágrima. Veja Chorar	
Lambary.....	tépán
Lamber.....	tinuntuâ
Laranja.....	ksuçôa
Lavar.....	içuêmán
Lavar no rio.....	paçuêpakrémán
Lavrar.....	tiçakê
Leitão.....	keuacêpán
Leite de mulher.....	çuncê
Leite de vacca.....	putinaçáncê
Lembrar.....	iápuçámpapót
Lenha.....	icry
Levantado.....	tiçán

Levantar.....	paçamán, iúçán
Levantar tarde.....	içontakaiê
Leve.....	nakrit
Levar.....	imótó
Ligeiro, veloz.....	tiprémópín, kuaprémuçá
Limpo.....	knópô
Lingua.....	çuntót
Linha.....	cê
Linha de anzol.....	kutuíncê
Lobo.....	pu
Lograr, enganar.....	tópiâmaní
Lombo.....	çapatinín (Pronuncia-se ça pa ti nín)
Longe.....	apéne (e mudo)
Lontra.....	iópacê (Pronuncia-se ió pa cê)
Lua.....	ptuá. Putuá: pturuá (M.) puturuá (S.)
Luar.....	ptuaçô
Macaco.....	ikô
Macahuba.....	kutó
Machado.....	kêur
Macho.....	çuún
Machucar.....	tiçapú
Machucado.....	tipiatê
Madrugada.....	iúnunté (Pronuncia-se iú nun té)
Madrugar.....	timputakún
Mãe.....	tíkâ. Unisi (M.) (O acento tonico no i em tíkâ)
Magro.....	pipré
Mamma.....	çuncê
Mammar.....	tiçômán, tiçôêman, tipiáçômán
Mamão.....	kanankón
Mamona.....	priticy
Mandaçaya, abelha.....	ikôçún
Mandaguary, abelha.....	amprê
Mandar.....	tiçantó
Mandioca.....	kúa
Mandi.....	kósétí
Mangaba, mangabeira.....	ankêuacê
Manhã.....	iaká imputiapató
Manso.....	acênón
Mão.....	cykiá
Marimbondo.....	prépet
Marido.....	pínpiâ (O acento tonico recae em pin)
Mastigar.....	tikú, tikrén, tikutikrén
Matalotagem.....	timôaián
Matar.....	tipín
Matto.....	iómamán, indióme, ió. Inrmú (M.)
Mecher.....	tinunkia
Medo.....	timpákêkê, iámpákêkê
Mel.....	inpén
Melar, tirar, extrair mel.....	ótapupô
Menino.....	piúntué, téprín, iprínra. Pintué (M.)
Menina.....	priará (Leia-se prin ará)

Mentira.....	namím
Merda. Veja Excremento	
Mergulhar.....	içuámán
Meu.....	iákiáma (Paroxytono)
Milho.....	môcê, môcy
Miados.....	taimunpé
Moça, donzela.....	çuncêkiânakót, piuntué. Itpentié iprontuaria (M.)
Moço.....	piúntuará
Moela.....	ikén
Molhado.....	ikó, inkó
Molhar.....	tinkó
Mole.....	pépét
Mombucão, abelha.....	intó
Morcego.....	incêp
Morder.....	tinsá
Morrer.....	iútú, ipintó. Itú (M.)
Mosca.....	puçú
Mosca doméstica.....	pómánx, koçuátét
Mostrar.....	timupián, timâçún
Motuca.....	kôkôt
Motum.....	ptémampé, ptemaçô
Mudar.....	iáputó
Mudar os dentes.....	içuánó
Mudo.....	pennón
Muito.....	apépén
Mulher.....	intié, intiérá. Inteira (M. e S.)
Murcho.....	iúçô
Muricy.....	tékián
Murro.....	tiçápú
Namorar.....	tikôpián
Namoro.....	taimópián
Não.....	manniá
Não responder.....	iômontimpá
Não trazer.....	cimamapikuí (Pronuncia-se ci má má pi ku í)
Nariz.....	çâkré. Chacaré (M. e S.)
Narigudo.....	çakênán
Nascimento.....	inguuê (Pronuncia-se in gu u ê)
Negacear.....	tihikót, tinkót
Negro.....	tepanhó. Tapanio: cotú (M.)
Neto.....	tánpiâ (Acento tônico em tan)
Nahnbú.....	antó
Ninho.....	çacê
Noute.....	ptikô, ptukô
Nu.....	imaçapô (Pronuncia-se i má çá pô)
Nuca.....	impút
Nunca.....	tapundé
Nuvem.....	iputukô
Odiar.....	inkí
Olhar.....	tiçumpún
Olho.....	intó, ntó. Intó (M. e S.)
Omo-plata.....	çukié

Onça.....	napiá
Orelha.....	çukré. Chucere (M.) chiccre (S.)
Oso.....	ité
Ouvido.....	çukréçuákré
Ouvir.....	timpá
Ovo.....	inkré
Ovo de galinha.....	xinunxí ikre
Paca.....	inkia
Pacú.....	ksukié
Pae.....	vóçúm, uçúm. Usúm (M.)
Pagar.....	timançón. (Pronuncia-se ti man çón)
Pagode, dançar.....	itóuacê, tóuacê
Palpebra.....	intóçó
Panela.....	kukiáto
Papel.....	púankákikô, púakákikô
Papo.....	çunkiôtú
Parar.....	iápuçán, timákâa
Parede.....	pâr
Parir.....	inguuán (Pronuncia-se in hu u án)
Parto (secundinas).....	çuankópót
Passear.....	kbú, kubú
Pato.....	iêumatí
Pau.....	pêr. Poré (S.) (Pêr leia-se como peur francez)
Pé.....	ipá. Ipáá (M. S.)
Pedir.....	tiçuçuê
Pedra, pedreira.....	iô. Pedra keni (M.)
Pegar.....	tipúe, kimpá
Peidar.....	ikuâ
Peito.....	çukôt. Chúcoto (M.) chucóto (S.)
Peixe.....	tép. Teto: topú (M.) tépo (S.)
Penis.....	impú
Penna.....	inkún. Impantsa (S.)
Pente.....	kâkiâ (O acento tonico em ki
Pentear.....	tikiákê
Pequeno.....	pan, pú. Ipauré (M.) ipansé (S.)
Perdiz.....	pekê
Perigo.....	iatêpetukô
Sem perigo.....	inniókucê
Perna.....	ité, ikren
Pernilongo.....	puçú
Perto.....	apémán
Pesado.....	çutín
Pescador.....	titunómém
Pescar.....	çuótó
Pescoço.....	impút. Impudé (M.)
Pilão.....	açuaká
Pinicar, beliscar o peixe na isca.....	tinçá
Piolho.....	ankô
Piracanjuba.....	kápóa
Piranha.....	ksuké
Piscar.....	kuánán

Plantar.....	tikré, tikrémán
Poção, poço grande.....	çakén
Poço.....	inkôkré
Podre (?).....	kêuaçain (?) (Mais parece significar: carne de porco.)
Poieira, pó.....	tinkiôtuçáa
Poita.....	çuóto
Pomba.....	kutití
Pombear.....	tónkót
Pontada (dor).....	krépôpô
Pôr.....	tapuçí
Porco.....	kêuacê
Porrete.....	içôto
Porta.....	çakuá
Porta aberta.....	kamiçakuá
Poupar.....	tapucê
Praia.....	kuká
Preguiçoso.....	çuanká
Prender.....	tinapré
Prenhe.....	tupót
Preto.....	tépanhó. Tapaniô: cotú (M.) tapanho (S.)
Prisão, aprisionamento.	kimpá
Puxar.....	tokré
Pular.....	çankrí
Pulga.....	kiançú, kôçúpán
Pulo.....	iútó
Quadril.....	ikón, ikrê
Quati.....	kuticê
Quebrado, quebrar.....	tikún
Queixo.....	çakiát
Queimar.....	tikáá, tipô
Queixada.....	ankiô
Quente.....	akiô, ankiô
Querer.....	mâkiá, mukíá, imamuçón (Pronuncia-se i ma mu çón)
Rabo.....	çampá, çámpy
Raio.....	acê
Raiva.....	inkí
Raiz.....	çarê
Ramo.....	pôr
Rapadura.....	pêín
Raposa.....	panpé
Rasgar.....	timantikâr
Rasto.....	ipáa, ipáá
Rato.....	ançô
Rasoura, lugar raso do rio.....	krénón
Rebojo.....	çaké
Receber.....	timuçón
Recusar, rejeitar.....	tinanká
Redondo.....	timuntó

Relampago.....	tinunán (Pronuncia-se ti nu nán)
Relho.....	xinnampré
Remar.....	tikúeman
Remedio.....	pâr
Remela.....	intóuçú
Remo.....	kópacê
Repartir.....	timôçakré
Resistir.....	timampánón (Pronuncia-se ti mam pá nón)
Respirar.....	ticê
Responder.....	iúmokâ (Pronuncia-se iú mó kâ)
Rio.....	pakré. Pupti (S.)
Rir.....	cyncy
Risada.....	cyncykiôkiô
Roça.....	pu
Roncar.....	iúnhó
Roxo.....	kannampiôpiô
Ruim.....	ikró
Gente ruim.....	çuçô
Saber.....	ticytâ
Sabiá.....	içún
Sacco.....	impótu
Sahir.....	iútó
Sal.....	kapaxuá
Sangria.....	tansuá
Sangue.....	ampiô
São, sadio.....	nançua
Sapatiar.....	iútó
Sapo.....	kretót
Saracura.....	cytupô
Sarar.....	tiapykôt
Sarna.....	çunçôp
Seccar.....	pipré, ticinín (Pronuncia-se ti ci nin)
Secco.....	cinín (Pronuncia-se ci nin)
Segurar.....	ticepiú
Semente.....	icí
Sepultar.....	timâkré
Siriema.....	ámpiâ
Sobrancelha.....	intóçôkín
Sobrinho.....	pakré
Sogra.....	kokrípiâ (O acento tonico em kri)
Sol.....	iútât, iútôt, iúktôt, iútaicí. Itputi:imputé (M.) imputé (S.)
Sola do pé.....	ipáa
Soltar.....	tapyndé
Somno.....	intóketín
Sonhar.....	iiúpintín
Soprar.....	tiçakô
Sovaco.....	çakré
Suã, espinha dorsal....	çapací
Subir.....	iúçupín
Summir.....	itô
Surdo.....	çampanón (Pronuncia-se çam pá nón)
Surubi.....	içôa

Suspender.....	tiçanín (Pronuncia-se ti çá nin)
Suspirar.....	çankrékâ
Tamanduá-mirim.....	batutí
Tapera.....	kukré
Tarde.....	ptentê
Tatú.....	ankrê
Terra.....	kypa. Cupa (ciupa) (M.) cúpa (S.)
Testa.....	ikuá
Teu.....	çakiáma
Tia.....	citón
Tição.....	içáátóómám
Tio.....	çutón, citón, xitón
Tirar.....	tiúató
Tiú.....	akôtinacê (Pronuncia-se a kô ti na cê)
Tocar, enxotar.....	tikón
Tomar.....	tipêpú, tapupêpy
Toque de viola.....	tikcén
Torto.....	xitú
Tossir.....	iká
Toucinho.....	çampôatún
Touro.....	xinakarót (Pronuncia-se xi na ka rót)
Trabalhar.....	tikunkoamán, tiçunkuê. Schampua (M.)
Trazer.....	iópô
Tremer.....	tentént
Trepar.....	çupín
Tripa, intestino.....	xin
Triste.....	iápempré
Trovoada.....	iúpít
Um.....	ipút
Umbigo.....	çuntót
Unha.....	cykôkô
Urina.....	iútú, icê, içôu
Urinar.....	itumán
Urrar.....	içumpit
Urubú.....	kêkê.
Filhote de urubú.....	kêkêintó
Vacca.....	putinaxô, putinaçâ. Putinauchá (M.)
Vagaroso.....	timópiampé
Varar.....	tansuá
Verejeira.....	ainnicôp
Varjão.....	çáka
Varrer.....	tinápón
Vazio.....	ninín (Pronuncia-se ni nin)
Veado.....	impó, mpó. Impó (M. e S.)
Veia.....	cê
Velha.....	çuncêpó
Velho.....	kaputún, taputún
Veneno ophídico.....	tinsáanhán
Veneno vegetal.....	koatámastuarê (Pronuncia-se koá tá mas tuarê)
Vento.....	çakô

Ventre.....	impá. Itú (M. e S.)
Vestir.....	çakú
Vida.....	iápukôt
Vigiar.....	tiçamán
Vingança.....	tapuató
Virar a canoa.....	tôkupá
Voar.....	iáputó
Vomitar.....	çãoacín, çóancín
Vontade.....	bôkuató
Vôo.....	iútó, iáputó
Vulva.....	icê
Xingar, insultar.....	tináio

FRASES

O menino chorou.	Inkué piuntué.
Os mininos choraram.	Iakokô piuntué inkué.
Matei um jacaré.	Tínuiá intókócúme.
Matamos muitos jacares.	Minumépá intókócúme.
A onça brigou com o tamanduá.	Tapín kikôe napiá batutí.
Os caçadores mataram muitas onças pintadas.	Çuaçê impé napiá inkióra.
Antonio era amigo de João.	Antonio tikapián João.
Achei um ninho de urubuzinhos.	Ninupián çacêmán kékêintó.
Quero nadar no rio.	Kimiôn pakrémán.
Não vejo a canoa.	Imópáçumpún pôk.
O panará matou a macaca e o macaquinho que ela tinha às costas.	Panará tipin ikô ikôpán ipumandit tiçupián.

CAÇADA E PESCARIA.

José ontem foi caçar e pescar.	José kiçuacê koramán çuátó titú menacê.
Chegando ao rio, destou a canoa grande, nela poz os cais, (sic) rumou para a ilha, desembarcou	Pakrétén tipó pôkinán, tiçáa ióp pôk, tikúemán iondé, iató, tmamián kutuín.

ahi e jogou os anzoos.

As iscas eram um coração de pato, uma perna de mutum e um sabiá inteiro e com as pennas.

De repente pinicou no anzol; estava ferrado um peixe.

Retirando-o da água viu que era uma piracanjuba muito grande; tirou o anzol e poz o peixe na canoa.

Resolveu mudar de pesqueiro, foi para a ponta de baixo da ilha e descou em uma pedra.

Iscoou o anzol com um pedaço da piracanjuba. Jogou-a.

Pegou desta vez um surubi pintado.

Depois não poudé mais pescar por causa dos kagados.

Poz os anzoos de espera em um poção e foi passar a noute no barreiro da outra banda.

Pela meia noute veio uma anta com duas antinhas e na mesma hora um grande matteiro.

José atirou rápido e a bala varou as espaduas do matteiro, que cahiu morto.

As antas se espantaram e dispararam no matto.

Ele abriu o matteiro e os peixes.

Fez uma festa que todos acharam muito boa.

Çuióp inkôkré ieumati ikrén
ptemançô, içún atán tmópy
inkun.

Tikondê tinsá mutén; tiuansuê
tép.

Pakrépê tapuató, taptiçumpún,
tapuató kutuin, ticê kópóa
pôk namán.

Namutó kapú çuókúe; kaçuókú
pakiá tután, iáputó pôkpê iató
iôtán.

Tiuansuê kutuín kapoa.
Imamián.

Tómén içôa.

Cimamuí apupô ksuépê krén.

Timançô kutuín çakén imócin
uáká çunkué çatá iondê.

Impô tamáia pupô ikít
iápupô kiút, ambrendá kiút
pan, tikônén impáinán.

José tikuató tipré mópín
tokén mató çupú mutan iúty.

Tiçakiá inkiút, iutén ió.

Takiâ impó tép.

Iremacikâ tóuacê tiçuáném
tmompé."

APÊNDICE 2
 VOCABULÁRIO¹ DE SANTANA DO PARANAHIBA.
 Joaquim Lemos da Silva (1882)

Deos.....	puancá
Ceo.....	pucué
Cabeça.....	paquiã
Cabellos.....	paquim
Cabellos brancos.....	paquim catêté
Barriga cheia.....	patuca creti
Olhos.....	pantó
Orelhas.....	pacré
Mamar.....	piáchomã
Para quê?.....	piámanchê
Mamas.....	panchê
Língua.....	pããtó
Lábios.....	pacôcy
Dentes.....	pachuá
Umbigo.....	pantóte
Dedos.....	pantoxi
Mãos.....	pantóte
Unhas.....	pacôcô
Chega.....	guatã
Orgão de prazer sensual da mulher.....	Iche
Cópula carnal.....	prinche
Membro Viril.....	Impú
Vai.....	guatã cocuê
Fica quieto!.....	guaãchá
Chorão.....	impuaio
Nádegas.....	suncre
Trovão bravo.....	intá pitoim
Vamos d'outro lado.....	chatã paparene
Na beirada.....	meciape
Estrellas.....	inchoti
Bem assado.....	quióquiópe
Está duro.....	quitatién
Quebrou.....	Tiquá
A faca quebrou.....	coacha tiquá
Pagar.....	tapiá moxão
Pai.....	Uxum
Mãe.....	tia
Irmão.....	Uachã
Torto do olho.....	intonhã
Escroto.....	incrê
Patrono.....	incretuba
Papo, papudo.....	xaquiátu
Papo muito grande.....	xaqiatunã
Aonde.....	yumã
Aonde o caminho.....	yumã cômaxunpum
Lá atrás.....	manaia sinquiritati

¹ Este vocabulário é transcrição do vocabulário anotado por Joaquim Lemos da Silva, que encontrei no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (lata 501, pasta 18).

O sol.....	puti
A lua.....	putuá
Saudação.....	yapoquiá
Despedida.....	iamácúê
Me dá!.....	maquia
Não.....	yote
Lá vem o homem mau ou bravo.....	ipémiachin achotemanancabu
Feio.....	tamancare
Bonito.....	taumpé
Ali vem um homem.....	ipé miaxim
Caxassa, aguardente....	Cuxá
Bêbado.....	cuxaquiã icetubu
Gado.....	potinachã
Leite, queijo.....	potinachanxe
Anta.....	hiute
Burro, cavalo.....	hiutxã
Veado.....	impó
Cabra.....	impó achã
Farinha.....	panata
Feijão.....	pataxio
Arroz.....	tonxeu
Sal.....	capachué
Estou com fome.....	inquêtupe
Estou com fome, quero comer,não tem.....	inquetupéxicuere competiba
Acabou-se.....	copembe
Olhe ali no saco está cheio.....	o mo mão impotu naretiba
Aonde está a culha.....	yumã pê
Galinha.....	chuninxí
Ovo de galinha.....	chuninxicré
Foice.....	copópó
Enxada.....	xapaia
Machado.....	Cõõ
Moça bonita.....	insipia paã taope
Mulher velha e feia....	insipiá caputú tomancáre
Vestido vermelho.....	xitacrite nhanha
Xita podre.....	xitacritichochore
Fogo.....	inxíó
Onça.....	napiá
Tamanduá.....	patiti
Onde vou dormir.....	yuma paninhote

APÊNDICE 3

VOCABULÁRIO¹ CAYAPÔ DE SÃO JOSÉ DE MOSSÂMEDES
por Saint-Hilaire (1975)

Água.....	incó
Anta.....	icrie
Arco.....	itse
Boca.....	chapé
Bicho-de-pé.....	paté
Bom.....	impéimparé
Bonito.....	itompéiparé
Braço.....	ipá
Branco.....	macácá
Cabeça.....	icrian
Carne.....	jóbo
Cabelos.....	iquim
Cavalo.....	iquitachó
Cervo.....	impó
Coxas.....	icria
Criança (lactente).....	nhontuára
Dentes.....	chuá
Deus.....	punhança
Estrelas.....	amsití
Eu danço.....	incréti
Feio.....	intomarca
Flecha.....	cajone
Folha.....	parachó
Fruto.....	patso
Homem.....	impuaria
Homem branco.....	cacatéta
Homem negro.....	tapanho
Índio.....	panariá
Lua.....	puturuá
Mãos.....	chicria
Moça.....	iprontuaria
Mulher negra.....	tapanhocua
Mulher.....	intiera
Nariz.....	chacaré
Olhos.....	intó
Orelhas.....	chiccré

¹ O vocabulário a seguir é transcrição daquele coletado por Saint-Hilaire.

Pé.....	ipaá
Pedaço de pau.....	poré
Pássaro.....	itchune
Peixe.....	tépo
Peito.....	chucóto
Penas.....	impantsa
Pequeno.....	ipanré
Pernas.....	ité
Pescoço.....	impudé
Preto.....	cotu
Rapaz.....	iprintué
Rio.....	pupti
Sol.....	imputé
Terra.....	cúpa
Ventre.....	itu
Vermelho.....	ampiampio

APÊNDICE 4
VOCABULÁRIO¹ CAYAPÓ DE SÃO JOSÉ DE MOSSÂMEDES
 por Pohl (extraído de Schwartzman, 1987)

Água.....	into
Arma.....	atona
Arco.....	itsche, itse
Bom.....	impeimpare
Bonito.....	itompeipare
Branco.....	macaca
Caçar.....	cubupapa
Cabeça.....	icrian
Cachaça.....	incoia
Cachorro.....	ropu
Cama.....	twchuquantu
Canoa.....	impoazo, schu, kriti
Carne.....	iobo
Carne de vaca.....	potina-schain
Capa de feltro.....	kiapio
Casa.....	uncua
Casar-se.....	zapio
Cervo.....	inpo
Cesta.....	piapa
Comer.....	lempania
Criança.....	pintue
Chuva.....	inta
Dedo.....	lenkre
Deus.....	pujanka (puhanca)
Dormir.....	schotine
Escrever.....	kientom
Espada.....	capite
Faca.....	kaascha
Farinha.....	panata
Feijão.....	tetaschu
Ferro.....	kitesi
Flecha.....	cajone, caschone
Fogo.....	itschiu
Foice.....	caitpopo
Frio.....	kiuli
Galinha.....	schunis
Galo.....	schaninsischuma
Homem negro.....	tapanio

¹ O presente vocabulário é transcrição tal como foi citado por Schwartzman (1987).

Intestino.....	putkua
Madeira.....	inromu
Mãe.....	unisi
Mandioca.....	muschu
Montanha.....	sucomu
Morrer.....	itu
Mula.....	kityascha
Mulher negra.....	tapanio-cua
Ouro.....	cupajotu
Pai.....	usum
Pão.....	poli
Pedação.....	pujanka, unkua
Pedra.....	keni
Peixe.....	tepo, topu
Pequeno.....	ipanre
Preto.....	cotu
Raiva.....	krenkio
Raiz comestível.....	piankakianka
Redondo.....	antoaaschu
Rio.....	pupti
Roupa.....	schapu
Sujeira.....	intomarca
Tabaco.....	arena
Terra.....	cupa (ciupa)
Trabalho.....	schampua
Unir.....	caitpoze
Vaca.....	potinascha
Veado.....	inpoti
Vermelho.....	ampiampio

APÊNDICE 5
 VOCABULÁRIO¹ CAYAPÓ DE SANTANA DE PARANAHIBA.
 Por Dr. Kupfer (1857)

Mãe.....	Kuinzi.
Pai.....	Hokió.
O filho, a filha.....	Ipó.
Tio, tia.....	Bitó.
Avô.....	Uté.
Avó.....	Topopié.
Casa.....	kikré.
Deus.....	Kapekoá.
Céu.....	Ciotí.
Igreja.....	Kriná.
Padre.....	Kientómá.
Chuva.....	Intá.
Vento.....	Cupé.
Sol.....	Huitóte.
Lua.....	Impúte.
Estrela.....	Anzoti.
Dia.....	Jaká.
Noite.....	Potekó.
Homem.....	Puará.
Mulher.....	Intiará.
Moça.....	Kiacipiá.
Mulher casada.....	Incipiá.
O moço, jovem.....	Piantoé.
A cabeça.....	Ikiá.
O olho.....	Intó.
A boca.....	Sacoa.
O nariz.....	Pacré.
A orelha.....	Zicré.
Os cabelos.....	Inki.
O dedo.....	Ipá.
A perna.....	Ité.
Os dedos do pé.....	Pató.
O peito.....	Zucoté.
O seio feminino.....	Zounzé.
A barriga.....	Patucá.
O pênis.....	Impú.
A vulva.....	Inzé.
O cachorro.....	Hióp.
O cavalo.....	Kitazá.
A galinha.....	Zurinzi.
O galo.....	Potimazó.
O boi.....	Popió.
A vaca.....	Otinazó.
O gato.....	Hiampapé.
O veado.....	Impó.
A anta.....	Kiúte.
O porco do mato.....	Ikiú.

¹ Vocabulário transcrito tal como o anotou e publicou Kupfer em alemão, cuja tradução devo ao prof. Dr. Aryon Dal'Igna Rodrigues.

O porco doméstico.....	Zoinzi.
A onça (feliz onça)....	Napia.
O tamanduá.....	Potiti.
A aguardente.....	Kuschiá.
A cana de açúcar.....	Penkó.
O açúcar.....	Penhi.
A raiz de mandioca.....	Kuóch.
A batata doce.....	Itú.
A água.....	Pinkó
A carne.....	Hi.
Grande.....	Nó.
Pobre, poucos.....	Kit.
Forte.....	Hitóte
Fraco.....	Pepé.
Branco.....	Kateté.
Preto.....	Tapanjó.
O homem pardo, demônio do mato.....	Hempiampiam.
O homem branco.....	Hepé
O pano vermelho.....	Netampiá.
Pequeno.....	Páu.
Bonito.....	Tompé.
Feio.....	Tamancáre.
Velho.....	Caputú.
Jovem.....	Piantoé.
Rico, muitos.....	Moschi.
A fruta vermelha, usada para pintar.....	Urucú.
A fruta preta usada pra pintar.....	Genipápó.
Magro.....	Pipré.
Gordo.....	Nachoá.
Frio.....	Kihui.
Quente.....	Ankiúte.
Morno.....	Anokiúte.

APÊNDICE 6
VOCABULÁRIO¹ CAYAPÓ DE SANTANA DO PARANAHÍBA
 coletado por Nehring (Ehrenreich, 1894)

Português	Cayapó
Língua.....	zutõ
Boca.....	zapé
Dente.....	ischoa
Nariz.....	zäkrä
Olho.....	intó
Orelha.....	zukré
Perna.....	zätakrita
Braço (ou Mão).....	zukiä
Cabelo.....	iking
Céu.....	pukuá
Sol.....	impúte
Lua.....	putura
Estrela.....	ançeti
Água.....	inkó
Floresta.....	inshó
Pedra.....	jõ
Arco.....	ischê
Espingarda.....	atóma
Borduna.....	eporá
Homem.....	impú
Mulher.....	inká
Filho.....	imprim
Velho.....	kaputúng
Velha.....	torritúng
Onça.....	napiá
Anta.....	idschutá
Veado.....	impõ
Porco do Mato.....	ankiô
(?).....	tonjotto
Macaco.....	inkó
Jacaré.....	tapúng piá
Tartaruga.....	kushhúa
Serpente.....	iännä
Serpente d'água.....	njontí
Sapo.....	kretót
Peixe.....	tápe
Borboleta.....	ceojó
Cachaça.....	inkuschuá
Tabaco.....	aréna

¹ Vocabulário transcrito tal como coletado por Nehring e publicado por Paul Ehrenreich. Agradeço ao professor Aryon Dal'Igna Rodrigues esta tradução.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 - Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

Caixa 4. "Relatório apresentado pelo ex-Presidente da Província de Goiás, Aristίδes de Souza Spíndola no acto de passar a administração ao Vice-presidente Theodoro Rodrigues de Moraes. 27/12/1881."

Caixa 4. "Relatório com que o Ilm. e Ex. Dr. Cornélio Pereira de Magalhães, Presidente da Província de Goiaz, passou a administração ao Vice-presidente, Theodoro R. de Moraes. 20/06/1882."

Livro 40. Correspondências.

(pag.45, 45v, 46v, 50, 50v) "Cartas ao vigário da aldeia de São José de Mossâmedes". 10/01/1832, 18/01/1832, 04/02/1832, 03/10/1832 e 14/10/1832."

Livro 92. Correspondências.

(pag. 6v, 7 e 7v) "Officio pedindo a S.M. o Imperador faculdade, para que possa o Padre Hermogenes Casimiro, com dispendio de sua fazenda, fazer huma entrada pelos sertões da Cayapônia. Pela Secretaria do Império. 24/05/1825."

Livro 100. Correspondências.

(pag. 72, 72v e 73) Carta "A D. Damiana da Cunha" 15/05/1830.

Livro 107. Correspondências.

(pags. 9v e 20v) "Ordens ao diretor da Aldeia de São José. 02/12/1829, 19/01/1832 e 04/12/1832."

Livro 191. Correspondências.

(pag.12) "Carta de Joaquim Ignacio de Carvalho, informando sobre a aldeia de São José de Mossâmedes. 02/04/1846."

Livro 606. Correspondências.

(pag. 184) "Declara-se extinto os aldeamentos de São José de Mossâmedes e São José do Duro. 19/11/1879."

ARQUIVO NACIONAL - RJ.

Código 807

"Província de São Paulo - Notícia circunstanciada sobre a Colonia Militar de Itapura - pelo Ajudante Capitão Joaquim Ribeiro da Silva Peixoto - no impedimento do Diretor" (10/09/1881).

Código 952, vol. 34, fl.81

"Ordem Régia - Sobre se convocar uma Junta das Missoens para nella se dar a execução ao que na Ordem de 8 de Mayo de 1748 se mandou ao General de São Paulo.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - BH.

Fundo Secretaria Geral- SG 06

"Registro de Correspondências da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais, 1869-1873."

Fundo Delegacia Fiscal - Arquivo Casa dos Contos

"Carta de Ignácio Correia Pamplona a D. Rodrigo José de Menezes. 05/05/1781."

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - CUIABÁ (MT).

"Livro de registros da Diretoria Geral dos Índios. volume 1, 1848-1860."

"Livro de registros da Diretoria Geral dos Índios. volume 2, 1860-1873."

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (PERÍODO COLONIAL).

Ordem 291, d.30, p.1, cx.54. "De Antonio José de Almeida ao Governador da Capitania, participando a remessa de dois rapazes que haviam chegado das margens do rio Paraná, da tribo dos Caiapós. Porto Feliz, 18/10/1809."

Ordem 292, d.36, p.1, cx.55. "Do padre Manuel Nunes Henrique ao Conde de Sarzedas, sobre a conquista do gentio Payaguá. Itú, 23/12/1732."

BIBLIOTECA NACIONAL - RJ - (SEÇÃO DE MANUSCRITOS - ARQUIVO DE MATEUS)

I-30, 9, 42 n^o 12. "Carta [de Manuel Rodrigues de Araújo Belém] a Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Governador da Capitania de São Paulo, tratando das providências tomadas para a captura de um delinquente e da dificuldade encontrada no alistamento de soldados para a expedição de José Gomes de Gouveia. Mogi Guaçu, 01/06/1767."

I-30, 22, 11 n^o 5. "Carta dos Oficiais da Câmara de Mogi Mirim ao governador Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, remetendo lista dos mais capazes para servir na nova companhia de mulatos, bastardos e carijós. Vila de São José de Mogi Mirim com corpo de Câmara, 28/06/1772."

I-30, 12, 17 n^o 39. "Carta [de José Gomes de Gouveia] a Luis Antonio de Souza Botelho Mourão. governador da capitania de São Paulo, tratando da ameaça dos índios caiapós no distrito de Mogi guaçu. Jaguari, 18/09/1772."

I-30, 12, 17 n^o 40. "Carta [de José Gomes de Gouveia] a Luis Antonio de Souza Botelho Mourão. governador da capitania de São Paulo, dando parte das medidas tomadas para a Execução de ordem de formar companhia de pardos a fim de combater os ataques dos índios caiapós. Mogi Mirim, 16/10/1772."

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Lata 501, pasta 18. "Carta dirigida ao Te. Cel. Antonio Borges Sampaio sobre os primeiros habitantes do sertão de Mato Grosso. Acompanha notas do Cap. Joaquim Lemos da Silva sobre dos índios Caiapos (of. do ten. cel. Antonio Borges Sampaio).

Lata 188, doc. 39. "Descrição feita por Alexandre de Souza Barbosa sobre os índios Cayapós e os Panarás. Vocabulários e mapa da região ocupada pelos Cayapós."

Lata 763, pasta 18. Ofício de Frei José Maria Mecerata ao cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho: descrição das diversas Nações de Índios. Relação das diversas nações de índios que presentemente habitam a Diocese de Mato Grosso. Pelo bispo de Cuiabá José Antonio dos Reis. Cuiabá, 24/08/1843."

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. ARQUIVO DO CONSELHO ULTRAMARINO.

1.2.2 - "Da conta o governador de São Paulo a respeito da invasão e hostilidades cometidas pelo gentio Cayapó nas circunvizinhanças da Vila de Goyaz. Vila de São Paulo, 29/01/1743."

1.2.2 - "Expõem o Governador de São Paulo, Luis Mascarenhas, o Superintendente das Minas do Goyazes, os oficiais da Camara de Vila Boa e o Ouvidor da Comarca das mesmas Minas, os insultos e desordens que padecem pelo gentio Cayapó, daquela circunvizinhanças. 29/04/1744."

1.2.2 - "Responde o Governador de São Paulo, sobre os insultos e hostilidades que no Goyazes cometiam os gentios daquelas circunvizinhanças e o que escrevem a respeito o Intendente do Goyaz, Intendente e Provedor da Fazenda do Cuiabá e Oficiais da Vila Real de

São Paulo. Lisboa, 02/05/1746."

1.2.2 - "Sobre a conta que deu o Governador de Goyaz, D. Marcos de Noronha, a respeito das hostilidades do gentio Cayapó e o encontro que teve o capitão Antonio Pires de Campos com uma companhia de soldados que levava, matando-lhes 16 pessoas e repressando-lhes 32. Lisboa, 06/10/1751."

1.2.4 - "Ofício de Luis Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Mello e Castro, participando ter mandado expedir algumas bandeiras em perseguição do gentio Cayapó. Vila Bela, 18/12/1772."

1.2.4 - "Ofício de Luiz Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Mello e Castro, informando sobre o estado da capitania e sobre os índios Tapuyús e Cayapós das vizinhanças do Forte de Bragança. Vila Bela, 06/12/1771."

1.2.6 - "Sobre a conta que deu o Governador da Capitania de Goyaz, o Conde São Miguel, a respeito da presa feita ao gentio "Cayapó" de 6 mulheres e 25 crianças, pelo capitão mor João de Godoy da Silva. Lisboa, 26/02/1757."

1.2.7 - "Ofício de João Manuel de Mello a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acerca da invasão do gentio Cayapó no distrito do Arrayal de Santa Luzia. Lisboa, 25/06/1767."

1.2.7 - "Ofício de José de Almeida e Vasconcellos a Martinho de Mello e Castro, sobre os repetidos ataques dos índios "silvestres" e Cayapós. 20/06/1774."

1.2.7 - "Ofício de João Manoel de Mello a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as hostilidades dos gentios Cayapó e Chavante. Lisboa, 07/06/1764."

1.2.7 - "Ofício de José de Almeida e Vasconcellos a Martinho de Mello e Castro, sobre a aquisição dos "índios selvagens". Vila Boa, 09/12/1774."

1.2.7 - "Ofício do Cap. Gen. Tristão da Cunha Menezes a Martinho de Mello e Castro. Vila Boa, 16/01/1784."

MUSEU DA BANDEIRAS. CIDADE DE GOIAS.

Documentação dos Negócios da Fazenda Pública.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. CUIABA - MT.

Coleção Arquivo Histórico Ultramarino. Documentação microfilmada.

2 - Fontes impressas.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE GOIÁS:

Revista do Arquivo Histórico de Goiás. n^{os} 2, 1980; 4, 1982; 5, 1984 e 6, 1985.

Memórias Goianas, n^o 3 (Relatórios dos governadores da província de Goiás 1835-1845). Goiânia, 1986.

BANDOS, ORDENS RÉGIAS, CARTAS RÉGIAS, RESOLUÇÕES, OFÍCIOS, MEMÓRIAS, CORRESPONDÊNCIAS E OUTROS:

A - Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (Números 3, 7, 8, 11, 13, 21, 22, 24, 36, 44, 46, 55, 58, 59, 64, 65, 66). São Paulo, Imprensa do Estado.

B - Revista do Arquivo Histórico Estadual de Goiás. (números 2, 4, 5 e 6) Goiânia, Governo do Estado.

C - Revista de Informação Legislativa. números 28 e 29, anos VII e VIII. Senado Federal, 1970 e 1971. NAUD, Leda Maria Cardoso. "Documentos sobre o índio Brasileiro (1500-1822)." Primeira e segunda parte.

D - Revista da Sociedade de Ethnographia e Civilização dos Índios. Tomo I, volume I. São Paulo, junho de 1901. Rendon, José Arouche de Toledo - "As primitivas aldeas e os primeiros aldeamentos de São Paulo (1823)."

E - Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Tomo I, n. 1 1885. "Memória concernente à exploração do rio Sucuriú, por S. A. Pimenta Bueno".

F - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

BARBOSA, Francisco de Oliveira (1843) - "NOTÍCIAS DA CAPITANIA DE SÃO PAULO, DA AMÉRICA MERIDIONAL ESCRITA NO ANNO DE 1792". RIHGB V.

BUENO, João Ferreira de Oliveira (1839) - "SIMPLES NARRAÇÃO DA VIAGEM QUE FEZ AO RIO PARANÁ O THESOUREIRO-MÔR DA SÉ D'ESTA CIDADE DE SÃO PAULO". RIHGB. I:139-149.

CAMELLO, João Antonio Cabral (1842) - "NOTÍCIAS PRÁTICAS DAS MINAS DO CUIABÁ E GOYAZES, NA CAPITANIA DE S. PAULO E CUIABÁ, QUE DÁ AO REV. PADRE DIOGO SOARES, O CAP. JOÃO ANTONIO CABRAL CAMELLO, SOBRE A VIAGEM QUE FEZ AS MINAS DO CUIABÁ NO ANO DE 1727". RIHGB IV:487-500.

CAMPOS, Antonio Pires de (1862) - "BREVE NOTÍCIA QUE DÁ O CAPITÃO ANTONIO PIRES DE CAMPOS DO GENTIO BARBARO QUE HA NA DERROTA DA VIAGEM DO CUYABÁ..." RIHGB: 437-449.

DESGENETTES, Raimundo Henrique (1906) - OS ÍNDIOS CAYAPÓS". RIHGB, LXVII:217-225.

MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim (1862) - "OS CAIAPÓS: SUA ORIGEM; DESCOBRIMENTO; ACOMETIMENTOS PELOS MAMELUCOS..." RIHGB. XXIV:491-524

SILVA E SOUSA, p^o Antonio Luis da (1849) - "MEMÓRIA SOBRE O DECOBRIMENTO, GOVERNO, POPULAÇÃO E COUSAS MAIS NOTÁVEIS DA CAPITANIA DE GOIÁS". RIHGB XII:429-510.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa (1872) - "COMPÊNDIO HISTÓRICO CRONOLÓGICO DAS NOTÍCIAS DE CUYABÁ, REPARTIÇÃO DA CAPITANIA DE MATO-GROSSO. DES DE O PRINCÍPIO DO ANNO DE 1778 ATÉ O FIM DO ANNO DE 1817." RIHGB XIII: 5-199.

ROLIM, Antonio (1846) - "RELAÇÃO DA VIAGEM QUE FEZ O CONDE DE AZAMBUJA DA CIDADE DE SÃO PAULO PARA A VILA DE CUYABÁ EM 1751". RIHGB, VII:469-497.

"SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE GOIÁS". RIHGB, LXXXIV.

"CATÁLOGO DE DOCUMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DE SÃO PAULO EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA". Tomos especiais III, IV, VIII e IX.

G - Revista do Arquivo Público de Mato Grosso. ano 1, número 2, 1983. "Instrução que há de seguir e observar inviolavelmente o Cabo da Bandeira Antonio Soares de Godói e em seu empedimento Francisco (...) Costa e no de ambos Pedro Gonçalves de Aguiar."

VIAJANTES

CASTELNAU, Francis (1949) - EXPEDIÇÕES AS REGIÕES CENTRAIS DA AMÉRICA DO SUL. 2 vols. SP, Editora Nacional.

FLORENCE, Hércules (1977) - VIAGEM FLUVIAL DO TIETÊ AO AMAZONAS DE 1825 a 1829. SP, Cultrix/Edusp.

FONSECA, João Floriano da (1880) - VIAGEM AO REDOR DO BRASIL. 1875-1878. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro S&C.

POHL, Johann Emanuel (1976) - VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL (1817 A 1821) SP, Edusp/BH, Itatiaia.

SAINT-HILAIRE, Auguste (1975) - VIAGEM A PROVÍNCIA DE GOIÁS. SP/Edusp BH/Itatiaia.

(1976) - VIAGEM A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. SP/Edusp, BH/Itatiaia.

3 - BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA MACHADO, José de (1972) - VIDA E MORTE DO BANDEIRANTE. SP, Martins.

ALENCASTRE, J. M. Pereira de (1979) - ANAIS DA PROVÍNCIA DE GOYAZ (1863). Goiânia, Oriente.

AMOROSO, Marta Rosa (1991) - GUERRA MURA NO SÉCULO XVIII; VERSOS E VERSÕES. Representações dos Mura no imaginário colonial. UNICAMP, dissertação de mestrado.

ATAÍDES, Jézus Marco de (1991) - SOB O SIGNO DA VIOLENCIA: COLONIZADORES E KAYAPÓ DO SUL NO BRASIL CENTRAL. UFG, dissertação de mestrado.

BALDUS, Herbert (1954) - BIBLIOGRAFIA CRÍTICA DA ETNOLOGIA BRASILEIRA. SP, Comissão do IV Centenário de São Paulo.

BARBOSA, Waldemar de Almeida (1971) - A DECADÊNCIA DAS MINAS E A FUGA DA MINERAÇÃO. Belo Horizonte, Imprensa de UFMG.

_____. (1979) - HISTÓRIA DE MINAS. 2 vols. Belo Horizonte, Editora Comunicação.

BARROS, Edir P. de (1989) - "POLÍTICA INDIGENISTA, POLÍTICA INDIGENA E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA EXPANSIONISTA NO SEGUNDO IMPÉRIO EM MATO GROSSO". REVISTA DE ANTROPOLOGIA, 30/31/32:183-224.

BECHER, Hans (1990) - O BARÃO GEORG HEIRINCH VON LANGSDORFF. PESQUISAS DE UM CIENTISTA ALEMÃO NO SÉCULO XIX. SP, Edições diá/ Brasília, UnB.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli (1979) - AUTORIDADE E CONFLITO NO BRASIL COLONIAL. O GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS EM SÃO PAULO. SP, Secretaria Estadual de Cultura.

BRAGA, Marcos Pinto (1993) - "LANGSDORFF NO BRASIL". TEXTOS DE HISTÓRIA. REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNB. (1):125-138.

BRAUDEL, Fernand (1992) - ESCRITOS SOBRE A HISTÓRIA. SP, Perspectiva.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (1986) - ANTROPOLOGIA DO BRASIL: MITO, HISTÓRIA E ETNICIDADE. SP, Brasiliense.

_____. (1987) - OS DIREITOS DOS INDIOS: ENSAIOS E DOCUMENTOS. SP, Brasiliense.

_____. (org.) (1992a) - LEGISLAÇÃO INDIGENISTA NO SÉCULO XIX. SP, Edusp / Comissão Pró-Índio.

_____. (1992b) - "INTRODUÇÃO A UMA HISTÓRIA

INDÍGENA" in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org). HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL. São Paulo, Companhia da Letras/Sec. Mun. Cultura/FAPESP.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1986) - "Vingança e Temporalidade: os Tupinambás". ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, 85:57-78.

CARVALHO, A. Luis de & PODESTÁ FILHO, José A. de (1988) - "SOLOS". in GEOGRAFIA DO BRASIL, RJ IBGE:91-106.

CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger (1992) - "CHACO; ENCRUZILHADA DE POVOS E 'MELTING POT' CULTURAL" in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) - HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL. São Paulo, Comp. das Letras/Sec. Mun. da Cultura/FAPESP.

CHAIM, Marivone Matos (1974) - OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE GOIÁS. Goiânia, Oriente.

_____ (1982) - "HOSTILIDADE INDÍGENA". CULTURA GOIANA ano I, vol I:79-85.

_____ (1989) - "POLÍTICA INDIGENISTA EM GOIÁS NO SÉCULO XVIII". REVISTA DE ANTROPOLOGIA, 30/31/32: 175-182.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1913) - EXPLORAÇÃO DO RIO GRANDE E DE SEUS AFLUENTES (1910). São Paulo.

CORREA FILHO, Virgílio (1969) - HISTÓRIA DE MATO GROSSO. RJ, Instituto Nacional do Livro.

DA MATA, Roberto & LARAIA, Roque Barros (1978) - ÍNDIOS E CASTANHEIROS, A EMPRESA EXTRATIVISTA E OS ÍNDIOS NO MÉDIO TOCANTINS. RJ, Paz e Terra.

DARNTON, Robert (1986) - O GRANDE MASSACRE DOS GATOS E OUTROS EPISÓDIOS DA HISTÓRIA CULTURAL FRANCESA. RJ, Graal.

DAVIDOFF, Carlos Henrique (1987) - BANDEIRANTISMO: VERSO E REVERSO. 5ª ed. SP, Brasiliense.

DAVIS, Irvine (1966) - "COMPARATIVE JÊ PHONOLOGY". SEPARATA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. vol1, n.2.

DOLES, Dalísia E. Martins (1973) - AS COMUNICAÇÕES FLUVIAIS PELO TOCANTINS E ARAQUAIA NO SÉCULO XIX. Goiânia, Oriente.

EHRENREICH, Paul (1892) - "DIVISÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TRIBOS DO BRASIL SEGUNDO O ESTADO ATUAL DOS NOSSOS CONHECIMENTOS". REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DO RIO DE JANEIRO. 8(1):30-55.

_____ (1894) - "NEHRING: SUD-CAYAPÔ". MATERIALIEN ZUR SPRACHENKUNDE BRASILIENS. Berlin.

ENAWERE, Mário Bordingnón (1987) - OS BORORO NA HISTÓRIA DO CENTRO-OESTE. Campo Grande, Missão Salesiana.

FARAGE, Nádia (1991) - AS MURALHAS DOS SERTÕES. OS POVOS INDÍGENAS NO RIO BRANCO E A COLONIZAÇÃO. RJ, Paz e Terra/ANPOCS.

FUNES, Eurípedes Antonio (1986) - GOIÁS 1800-1850: UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA MINERAÇÃO A PECUÁRIA. Goiânia, Editora da UFGO.

GEERTZ, C., (1978) - A INTERPRETAÇÃO DA CULTURA. RJ, Zahar.

GINSBURG, Carlo (1987) - OS QUEIJOS E OS VERMES. SP, Companhia das Letras.

HEELAS, Richard H. (1979) - THE SOCIAL ORGANIZATION OF THE PANARA, A GE TRIBE OF CENTRAL BRAZIL. Universidade of Oxford, tese de Ph.D.

HEMMING, John (1978) - RED GOLD. THE CONQUEST OF THE BRAZILIAN INDIANS. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

_____ (1987) - AMAZON FRONTIER. THE DEFEAT OF THE BRAZILIAN INDIANS. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1949) - "ÍNDIOS E MAMELUCOS NA EXPANSÃO PAULISTA". ANAIIS DO MUSEU PAULISTA. (13):175-290.

_____ (1986) - O EXTREMO OESTE. SP, Brasiliense.

_____ (1987) - RAZÕES DO BRASIL. 19^a ed. RJ, José Olympio.

_____ (1990) - MONÇÕES. SP, Brasiliense.

IHERING, Hermann von (1911) - "A ANTROPOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO". REVISTA DO MUSEU PAULISTA. VIII:202-257.

KARASCH, Mary (1981) - "DAMIANA DA CUNHA: CATECHIST AND SERTANISTA". in SWEET, D. G., and NASH, G. (ed.) STRUGGLE AND SURVIVAL IN COLONIAL AMÉRICA: 102-119. California, University of California Press.

_____ (1992) - "CATEQUESE E CATIVEIRO. POLÍTICA INDIGENISTA EM GOIÁS. 1780-1899". in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) - HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL. SP, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP.

KUPFER, Dr. (1870) - "Die Cayapo-Indianer in der Provinz Matto-Grosso." ZIETSCHRIFT DER GESELLSCHAFT FÜR ERDKUNDE ZU BERLIN. V. Berlin.

LEA, Vanessa R. (1986) - NOMES E NEKRETS KAYAPÓ - UMA CONCEPÇÃO DE RIQUEZA. RJ, Museu Nacional, tese de Ph.D.

LE GOFF, Jacques (1980) - "PARA UMA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA". In PARA UM NOVO CONCEITO DE IDADE MÉDIA. Tempo, trabalho e cultura no

ocidente. Lisboa, Editorial Estampa.

LEME, Pedro Tacques de Paes (1953) - NOBILIARQUIA PAULISTANA HISTÓRICA E GENEALÓGICA. SP, Martins.

LOWIE, Robert (1946) - "THE SOUTHERN CAYAPÔ". in HANDBOOK OF SOUTH AMERICAN INDIANS, vol. I. New York, Cooper Square Publishers Inc.

LENHARO, Alcir (1979) - AS TROPAS DA MODERAÇÃO. (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)). SP, Símbolo.

MAYBURY-LEWIS, David (org) (1979) - DIALECTICAL SOCIETIES. THE GE AND BORORO OF CENTRAL BRAZIL. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press.

_____ (1984) - A SOCIEDADE XAVANTE. RJ, Francisco Alves Ed.

_____ (1990) - O SELVAGEM E O INOCENTE. Campinas, Editora da Unicamp.

MELATTI, Júlio César (1967) - INDIOS E CRIADORES. A SITUAÇÃO DOS KRAHÓ NA ÁREA PASTORIL DO TOCANTINS. RJ, Instituto de Ciências Sociais / UFRJ.

MELO E SOUZA, Laura de (1986) - O DIABO E A TERRA DE SANTA CRUZ. SP, Companhia das Letras.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (org.) (1963) - A AMAZONIA NA ERA POMBALINA: CORRESPONDÊNCIA INÉDITA DO GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO, 1751-1759. 3 vols. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MOMBEIG, Pierre (1984) - PIONEIROS E PLANTADORES DE SÃO PAULO. SP, Hucitec.

MONTEIRO, John (1985) - SÃO PAULO IN THE SEVENTEENTH CENTURY; ECONOMY AND SOCIETY. University of Chicago, tese de Ph.D.

_____ (1992) - "COLONIZAÇÃO E DESPOVOAMENTO. SÃO PAULO E MARANHÃO NO SÉCULO XVII". CIÊNCIA HOJE. AMÉRICA CONQUISTA E COLONIZAÇÃO. vol. 15 n° 86:13-18.

_____ (1989) - "DE ÍNDIO A ESCRAVO. A TRANSFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVII." REVISTA DE ANTROPOLOGIA. 30/31/32;151-174.

MOTT, Luis (1989) - "CONQUISTA, ALDEAMENTO E DOMESTICAÇÃO DOS ÍNDIOS GUEGUE DO PIAUÍ: 1674-1770". REVISTA DE ANTROPOLOGIA. 30/31/32:55-78.

MOURA, Antonio Rolim de (1983) - D. ANTONIO ROLIM DE MOURA. PRIMEIRO CONDE DE AZAMBUJA. CORRESPONDÊNCIAS. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NDIHR. Cuiabá, Imprensa da UFMT.

NEME, Mário (1969) - "DADOS PARA A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS CAIAPÓ". ANAIIS DO MUSEU PAULISTA. 23:101-147.

NIMUENDAJÜ, Curt (1952) - "OS GOROTIRE". REVISTA DO MUSEU PAULISTA - NOVA SÉRIE. VI:427-453.

PEREGALLI, Henrique (1986) - RECRUTAMENTO MILITAR NO BRASIL COLONIAL. Campinas, Editora da UNICAMP.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz (1992) - "ÍNDIOS LIVRES E ÍNDIOS ESCRAVOS. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)." in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL. SP, Comp. das Letras/Scr. Mun. de Cultura/FAPESP.

PRADO JR., Caio (1992) - FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO. 22^a ed. SP Brasiliense.

RAVAGNANI, Osvaldo M. (1987) - ALDEAMENTOS OFICIAIS GOIANOS. Araraquara Dep. de Antropologia/Unesp, mimeografado.

_____ (1989a) - "ALDEAMENTOS GOIANOS EM 1750 - OS JESUITAS E A MINERAÇÃO". REVISTA DE ANTROPOLOGIA. 30/31/32:111-132.

_____ (1989b) - "EU TE BATIZO... EM NOME DA SERVIDÃO". REVISTA DE ANTROPOLOGIA. 30/31/32:133-150.

RIBEIRO, Darcy (1989) - OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO. SP, Circulo do Livro.

ROCHA, Leandro Mendes (1988) - A POLÍTICA INDIGENISTA EM GOIÁS (1850-1899). UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, dissertação de mestrado.

RODRIGUES, Aryon Dal'Igna & DOURADO, Luciana (1993) - "PANARÁ: Identificação lingüística dos Kren-Akarore com os Cayapó do Sul." ANAIIS DA 45^a REUNIÃO ANUAL DA SBPC: 505.

SAHLINS, Marshal (1990) - ILHAS DE HISTÓRIA, RJ, Jorge Zahar Editor.

SCHADEN, Egon (1954) - "OS PRIMITIVOS HABITANTES DO ESTADO DE SÃO PAULO". REVISTA DE HISTÓRIA. 18:396-411.

SCHWARTZMAN, Stephan (1987) - THE PANARÁ OF THE XINGU NATIONAL PARK; THE TRANSFORMATIONS OF A SOCIETY. University Of Chicago, tese de Ph.d.

SOUTHEY, Robert (1862) - HISTÓRIA DO BRASIL. RJ, Garnier.

TAUNAY, Afonso D'E (1924-1950) - HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS. 11 volumes. SP, Imprensa Oficial do Estado.

TAUNAY, Afonso D'E. (1950) - "OS DOIS ANTONIO PIRES DE CAMPOS E A CAMPANHA DOS CAIAPÓS". ANAIIS DA IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL RJ, Imprensa Nacional.

TAUSSIG, Michael (1993) - XAMANISMO, COLONIALISMO E O HOMEM SELVAGEM. UM ESTUDO SOBRE O TERROR E A CURA. RJ, Paz e Terra.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes (1991) - A EXPANSÃO DO POVOAMENTO DE GOIÁS. SÉCULO XIX. UFGO, Dissertação de mestrado.

THOMPSON, Edward P. (1972) - "ANTHROPOLOGY AND THE DISCIPLINE OF HISTORICAL CONTEXT". MIDLAND HISTORY, vol 1, n.3:43-44.

_____. (1977) - "FOLKLORE, ANTHROPOLOGY, AND SOCIAL HISTORY". THE INDIAN HISTORICAL REVIEW. vol 3, n.2:247-266.

TURNER, Terence S. (1992) - "OS MEBENGOKRE KAYAPÓ: HISTÓRIA E MUDANÇA SOCIAL. DE COMUNIDADES AUTÔNOMAS PARA A COEXISTÊNCIA INTERÉTNICA". in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) - HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL. SP, Comp. das Letras/ Sec. Mun. de Cultura/FAPESP.

VARJÃO, Valdon (1989) - ARAGARÇAS. PORTAL DA MARCHA PARA O OESTE. Brasília, Senado Federal.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (1981) - HISTÓRIA DO BRASIL. 10ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia / SP, Edusp.

VASCONCELOS, Diogo de (1983) - HISTÓRIA MÉDIA DE MINAS GERAIS 4ª ed. BH, Itatiaia.

VERSWIJVER, G. (1985) - CONSIDERATIONS ON MEKRANGNOTI WARFARE. tese de Ph.d.

_____. (1992) - THE CLUB-FIGHTERS OF THE AMAZON: WARFARE AMONG THE KAIAPÓ INDIANS OF CENTRAL BRAZIL. Bélgica, Rijksuniversiteit, Genk.

MAPA I

